

**PERSPECTIVAS PARA A PREVENÇÃO  
DAS VIOLÊNCIAS CONTRA**

crianças, adolescentes  
e jovens da Maré na  
pandemia





# Perspectivas para a prevenção das violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré na pandemia

## EQUIPE DA PESQUISA

**Coordenação Geral:**  
Raquel Willadino

**Coordenação Executiva:**  
André Rodrigues

**Pesquisadores:**  
Isabele dos Anjos  
Leandro Marinho  
Marcele Frossard

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo Observatório de Favelas no âmbito do projeto CRIAndo Rede: proteção à vida de crianças e adolescentes da Maré. A iniciativa CRIAndo Rede é uma realização do UNICEF, desenvolvida em parceria com Observatório de Favelas, Redes da Maré e coordenação executiva do Luta Pela Paz.





## 2021\_Observatório de Favelas

Distribuição Gratuita

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal do Observatório de Favelas, desde que citada a fonte.

### Observatório de Favelas

Rua Teixeira Ribeiro, 535

Parque Maré – Rio de Janeiro – RJ

Email: [contato@observatoriodefavelas.org.br](mailto:contato@observatoriodefavelas.org.br)

Site: [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br)

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Marcella Pizzolato

Taiane Brito

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perspectivas para a prevenção das violências  
contra crianças, adolescentes e jovens da Maré  
na pandemia [livro eletrônico] / Raquel  
Willadino ... [et al.]. -- 1. ed. -- Rio de  
Janeiro : Observatório de Favelas, 2021.  
PDF

Outros autores : André Rodrigues, Isabele dos  
Anjos, Leandro Marinho, Marcele Frossard.  
Bibliografia  
ISBN 978-65-87016-02-3

1. Ciências sociais 2. COVID-19 - Pandemia 3.  
Crianças e adolescentes - Direitos 4. Crianças e  
adolescentes - Violência I. Rodrigues, André. II.  
Anjos, Isabele dos. III. Marinho, Leandro. IV.  
Frossard, Marcele.

21-62292

CDD-300

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

---

1ª Edição

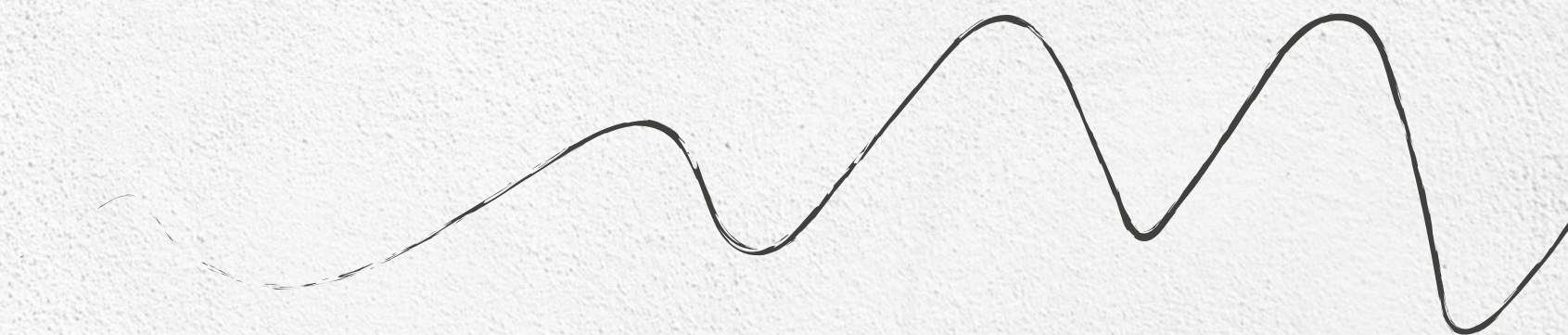
Rio de Janeiro 2021



# Sumário

---

Introdução .....	5
Panorama dos dados sobre crianças, adolescentes e jovens da Maré .....	7
1. As fontes.....	8
2. Dados da plataforma Fogo Cruzado.....	10
3. Dados do ISP.....	28
Violência contra crianças, adolescentes e jovens da Maré e o contexto pandêmico .....	47
1. Percepções sobre as violências.....	49
2. Atuação da rede de proteção .....	88
Considerações finais: perspectivas para a prevenção das violências contra crianças, adolescentes e jovens na pandemia.....	115
Referências bibliográficas .....	119
Anexos – Roteiros de entrevista .....	122





# Introdução

---

*“Precisamos de corpos fechados ao projeto domesticador do domínio colonial, que não sejam nem adequados nem contidos para o consumo e para a morte em vida.”*

**Luiz Antonio Simas**

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa de breve diagnóstico realizada pelo Observatório de Favelas no âmbito do projeto “CRIAndo Rede: proteção à vida de crianças e adolescentes da Maré”, uma iniciativa do UNICEF, em parceria com Observatório de Favelas, Redes da Maré e Luta Pela Paz. O projeto reúne diversas ações das organizações parceiras no sentido de promover a proteção de crianças, adolescentes e jovens da Maré no contexto da pandemia.

O Observatório de Favelas se dedicou a realizar uma pesquisa de diagnóstico sobre as violências contra esses públicos no conjunto de favelas da Maré. O que motivou este diagnóstico foi a preocupação de que as dinâmicas de violência pudessem se agravar diante da pandemia do novo coronavírus. O trabalho de pesquisa compreendeu os meses de julho a outubro de 2020, sendo realizado em curto espaço de tempo, mas em um cenário em que os impactos da pandemia já se faziam sentir de modo expressivo nos contextos de favelas e, especificamente, na Maré.

O objetivo geral da pesquisa é realizar um diagnóstico breve das violências que atingem crianças, adolescentes e jovens na Maré, bem como sobre o modo pelo qual a rede de proteção e garantia de direitos pode colaborar para a prevenção desses casos. O estudo visa produzir subsídios para ações de prevenção da violência e para o fortalecimento da rede de garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens no território. Como muitas das dinâmicas de violência não emergem como manifestações específicas do contexto pandêmico, nosso estudo considerou um escopo temporal de análise mais ampliado, levando em consideração processos de longa duração, de caráter histórico. Na análise das violências e da rede de proteção, procuramos identificar, portanto, quais as dinâmicas e vetores da violência estavam postos antes da pandemia e como foram afetados por ela.



### **O relatório se divide em dois capítulos:**

No primeiro, apresentamos um panorama de dados quantitativos sobre a incidência das violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré.

No segundo, fazemos uma análise qualitativa das percepções coletadas em entrevistas semiestruturadas com jovens, atores de equipamentos públicos da rede proteção e pessoas que atuam em organizações da sociedade civil na Maré. Nesses três perfis, os atores são ou moradores da Maré ou pessoas que atuam em equipamentos que atendem a este território.

Os detalhes metodológicos de cada uma dessas etapas de pesquisa estão descritos em cada um desses capítulos.



## Capítulo 1

# PANORAMA DOS DADOS SOBRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS DA MARÉ

---

*“(...) o filho mais duradouro dos tumbeiros, em tudo que isso significa de tragédia, redenção, subversão, negociação, resistência, harmonia, violência, afeto, afirmação da vida, pulsão de morte na nossa história”*

Luiz Antonio Simas

Este capítulo apresenta uma análise quantitativa das violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré. Utilizamos como referência duas fontes das quais acessamos os microdados: a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com dados disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) e a plataforma Fogo Cruzado.<sup>1</sup>

Nossa abordagem parte de um escopo inicial amplo no que diz respeito aos tipos de violência e aos públicos contra as quais são perpetradas. Em termos etários, trabalhamos com grupos etários que dividimos nas seguintes faixas: 0 a 6 anos, crianças na primeira infância; 7 a 11 anos, crianças; 12 a 17 anos, adolescentes; 18 a 24 anos, jovens. Estes são os grupos de interesse da discussão aqui apresentada. Dados das demais faixas etárias serão apresentados para o estabelecimento de comparações com estes grupos.

No que se refere aos tipos de violência, consideramos todas as agressões contra a pessoa e contra a vida disponíveis nas bases de dados com as quais trabalhamos. Não selecionamos, portanto, crimes contra o patrimônio. Buscamos, com esta escolha, priorizar a vida e a dignidade humana como dimensões estratégicas para o debate público sobre violência e segurança pública. Isto é fundamental, sobretudo, quando se trata da discussão desta agenda em relação a áreas de favelas e periferias, onde as políticas de segurança operam processos históricos de violação desses direitos fundamentais (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2007; ANISTIA INTERNACIONAL, 2015; ZALUAR e ALVITO, 1998; MISSE, 1999; WILLADINO et alli, 2019).

---

<sup>1</sup> Agradecemos a Maria Isabel Couto, gestora de dados da plataforma que nos possibilitou o acesso aos microdados.



# 1. AS FONTES

Os microdados da Polícia Civil possibilitam acessar diversos tipos criminais associados a violências contra a vida e a pessoa. A unidade de análise do banco de dados é a vítima, sobre a qual é possível obter também dados de perfil, como idade, sexo e cor da pele. Solicitamos, portanto, ao ISP os dados de 2015 a 2020<sup>2</sup> referentes às seguintes ocorrências, conforme tipologia adotada pela fonte:

Ameaça

Encontro de cadáver

Encontro de ossada

Estupro

Extorsão com momentânea privação de liberdade (sequestro relâmpago)

Extorsão mediante sequestro (sequestro clássico)

Homicídio culposo de trânsito

Homicídio doloso

Latrocínio (roubo seguido de morte)

Lesão corporal culposa de trânsito

Lesão corporal dolosa

Lesão corporal seguida de morte

Pessoas desaparecidas

Tentativa de homicídio

Homicídio decorrente de intervenção policial

Não foram encontrados registros para os recortes etários de interesse da pesquisa na Maré as ocorrências abaixo que foram, assim, descartadas da análise:

Encontro de cadáver

Encontro de ossada

Extorsão com momentânea privação de liberdade (sequestro relâmpago)

Extorsão mediante sequestro (sequestro clássico)

Homicídio culposo de trânsito

Latrocínio (roubo seguido de morte)

Lesão corporal seguida de morte

Na base do Fogo Cruzado, a unidade de análise é o evento caracterizado por “tiroteio”. É possível obter dados sobre estes eventos como número de vítimas fatais, feridos, se houve participação da polícia, a data, o local e outros.

<sup>2</sup> Só estavam disponíveis os microdados até março de 2020 no momento em que a base nos foi fornecida pelo ISP.



Os dados populacionais para os cálculos de taxas por 100 mil habitantes foram apurados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup> e, especificamente, para a população da Maré, contamos com os dados sistematizados pelo Censo Populacional da Maré de 2013, iniciativa da Redes da Maré com a parceria do Observatório de Favelas.

Para dados específicos sobre violência armada na Maré consultamos, ainda, de modo a complementar e aprofundar as análises, os boletins “Direito à Segurança Pública na Maré” produzidos pela Redes da Maré.

Um desafio de estudos quantitativos voltados para periferias e favelas é encontrar bases que tenham dados desagregados especificamente para estas áreas. Este tipo de dificuldade faz com que, como ocorre no caso da Maré, haja iniciativas locais de produção de dados primários (REDES DA MARÉ, 2019, p. 2).

As duas fontes principais deste estudo quantitativo possuem problemas, assim, de cobertura para a Maré. O Fogo Cruzado é uma iniciativa que parte justamente da preocupação da sociedade civil em produzir dados mais confiáveis e detalhados sobre parâmetros ausentes nos dados oficiais sobre violência. A plataforma é pioneira em produzir informações georreferenciadas sobre a violência armada na capital e na região metropolitana no Rio de Janeiro. Mas por se tratar de uma base colaborativa e que também reúne informações jornalísticas pode deixar de cobrir eventos que não tenham sido notificados pelos usuários ou que não foram noticiados pela imprensa.

Já as fragilidades de cobertura dos dados sistematizados pelo ISP, ao que nos parece nas análises que fizemos do banco, estão relacionadas a problemas no preenchimento no Registro de Ocorrência. As lacunas de informações fundamentais para que identifiquemos os casos nas faixas etárias que enfocamos para a Maré, como o bairro de ocorrência e as idades das vítimas, fazem com que as incidências de casos encontrados na base de dados estejam subestimadas. O campo de bairro possui um percentual de 9% de não preenchimento e o de idade das vítimas na casa de 7%. Além disso, os registros de letalidade violenta chegam a ter, em alguns anos da série, 50% dos casos sem o preenchimento do campo de idade, o que se amplia quando enfocamos os casos de homicídios decorrentes de intervenção policial, que, em alguns anos da série, chega a ter 82% dos casos sem preenchimento do campo idade. Além do não preenchimento, há problemas de inconsistências, principalmente no campo de bairro da ocorrência. É necessário, assim, um trabalho de limpeza do banco para agrupar na categoria “Maré” diversas redações distintas que indicam que as ocorrências se deram ali<sup>4</sup>.

3 Calculamos as estimativas populacionais de 2013 a 2020 para o estado do Rio de Janeiro e a capital, por cada faixa etária de interesse da pesquisa, a partir das estimativas disponíveis no IBGE sobre essas populações de 2007 a 2012.

4 MARE; MARÉ; MARÉ – RJ.; MARE – BONSUCESSO; MARÉ – BONSUCESSO; MARE/BONSUCESSO; MARÉ/BONSUCESSO; Mare Bonsucesso; Mare- Bonsucesso; Mare – baixa do sapateiro; Mare- baixa do sapateiro; Mare – vila do joao; MARÉ- VILA DO JOÃO; Mare – vila joao; Mare – vila do pinheiro; MARE – VILA DOS PINHEIROS; MARÉ/V. PINHEIRO; Mare – pinheiro; MareMARE – NOVA HOLANDA; Mare- nova Holanda; Mare – ramos; Mare – salsa e merengue; Mare- salsa e merengue; Mare – conjunto esperança; Mare- morro do timbau; Mare—parque união. A recorrência de registros que associam Maré a Bonsucesso indica que é possível que haja casos ocorridos na Maré que foram registrados como Bonsucesso. Não é possível, dentro dos limites de tempo deste trabalho, realizar uma estimativa desses casos, o que demandaria um trabalho qualitativo de análise do preenchimento dos registros e o cruzamento com dados de fontes locais e da imprensa.



Há, ainda, a hipótese de que alguns casos ocorridos na Maré possam estar tipificados equivocadamente na base de dados. Houve, por exemplo, dois casos nos quais adolescentes foram mortos pela polícia em 2018. Estes casos não figuram na consolidação que fizemos da base, mas há dois casos nas mesmas datas com vítimas, cujas idades batem com as dos dois adolescentes, que estão registrados como “homicídio doloso”.

Temos, desta forma, um viés para baixo nos dados que apresentaremos. As incidências de violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré que analisaremos, portanto, a partir dessas duas fontes devem ser lidas como subestimadas em relação ao real volume de ocorrências desses casos na região. Na comparação, por exemplo, com os dados da violência armada monitorados nos boletins da Redes da Maré, as quantidades que apresentaremos aqui estão sempre abaixo. Mesmo assim, principalmente nos cálculos das taxas para a comparação com as incidências na capital, estas bases fornecem subsídios importantes sobre os pontos críticos das violências contra estas populações na Maré.

## 2. DADOS DA PLATAFORMA FOGO CRUZADO

Nesta seção serão analisados os dados obtidos a partir do Fogo Cruzado, uma plataforma digital colaborativa que opera como um laboratório público que agrega e disponibiliza dados sobre a violência armada no Rio de Janeiro e em Recife e em suas respectivas regiões metropolitanas. Através de um aplicativo de celular, usuários localizados por meio de GPS em um raio de até 4km podem registrar a incidência de um tiroteio ou disparo de arma de fogo. Estas notificações são cruzadas com scripts e filtros que agregam informações em redes sociais e combinadas com um banco de dados alimentado por informações de outras fontes, como coletivos, comunicadores e moradores ativos localmente com os quais os gestores da plataforma possuem algum tipo de relação de confiança estabelecida. Além disso, são consideradas também para a construção das bases de dados as informações colhidas na imprensa e nos canais das autoridades policiais. Após este processo de verificação e cruzamento de informações, a notificação é registrada nas redes sociais, site e aplicativo da plataforma e tornam-se públicos.

Serão utilizados como base para análise os dados referentes aos anos de 2017<sup>5</sup>, 2018,

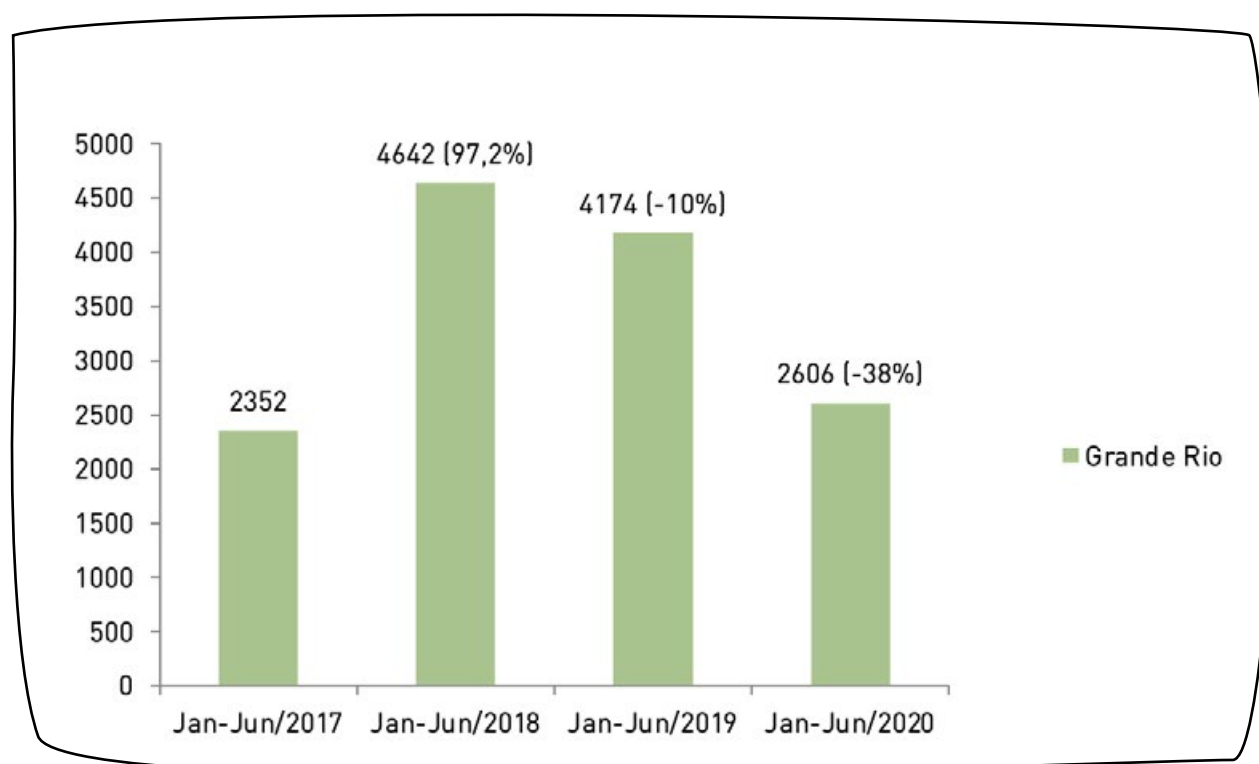


2019 e ao primeiro semestre de 2020. Além do número de tiroteios, serão analisadas ainda a participação da polícia nestes tiroteios e a vitimização decorrente destas ocorrências, tanto de maneira geral, quanto em relação à parcela da população que nos interessa especificamente, isto é, crianças, adolescentes e jovens<sup>6</sup>.

## 2.1. Incidência dos tiroteios na Maré

De acordo com o último relatório disponibilizado pelo Fogo Cruzado, o primeiro semestre do ano de 2020 registra os menores índices dos últimos três anos, voltando a um patamar similar ao que foi verificado em 2017. Após um incremento destas estatísticas nos primeiros semestres de 2018 e 2019, marcados, respectivamente, pela política de intervenção federal na segurança pública do RJ e pelo primeiro ano de governo de Wilson Witzel, os números do ano corrente expõem uma queda significativa, como podemos ver no gráfico abaixo.

**Gráfico 1. Número de tiroteios na região metropolitana do Rio de Janeiro com variação % em relação ao 1º semestre do ano anterior (2017-2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

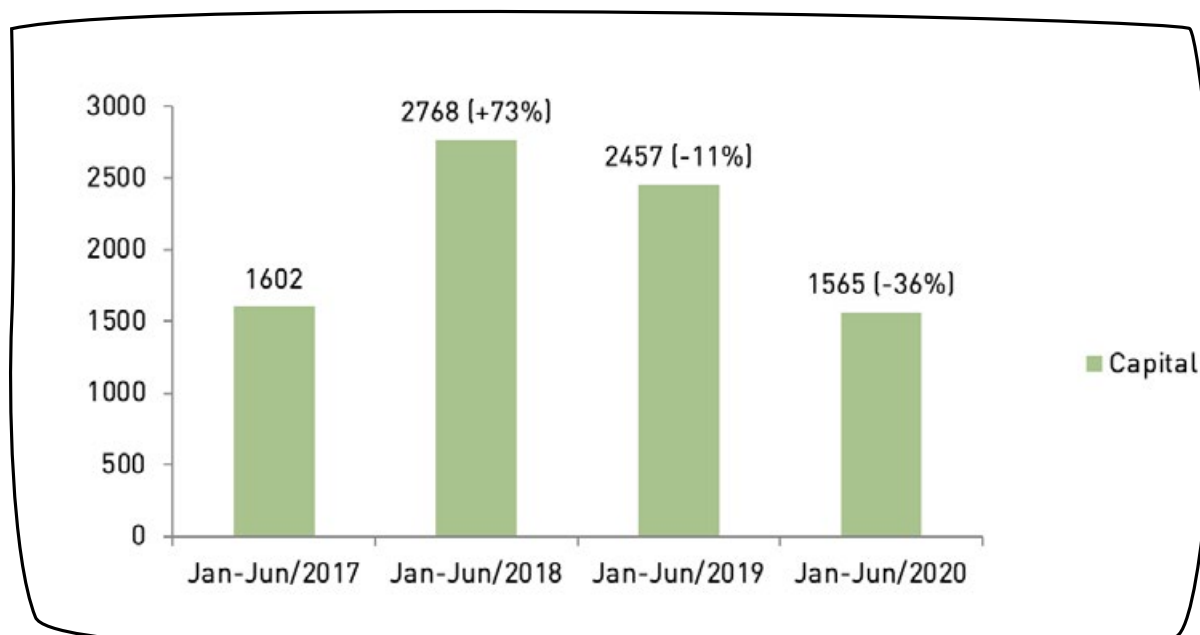
<sup>5</sup> Como os procedimentos metodológicos no tratamento do banco de dados obtido junto ao Fogo Cruzado ainda não foram encerrados, é possível que, na versão definitiva deste relatório, os dados relativos ao ano de 2017 sofram algumas alterações.

<sup>6</sup> Em relação à vitimização de crianças, adolescentes e jovens, a análise terá por base o intervalo compreendido entre o ano de 2018 e o primeiro semestre de 2020, período sobre o qual foi possível até o momento obter os dados referentes a estas ocorrências específicas.



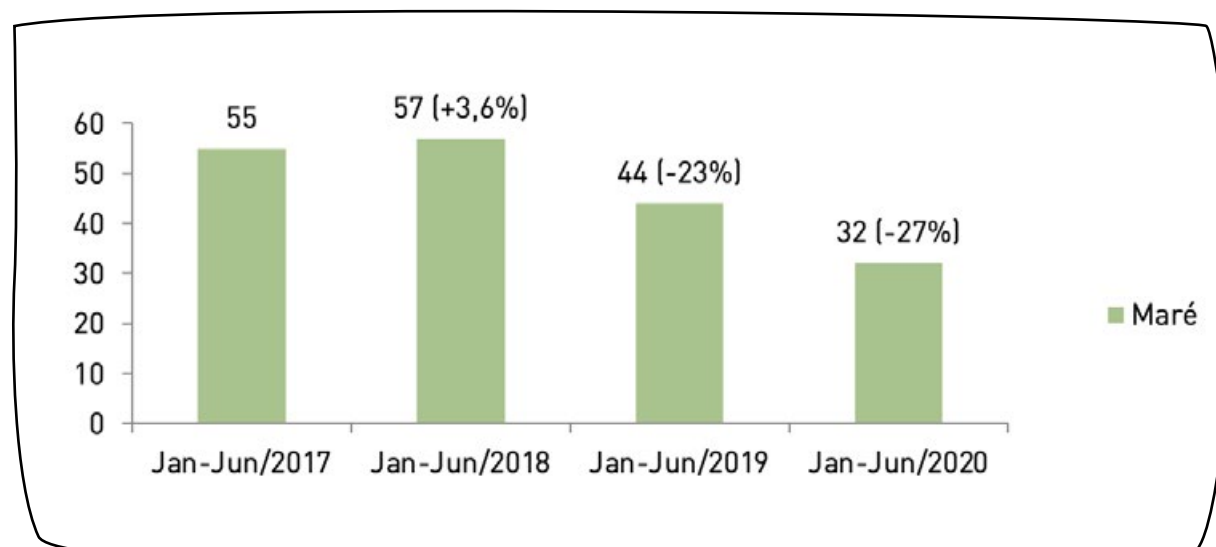
Analisando comparativamente os primeiros semestres dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, podemos perceber que, em números absolutos, a quantidade de tiroteios na Maré acompanha a tendência de queda do número de tiroteios ocorridos na região do Grande Rio e na capital. Mas, enquanto há um decréscimo próximo aos 40% na região metropolitana e de 36% na cidade do Rio de Janeiro, na Maré, este decréscimo alcança apenas o patamar de 27%. Em outras palavras, considerando principalmente os primeiros seis meses de 2020 e de 2019, vemos que a região metropolitana do Rio de Janeiro e a capital fluminense tiveram uma redução maior na quantidade de tiroteios, tanto em números absolutos quanto na variação percentual em relação ao ano anterior, do que a Maré.

**Gráfico 2. Número de tiroteios na capital do estado do Rio de Janeiro com variação % em relação ao 1º semestre do ano anterior (2017-2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

**Gráfico 3. Número de tiroteios na Maré com variação % em relação ao 1º semestre do ano anterior (2017-2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.



Estes números se reforçam quando temos em conta também a média de tiroteios por mês ocorridos ao longo da série histórica 2017-2020, conforme as tabelas abaixo demonstram. A primeira realiza uma comparação somente com os primeiros seis meses de cada ano. A segunda, por sua vez, leva em consideração todos os meses dos anos de 2017, 2018, 2019 e o primeiro semestre de 2020, uma vez que este último ano ainda está em curso.

**Tabela 1. Médias de tiroteios por mês nos primeiros semestres (2017-2020)**

Média de tiroteios por mês				
	Jan-Jun/2017	Jan-Jun/2018	Jan-Jun/2019	Jan-Jun/2020
<b>Maré</b>	9,2	9,5	7,3	5,3
<b>Capital</b>	267	461	409,5	261
<b>Grande Rio</b>	392	773,2	695,7	434,5

Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

**Tabela 2. Médias de tiroteios por mês ao longo dos anos (2017-Jun/2020)**

Médias de tiroteios por mês/ano				
	2017	2018	2019	Jan-Jun/2020
<b>Maré</b>	11,1	11,4	9,3	5,3
<b>Capital</b>	296,3	475,5	362,2	261
<b>Grande Rio</b>	453,6	802,8	614	434,5

Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

No comparativo entre os primeiros semestres de cada ano, é importante notar que apesar da redução de patamar após o pico ocorrido entre janeiro e junho de 2018, a média de tiroteios por mês nos três casos é bastante alta. Em 2020, temos até aqui uma média de 261 casos envolvendo armas de fogo no Rio de Janeiro e mais de 434 na região metropolitana fluminense. Na Maré, há uma média de mais ou menos 5 tiroteios por mês, ou seja, a cada 6 dias é registrado um novo tiroteio. Este número ainda pode se alterar, mas até aqui é o menor nos seis primeiros meses do ano.

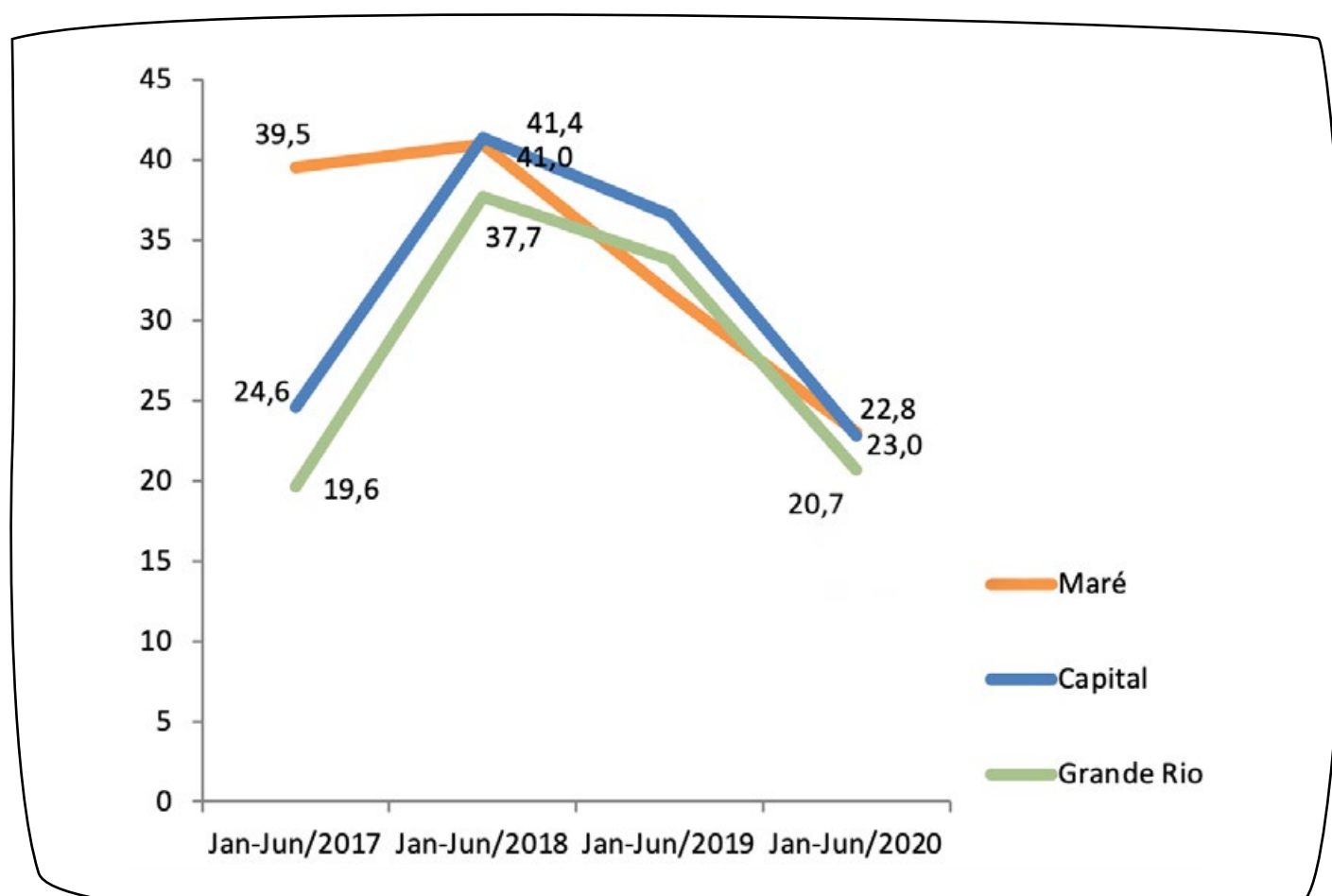




Já na comparação ano a ano, vemos que a capital chegou a registrar uma média mensal de mais de 475 tiroteios, os quais, se somados aos disparos de arma de fogo nas cidades vizinhas acumulam um montante na ordem de mais de 800 tiroteios mensais em média. E no que se refere à Maré, seria possível dizer que, após três anos consecutivos com aproximadamente um tiroteio a cada 3 dias, existe grande possibilidade de o ano de 2020 registrar a menor média mensal de tiroteios no bairro.

O cenário torna-se ainda mais dramático, sobretudo, em relação à Maré, quando ponderamos as estatísticas deste tipo de caso pelas respectivas populações destas áreas. Quando calculada uma “taxa de tiroteios” por 100 mil habitantes (procedimento metodológico que nos permite comparar sobre a mesma base regiões habitadas por contingentes populacionais distintos), vemos que a Maré possui uma taxa<sup>7</sup> bastante elevada. Novamente, os dados estão apresentados tanto de forma a comparar os primeiros semestres de cada ano desde 2017, como a estabelecer um comparativo entre os anos de 2017, 2018, e 2019 e os primeiros seis meses de 2020.

**Gráfico 4. Evolução das taxas de tiroteios na Maré, na capital e no Grande Rio por 100 mil habitantes nos primeiros semestres (2017-2020)**

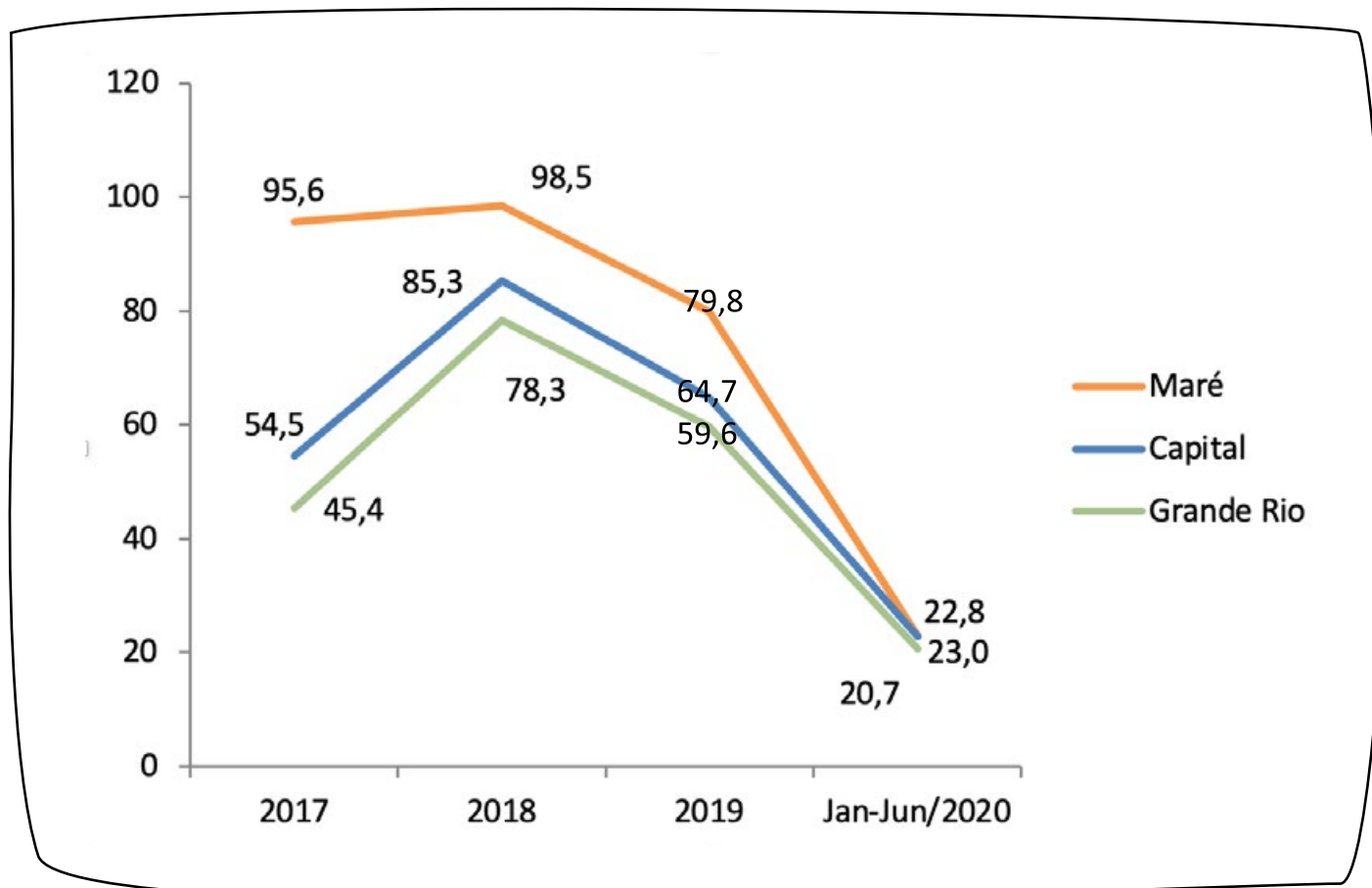


Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

<sup>7</sup> Para o cálculo das taxas de tiroteio, bem como das taxas de vítimas fatais decorrentes de disparos de arma de fogo e das taxas de tiroteio durante a pandemia, foram utilizadas como base, para a Maré, a população indicada pelo Censo Maré de 2013 e, para a cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana (ou Grande Rio), foram utilizadas as estimativas populacionais feitas pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP).



**Gráfico 5. Evolução das taxas de tiroteios na Maré, na capital e no Grande Rio por 100 mil habitantes ano a ano (2017-Jun/2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

Em ambos os gráficos o ano de 2017 possui destaque absoluto. Note-se que a taxa de tiroteios da Maré foi muito superior às taxas da capital e do Grande Rio tanto no comparativo que tem por base apenas as primeiras metades de cada ano, quanto - e na verdade, sobretudo - na comparação ano a ano, quando a violência armada na Maré chegou a ser 2,1 vezes maior em comparação à região metropolitana e 1,75 vezes maior em relação ao Rio de Janeiro.

A partir de 2018, vemos o quadro se alterando. Tomando como referência os intervalos entre janeiro e junho de cada ano, vemos que as taxas passam a se encontrar praticamente no mesmo patamar, retraindo nos anos posteriores e chegando a números quase idênticos em 2020 – 23; 22,8; e 20,7, respectivamente. Quando ampliamos nosso escopo e os dados de todos os anos passam a ser considerados integralmente, chama atenção o fato de que mesmo com a redução da diferença entre as taxas observadas a partir de 2018, a Maré continuou a ter uma taxa consideravelmente maior do que aquelas registradas no Rio e no Grande Rio até o primeiro semestre deste ano, quando verificamos que a capital, pela primeira vez nos últimos três anos e meio, atinge um número maior de ocorrências envolvendo disparos de armas de fogo do que a Maré.

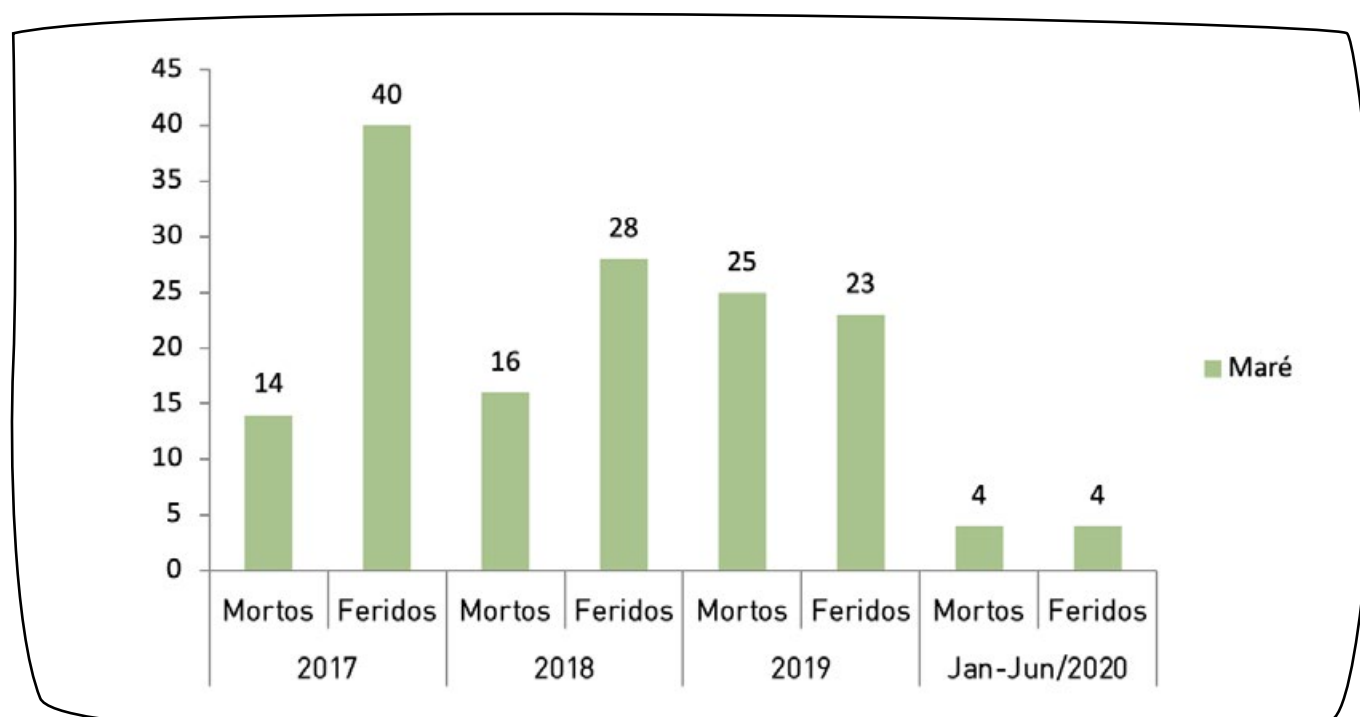


A brutalidade da constatação está no fato de estarmos comparando um bairro apenas com uma cidade inteira e um conjunto de outras cidades. Podemos dizer que, proporcionalmente, a população da Maré vem sofrendo com uma quantidade de tiroteios maior do que a que é registrada em toda a cidade do Rio de Janeiro e na região metropolitana. Para ilustrar melhor o que se diz, poderíamos estabelecer uma comparação com a Barra da Tijuca, bairro da zona oeste do Rio cuja população é numericamente similar a da Maré<sup>8</sup>. Nos últimos dois anos e meio foram registradas 48 ocorrências de disparos de armas de fogo neste bairro, dos quais apenas 4 ocorreram até junho de 2020, o que nos dá uma taxa de 2,9 para o primeiro semestre deste ano. Tais números, obviamente, não poderiam ser considerados como satisfatórios. Mesmo estando bastante abaixo dos padrões do Rio de Janeiro e do Brasil, estão longe do ideal, afinal são 4 registros de tiroteios dentro de um período de seis meses, o que não deve ser considerado normal em nenhuma sociedade democrática. Entretanto, refletem a enorme disparidade entre os respectivos bairros e entre as áreas mais abastadas economicamente e as áreas mais pobres da cidade.

## 2.2. Vitimização decorrente de tiroteios

Desde 2017, os disparos por arma de fogo foram responsáveis pela morte de 59 pessoas e deixaram 95 feridos na Maré. Os números são altos e em 2019 sofrem um crescimento significativo na quantidade de vítimas fatais, as quais chegam a ter registros superiores aos de feridos (são 25 mortes e 23 feridos). O ano de 2020, por sua vez, até aqui traz o mesmo número de mortes e de feridos, foram 4 ocorrências para cada tipo de vitimização. O gráfico 6 ilustra a evolução dos casos e a tabela 3 exibe os números da Maré, da Capital e do Grande Rio.

**Gráfico 6. Vitimização decorrente de disparos de arma de fogo na Maré (2017-Jun/2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

<sup>8</sup> De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010, a população da Barra da Tijuca teria 135,9 mil habitantes.



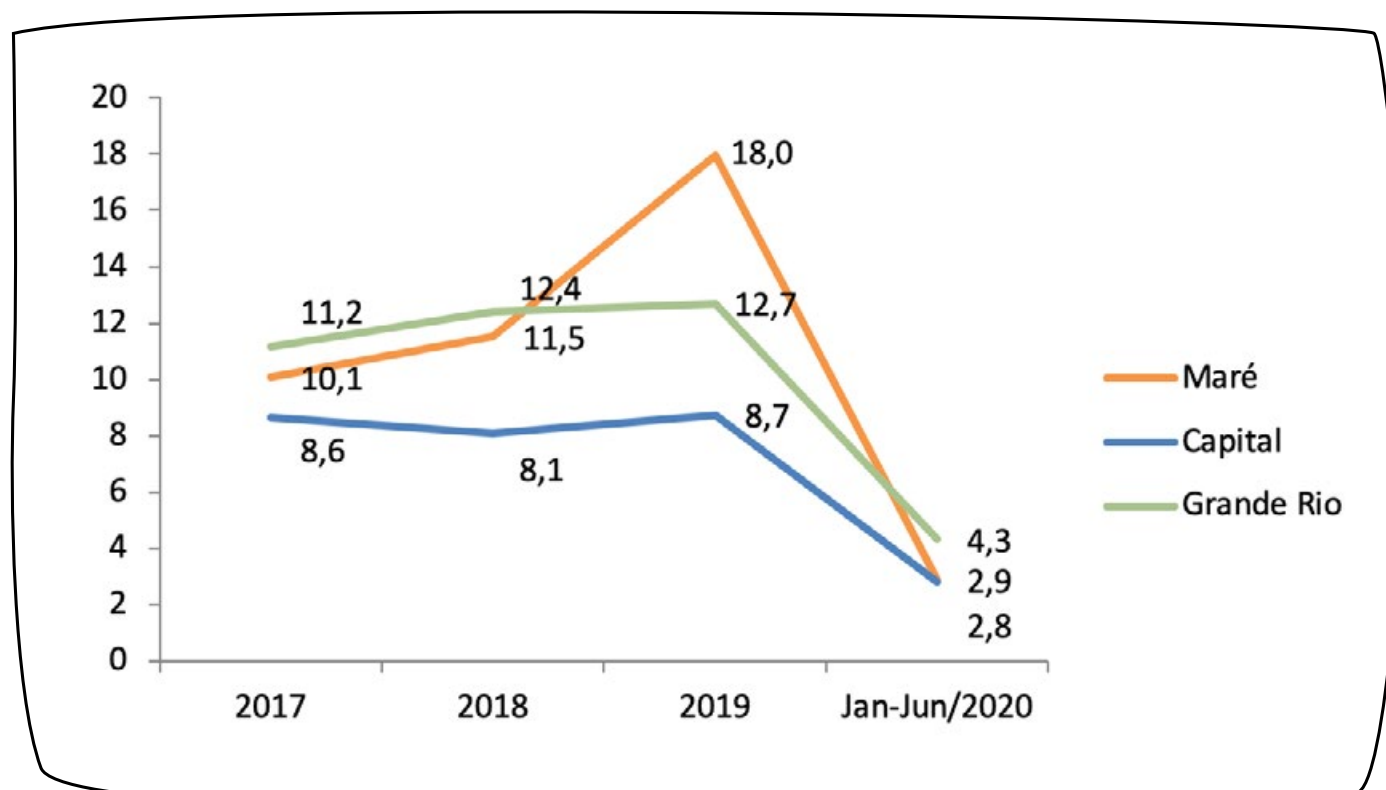
**Tabela 3. Vitimização decorrente de disparos de arma de fogo na Maré, na capital e no Grande Rio**

Vitimização decorrente de disparos de arma de fogo								
	2017		2018		2019		Jan-Jun/2020	
	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos
<b>Maré</b>	14	40	16	28	25	23	4	4
<b>Capital</b>	563	794	528	752	570	658	184	245
<b>Grande Rio</b>	1337	1242	1486	1372	1522	1359	518	523

Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

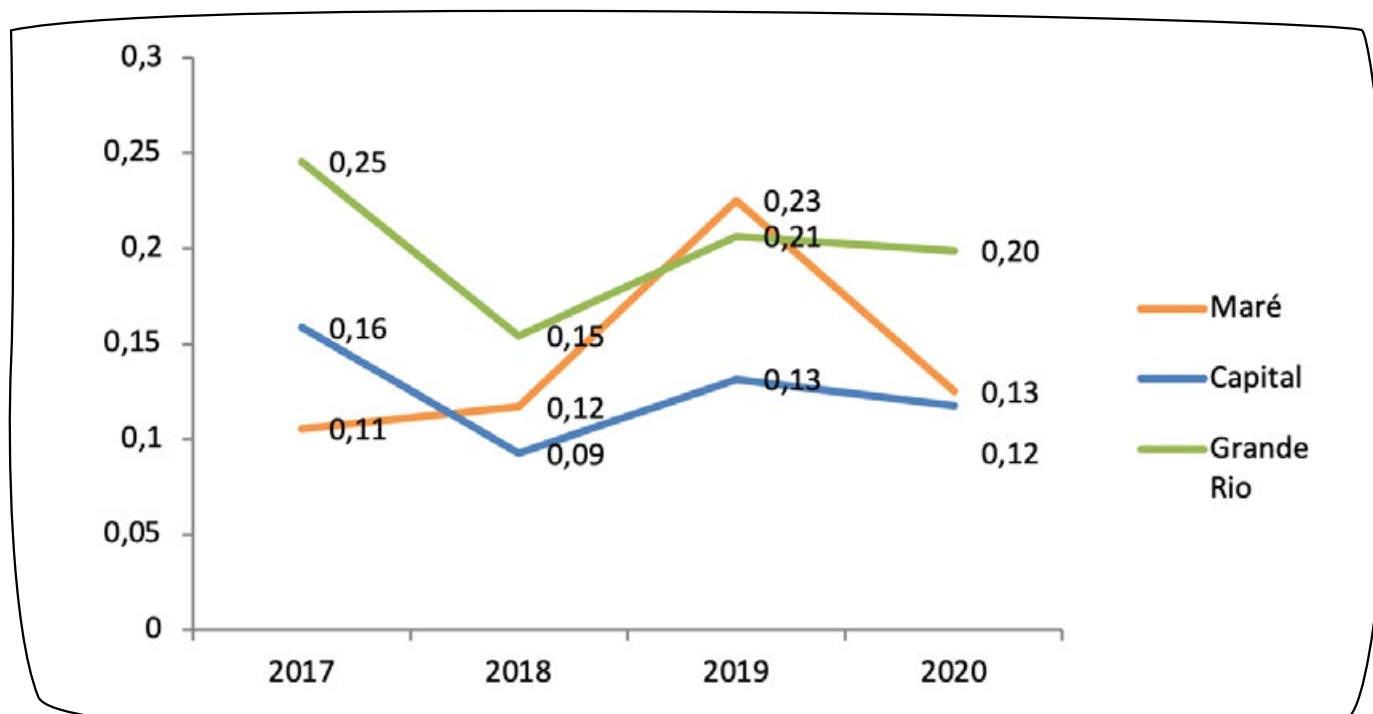
Esta disparidade entre o ano de 2019 e os demais períodos considerados torna-se ainda mais evidente e bem demarcada quando analisamos a evolução das taxas de vítimas fatais por 100 mil habitantes e a evolução da razão tiroteios/mortes ao longo do referido período de maneira a comparar bairro, cidade e região metropolitana.

**Gráfico 7. Evolução das taxas de vítimas fatais por arma de fogo por 100 mil habitantes na Maré, capital e Grande Rio (2017- Jun/2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.



**Gráfico 8. Evolução da razão morte/tiroteio na Maré, capital e Grande Rio (2017-Jun/2020)**

Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

O gráfico 7 evidencia que se no ano de 2017 a taxa de mortes decorrentes de disparos de armas de fogo na Maré esteve abaixo em relação à taxa da região metropolitana e acima da taxa da capital do estado, em 2018 ela supera a primeira e em 2019 se sobrepõe à segunda por uma diferença absolutamente desproporcional. Neste último ano, a taxa de 18 vítimas fatais por 100 mil habitantes representa mais do que o dobro desta mesma taxa para a capital, conseguindo superar uma diferença que já não era nada desprezível em 2018. Ou seja, em termos proporcionais, em 2019, tivemos um número mais de duas vezes maior de mortes causadas por disparos de armas de fogo na Maré do que em toda a cidade do Rio de Janeiro.

O gráfico 8 representa este cenário de outra forma, a partir da razão entre o número de mortes ocasionadas por armas de fogo e o número de tiroteios na mesma região. Em 2017 tínhamos uma vítima fatal, mais ou menos, a cada 9,5 tiroteios na Maré, e em 2018 esta razão começa a diminuir ligeiramente, apresentando tendência de queda. Em 2019, confirmando o que já havia sido apresentado de outro modo, as chances de um tiroteio resultar em morte na Maré foram de 4,44/1, isto é, a cada 4 tiroteios mais ou menos, temos uma vítima fatal, numa razão mais de 2 vezes menor do que a encontrada em 2017. Em outras palavras, em 2018 e 2019 menos tiroteios resultaram em mais mortes na Maré, numa tendência contrária à da capital, que de 1 morte a cada 6 tiroteios aproximadamente em 2017, passou para uma razão de 10,81 em 2018 e 7,62 em 2019. Em 2020, no primeiro semestre, vemos uma redução das chances de um tiroteio resultar em morte em relação aos anos anteriores, tanto na Maré quanto na capital. No complexo de favelas da Maré, temos a razão 32/4, resultando em um quociente 8, ou seja, 1 morte a cada 8 tiroteios. Na capital fluminense, a razão é de 1566/184, com quociente igual a 8,51. O Grande Rio, por sua vez, se mantém relativamente estável durante todo o período, tendo nestes primeiros seis meses de 2020 um quociente de 5,03, o que significa uma morte a cada 5 tiroteios.



## 2.3. Participação da polícia

Os dados do Fogo Cruzado também nos indicam que o aumento no número de tiroteios nos últimos anos na Maré foi acompanhado de um aumento da participação da polícia nesse tipo de ocorrência. Como podemos ver observando a Tabela 4 e os Gráficos 9, 10 e 11, a presença da polícia em tiroteios na Maré mais do que dobra entre 2018 e 2019. Neste último ano, a polícia participa de quase metade dos tiroteios na região (44,1%). Em 2020, mesmo com a queda observada nos seis primeiros meses, a participação policial em tiroteios ainda continua em um patamar bem mais elevado em relação à capital e ao Grande Rio.

**Tabela 4. Participação da polícia em tiroteios na Maré, na capital e no Grande Rio (2017-Jun/2020)**

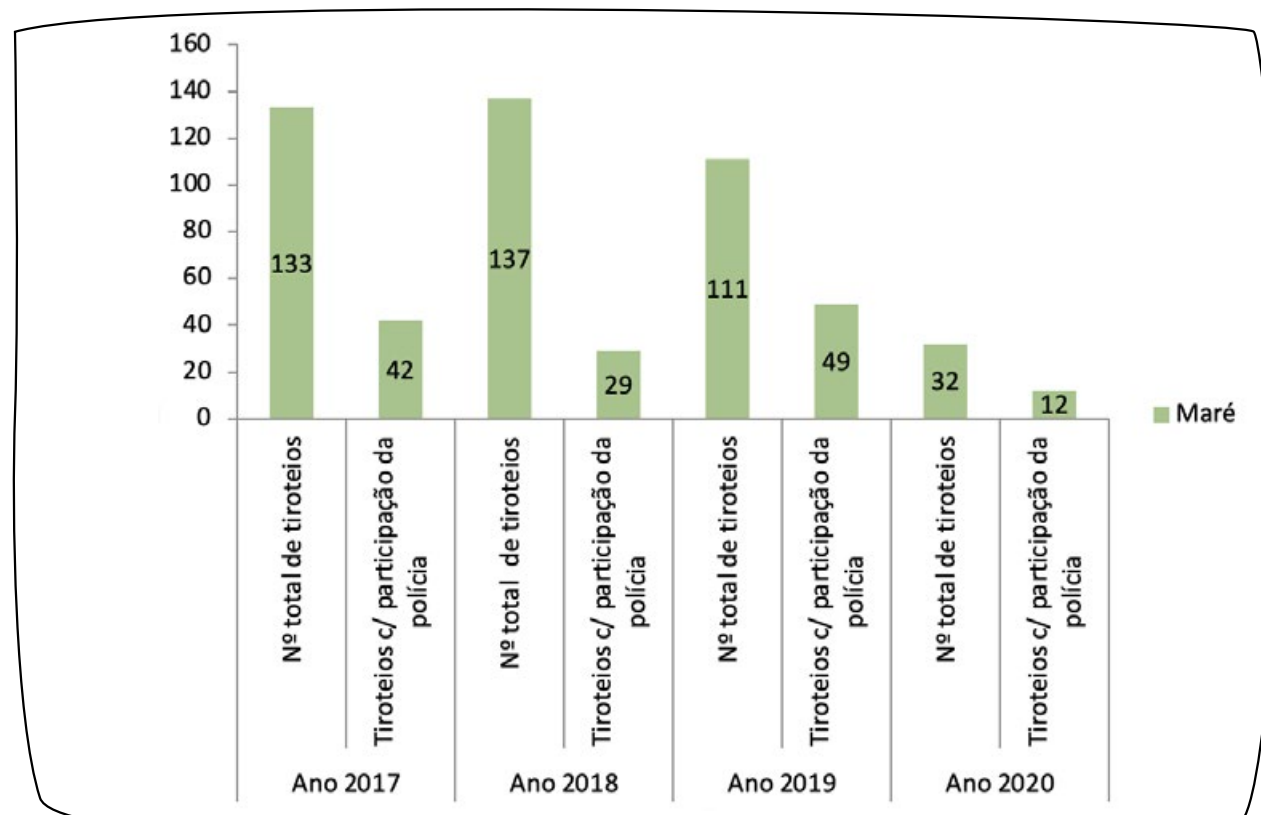
	Ano 2017			Ano 2018		
	Total	Participação da polícia	% em relação ao total	Total	Participação da polícia	% em relação ao total
<b>Maré</b>	133	42	31,6	137	29	21,2
<b>Capital</b>	3555	1192	33,5	5706	1392	24,4
<b>Grande Rio</b>	5443	1764	32,4	9634	2345	24,3

	Ano 2019			Ano 2020		
	Total	Participação da polícia	% em relação ao total	Total	Participação da polícia	% em relação ao total
<b>Maré</b>	111	49	44,1	32	12	37,5
<b>Capital</b>	4346	1277	29,4	1566	427	27,3
<b>Grande Rio</b>	7368	2247	30,5	2607	772	29,6

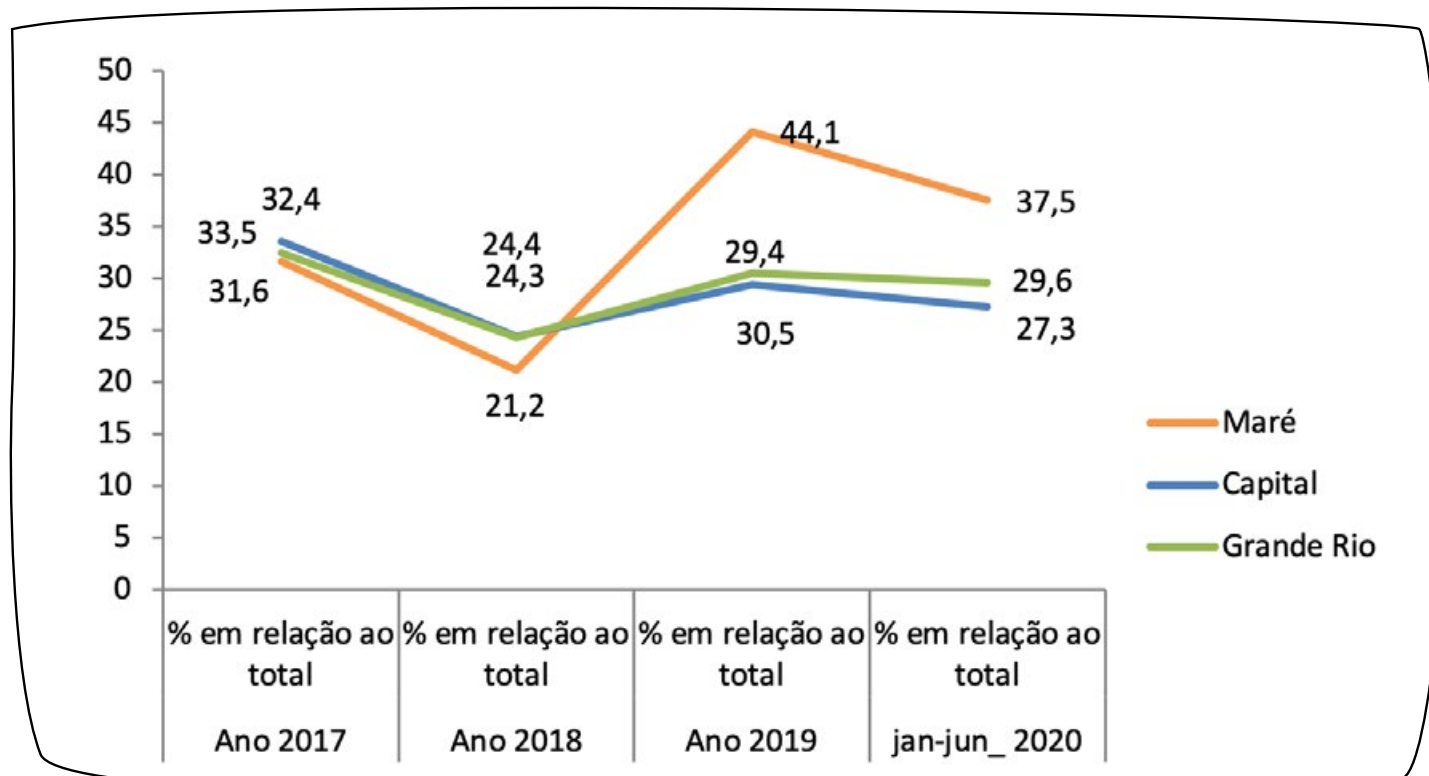
Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

**Gráfico 9. Participação da polícia em tiroteios na Maré (2017-Jun/2020)**

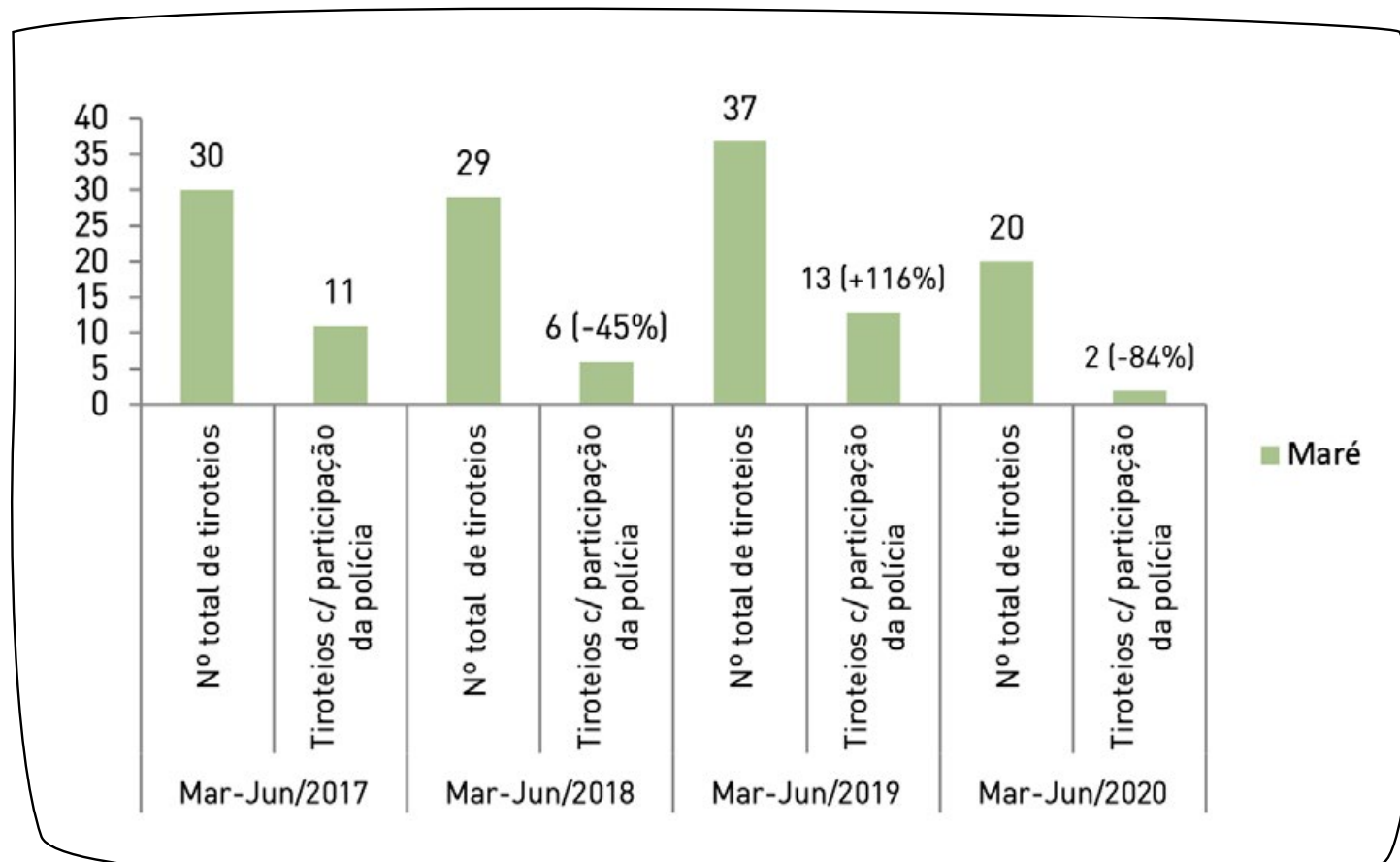


Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.



**Gráfico 10. Participação % da polícia em tiroteios na Maré (2017-Jun/2020)**

Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

**Gráfico 11. Número de tiroteios na Maré com participação da polícia com variação % em relação ao quadrimestre Mar-Jun do ano anterior (2017-2020)**

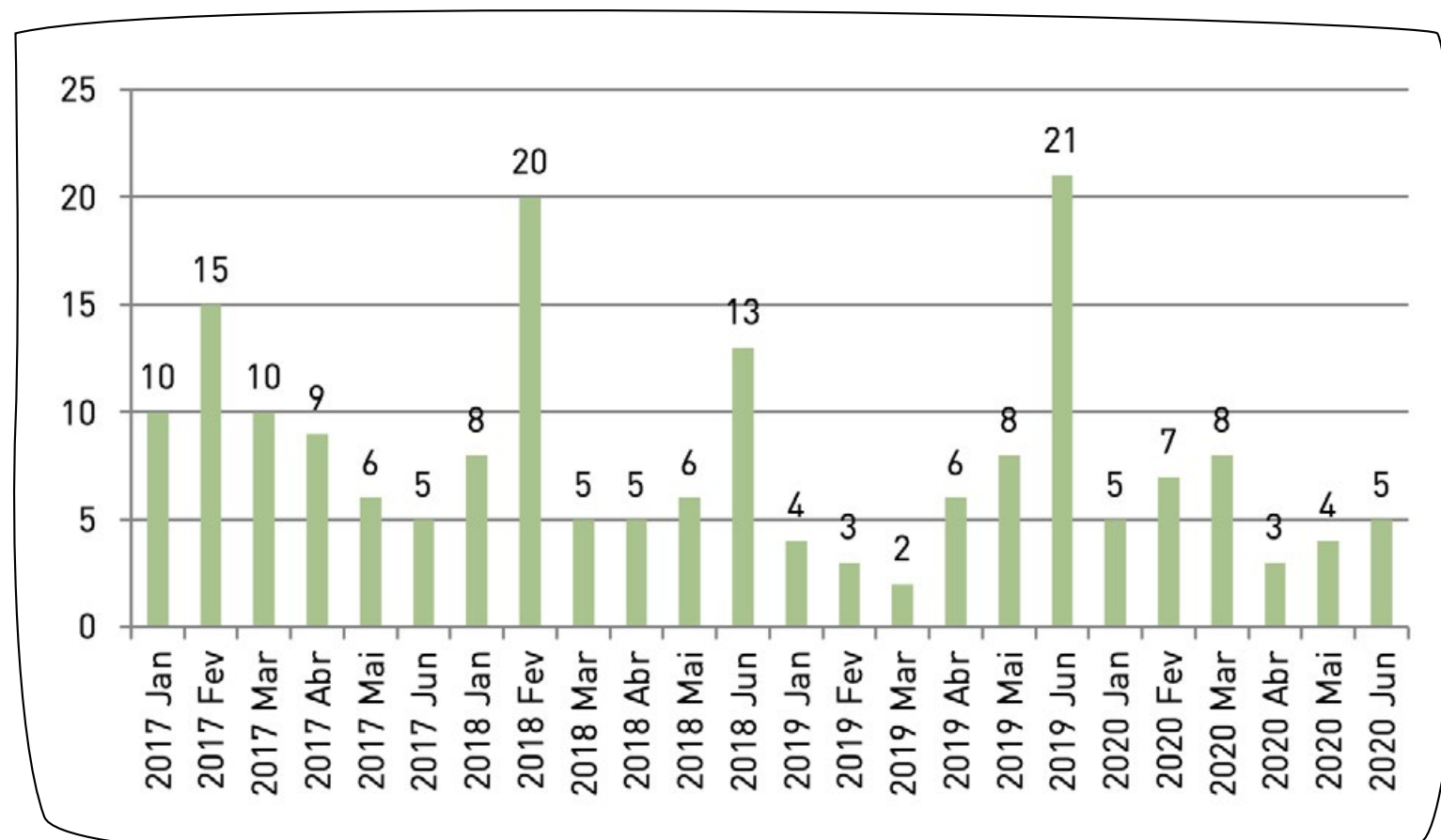
Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.



## 2.4. Tiroteios durante a pandemia

Como todos os dados nos indicam aqui, o período que, de maneira geral, teve a maior redução no número de tiroteios, seja na Maré, na cidade do Rio de Janeiro ou em sua região metropolitana, é aquele que corresponde aos seis primeiros meses de 2020. Esta queda possui relação direta com o surgimento da pandemia mundial de COVID-19 que afetou o Brasil com maior intensidade a partir de março, mês em que foi dado início ao período de quarentena em todo o estado do Rio. Quando observamos a evolução mês a mês das ocorrências de disparos de armas de fogo nos primeiros semestres desde 2017, constatamos que os números registrados dentro do período de quarentena são os menores de toda a série histórica, apesar de o mês de março (quando a quarentena foi decretada) ter grande incidência – o que pode ter relação com o fato de a quarentena e o isolamento social ter sido estipulado somente a partir da segunda metade do referido mês. O gráfico 12 abaixo deixa isto bastante explícito.

**Gráfico 12. Evolução mês a mês do número de tiroteios na Maré nos primeiros semestres (2017-2020)**

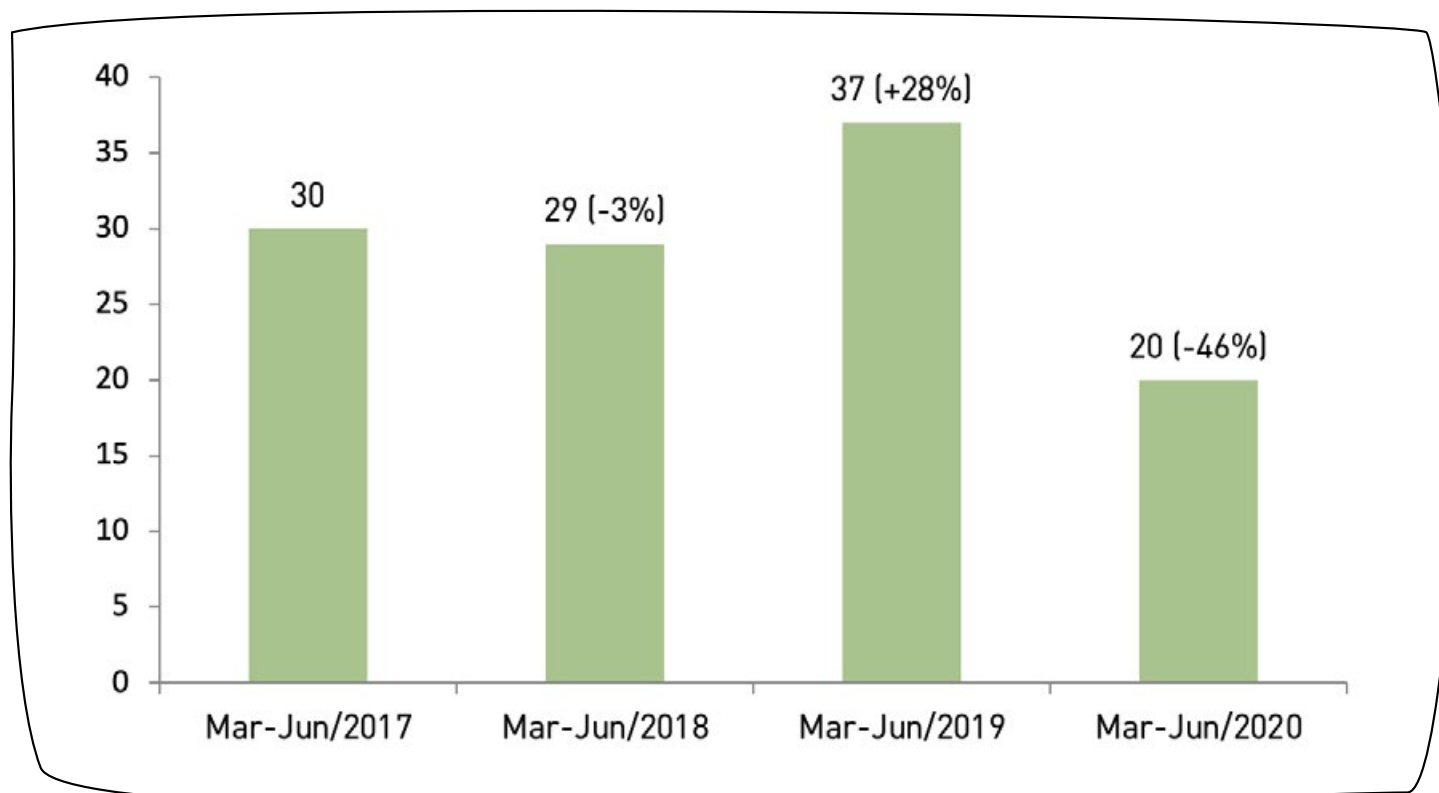


Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.



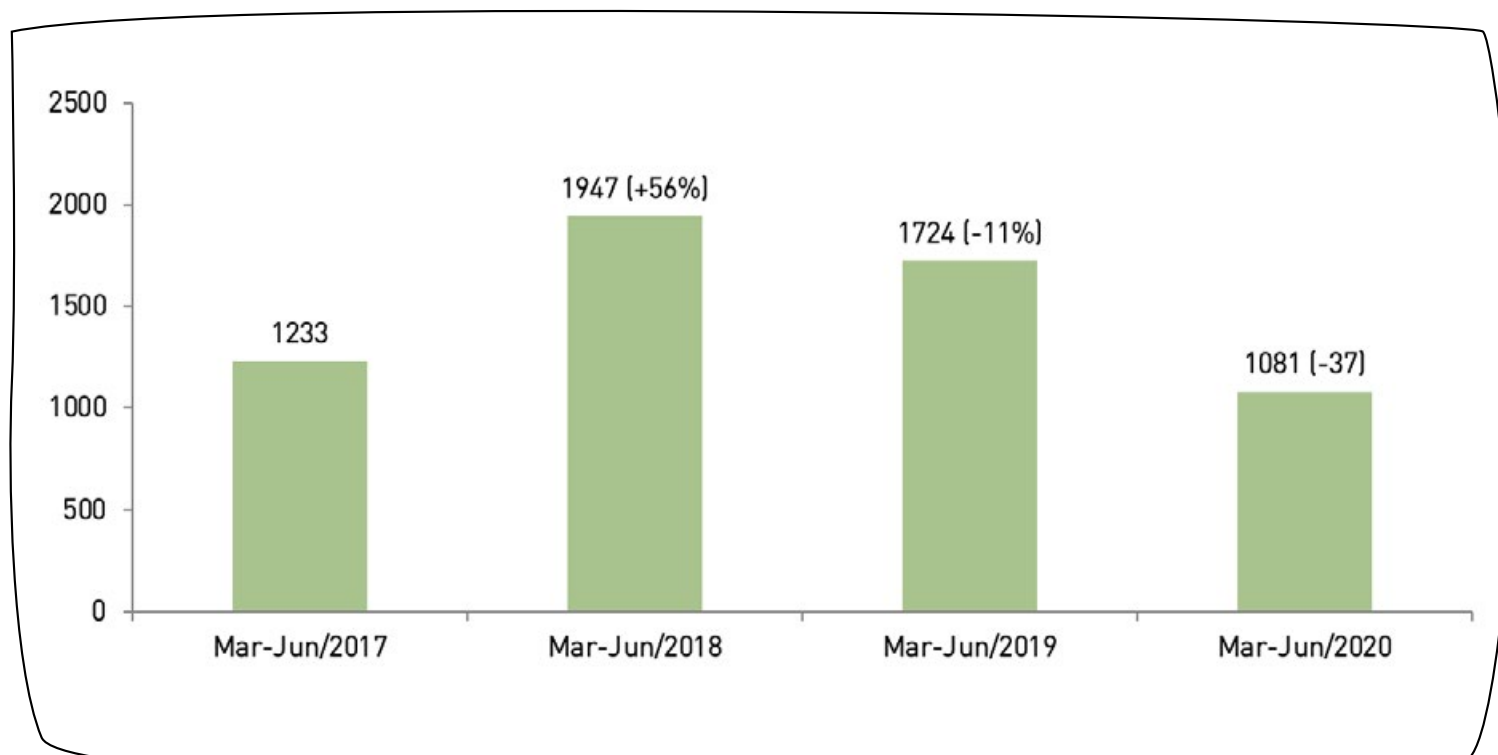
Se tomarmos como referência apenas os meses nos quais a quarentena esteve em vigor para, novamente, estabelecer um paralelo entre Maré, capital e região metropolitana, mais uma vez notaremos diferenças significativas. Considerando o intervalo entre 1º de março e 30 de junho nos últimos quatro anos, temos a seguinte situação até aqui:

**Gráfico 13. Número de tiroteios na Maré com variação % em relação ao quadrimestre Mar-Jun do ano anterior (2017-2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

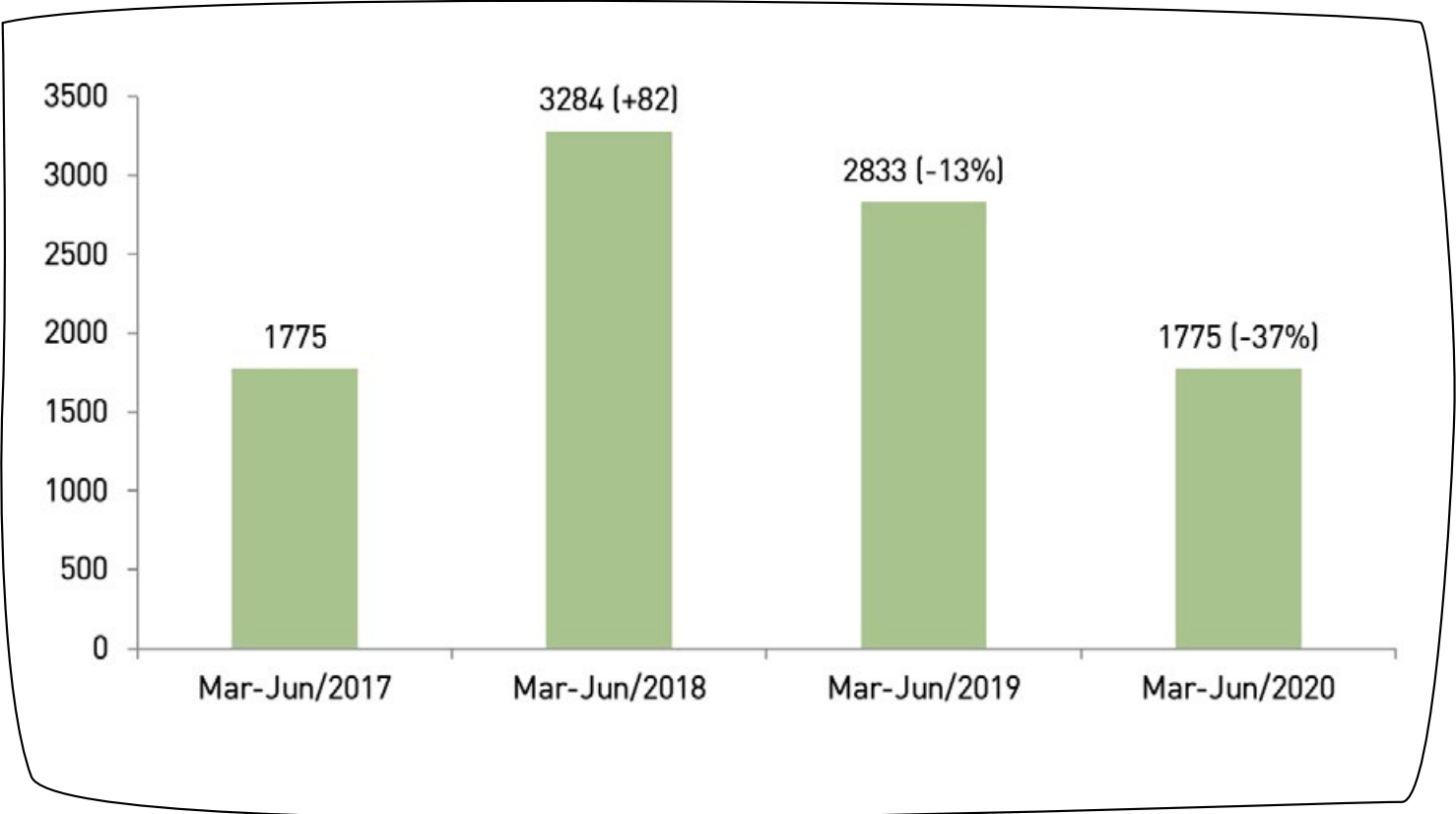
**Gráfico 14. Número de tiroteios na cidade do Rio de Janeiro com variação % em relação ao quadrimestre Mar-Jun do ano anterior (2017-2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.



Gráfico 15. Número de tiroteios no Grande Rio com variação % em relação ao quadrimestre Mar-Jun do ano anterior (2017-2020)



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

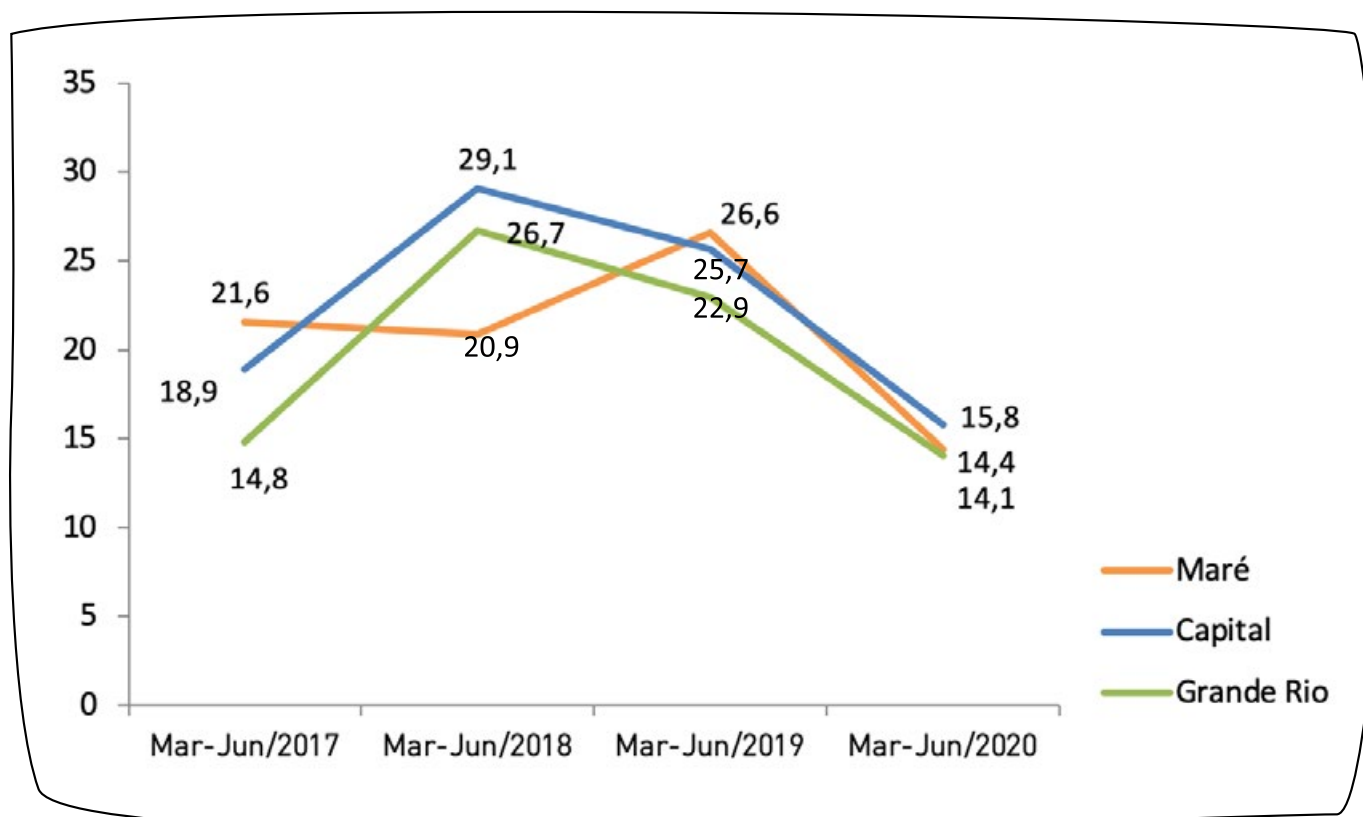
Tabela 5. Médias de tiroteios por mês no quadrimestre Mar-Jun (2017-2020)

Médias de tiroteios por quadrimestre				
	Mar-Jun/2017	Mar-Jun/2018	Mar-Jun/2019	Mar-Jun/2020
Maré	7,5	7,3	9,3	5
Capital	308,3	486,3	431	270,5
Grande Rio	443,8	820,3	708,3	444

Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.



**Gráfico 16. Evolução das taxas de tiroteios na Maré por 100 mil habitantes por quadrimestre (2017-2020)**



Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

Em números absolutos, houve uma redução de 46% no número de tiroteios na Maré em relação a 2019, ano em que os mesmos meses registraram os maiores números de tiroteios da série histórica. Já na cidade do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana, os números apontam para uma queda de 37% em relação ao mesmo período, ou seja, os tiroteios diminuíram mais na Maré do que no Rio e no Grande Rio. Os números do quadrimestre março-junho de 2020 também são melhores do que os de 2018, ainda que estes também tenham sido menores em comparação com os registros de 2019.

Na Maré, também na comparação entre 2020 e 2019, houve uma redução, em números absolutos, no número de mortos ao longo da quarentena. Se em 2019 nestes mesmos meses ocorreram 3 mortes na Maré, em 2020, houve apenas uma morte entre os meses de março e junho.

De maneira geral, os dados demonstram a seguinte situação: 2018 e 2019 são os anos que em que há mais tiroteios e mais mortes decorrentes deste tipo de ocorrência, ao passo em que 2020 tem uma redução significativa desses números, embora a Maré siga apresentando um quadro crítico. O ano de 2019 chama atenção nesse sentido, porque, embora o número de tiroteios tenha diminuído, a participação da polícia aumentou consideravelmente. Paralelamente ao crescimento da participação da polícia, houve também um incremento no número de mortes. Estes dados podem estar correlacionados (a conferir). Se confirmada, esta correlação pode nos indicar o peso de dois fatores macroestruturais. O primeiro deles é a pandemia mundial de Co-

vid-19, que provocou a quarentena e o isolamento social em todas as cidades da região metropolitana, reduzindo drasticamente o desenvolvimento das mais variadas atividades.

O segundo é a decisão recente do Supremo Tribunal Federal de suspender operações policiais em favelas ao longo da referida pandemia a partir da ADPF 635, medida que se não chegou a impedir completamente as ações policiais nas comunidades fluminenses nos últimos meses, impactou na quantidade de incursões e na redução da letalidade associada a operações policiais em favelas. Estudo publicado pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense – GENI/UFF mostra que nos primeiros 31 dias de implantação da decisão liminar da ADPF 635 que restringiu operações policiais na pandemia, houve uma redução de 78% no número de operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período em comparação com a média dos anos anteriores. Esta redução das operações policiais foi acompanhada de uma redução significativa do número de mortes violentas, feridos e ocorrências criminais. Com relação aos mortos, houve uma redução 72,5% das mortes decorrentes de operações policiais em relação à média de mortes no mesmo período entre 2007 e 2019 (HIRATA; GRILLO; DIRK, 2020)<sup>10</sup>.

Ao que tudo indica, não fossem estes fatores, o ano de 2020 poderia apresentar mais ou menos o mesmo padrão visto nos anos de 2018 e 2019: muitos tiroteios, expressiva participação da polícia e muitas mortes no território. Mesmo diante da vigência da ADPF 635, o Observatório da Segurança do Rio de Janeiro aponta, nesse sentido, que em outubro de 2020 houve um aumento de 425% do número de mortes em operações e patrulhamentos policiais em relação a setembro. Segundo este estudo, 63 pessoas foram mortas pelas polícias em outubro de 2020 no do Rio de Janeiro<sup>11</sup>.

Desde junho, após decisão liminar do ministro Edson Fachin referendada em agosto pelo plenário do STF, as operações policiais no Rio foram suspensas durante a pandemia de Covid-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas e comunicadas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Diante da intensificação de operações policiais e descumprimento da medida cautelar, as organizações que atuam como Amicus Curie na ADPF 635 ingressaram com uma petição no STF solicitando explicações sobre as ações policiais ocorridas durante a pandemia de Covid-19. O pedido foi realizado após uma operação policial no Complexo da Maré, realizada no dia 27 de outubro, em que uma jovem grávida de quatro meses perdeu o bebê depois de ser atingida por disparos.

9 A ADPF 635 (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) foi proposta pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e construída coletivamente com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado, ISER, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Mães de Manguinhos - entidades admitidas como amicus curiae- e também o Observatório de Favelas, Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (Geni/UFF), Fogo Cruzado, Instituto Marielle Franco, CEJIL, Conselho Nacional de Direitos Humanos e CESeC. Esta ação, que ficou conhecida como ADPF das Favelas, pede que sejam reconhecidas e sanadas as graves violações de direitos ocasionadas pela política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro à população negra e pobre das favelas e periferias. Ver: <https://www.adpfdasfavelas.org/>

10 Disponível em [https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-Geni\\_ADPF-635-impactos-e-correlacoes\\_versao\\_Final.pdf](https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-Geni_ADPF-635-impactos-e-correlacoes_versao_Final.pdf)

11 Disponível em <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Observat%C3%B3rio-da-Seguran%C3%A7a-RJ-a%C3%A7%C3%B5es-policiais-em-outubro-2020.pdf>



## 2.5. Vitimização de crianças e adolescentes

Os dados do Fogo Cruzado também nos permitiram analisar a vitimização de crianças e adolescentes na Maré e comparar o contexto deste bairro com a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana. Apresentamos a seguir os números relativos aos anos de 2017 ao primeiro semestre de 2020.

**Tabela 6. Vitimização de crianças na Maré, capital e Grande Rio (2018-2020)**

Vitimização de crianças								
	2017		2018		2019		Jan-Jun/2020	
	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos
Maré	0	1	0	0	1	0	0	1
Rio	6	5	14	4	9	6	6	2
Grande Rio	10	8	21	4	17	7	11	6
<b>TOTAL</b>	17	13	35	8	27	13	17	9

Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

**Tabela 7. Vitimização de adolescentes na Maré, capital e Grande Rio (2018-2020)**

Vitimização de adolescentes								
	2017		2018		2019		Jan-Jun/2020	
	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos
Maré	0	0	1	2	0	0	0	0
Rio	22	22	22	17	20	21	6	3
Grande Rio	54	53	48	44	36	53	13	11
<b>TOTAL</b>	76	75	71	63	56	74	19	14

Fonte: Fogo Cruzado. Elaboração dos dados: Observatório de Favelas.

Como é possível observar, no intervalo entre 2017 e junho de 2020, de acordo com os registros do Fogo Cruzado, houve uma criança ferida e duas crianças mortas. A criança que foi ferida, no ano de 2019, foi atingida por um disparo (identificado como “bala perdida”) durante uma operação da Polícia Civil na Maré, na localidade conhecida como Conjunto Esperança<sup>12</sup>. Esta operação contou com o uso de um helicóptero como plataforma de tiro e deixou 8 pessoas mortas e 3 feridas, dentre elas, a criança a qual se fez referência, não identificada.

As vítimas fatais, por sua vez, foram um menino e uma menina, de 07 e 11 anos, respectivamente. Fernanda Adriana Caparica Pinheiro foi atingida por um projétil no tórax enquanto brincava em sua casa, na comunidade do Parque União em 2017. Ela chegou a ser levada ao Hospital Federal de Bonsucesso, mas não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Kauã Vitor da Silva foi atingido na cabeça por um disparo que teria sido acidental e efetuado por um adolescente. O caso ocorreu na Vila do Pinheiro em 2020 e a criança também chegou a ser levada para uma unidade hospitalar, onde faleceu.

Quanto aos adolescentes, tivemos três casos com vítimas de disparos de arma de fogo, todos ocorridos em 2018. Foram 2 mortos e 1 ferido. As duas mortes ocorreram em circunstâncias de operações policiais, realizadas na parte da manhã, entre 09h e 12h. No primeiro caso, ocorrido na Nova Holanda, o adolescente morto foi Jeremias Moraes da Silva, de 13 anos, que jogava futebol com amigos numa quadra de esportes no momento em que começou a operação. Esta operação ainda resultou em mais uma morte e outras duas pessoas feridas. No segundo caso, que vitimou Marcus Vinícius, de 14 anos de idade, a operação que contou com a atuação conjunta da Polícia Civil e do Exército e com a utilização de helicóptero como plataforma de tiro, deixou mais 6 mortos na comunidade da Vila do Pinheiro.

**Esta seção aponta, em resumo que:**

**Há grande incidência de tiroteios na Maré**, o que faz com que a população esteja exposta de modo frequente a este tipo de violência.

**A polícia tem sido um protagonista das dinâmicas de tiroteios na Maré**, com a ampliação de sua participação nos eventos envolvendo disparos de armas de fogo. Em 2019, a polícia participou de 44% do total de eventos notificados no Fogo Cruzado na Maré.

**A polícia não só participa mais dos tiroteios na Maré** como estes eventos são mais letais (em consonância com o que foi apurado pelo monitoramento da Redes da Maré (2019, p. 23). Entre os anos de 2017 e 2019, houve redução da ocorrência de tiroteios, mas os eventos ampliaram sua letalidade, fazendo com que em 2019 a Maré tivesse uma taxa de letalidade

12 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/06/operacao-da-policia-provoca-intenso-tiroteio-no-complexo-da-mare-na-zona-norte-do-rio.ghtml>.

13 <https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-investiga-se-adolescente-que-matou-menino-com-tiro-na-cabeca-foi-assassinado-por-traficantes-na-mare-24497919.html>.

14 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rjtv-1/edicao/videos/t/edicoes/v/policia-civil-investiga-quem-matou-jeremias/6482968/>.

15 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/morre-adolescente-ferido-durante-tiroteio-na-mare.ghtml>.



nos tiroteios por 100 mil habitantes que foi o dobro da capital e superior ao Grande Rio. Em 2019, portanto, uma pessoa morreu na Maré a cada tiroteio notificado pelo Fogo Cruzado.

Assim como ocorreu na Ação Civil Pública, movida pelos moradores e organizações locais da Maré, que teve impacto para a redução das operações policiais (REDES DA MARÉ, 2019, p. 23), a ampliação do controle externo das operações policiais promovido pela ADPF 635 teve impactos para a redução dos tiroteios na Maré em 2020, bem como da letalidade deles decorrente.

O monitoramento do Fogo Cruzado mostra duas mortes de adolescentes na Maré, em 2018, ocorridas em contextos de operações policiais.

### 3. DADOS DO ISP

Apresentamos, nesta seção, um panorama das incidências das violências contra crianças, adolescentes e jovens, a partir dos dados do ISP. É importante destacarmos que a série histórica que analisamos a partir desses dados não compreende o contexto da pandemia do novo coronavírus. O quadro que estabelecemos aqui, entretanto, possibilita traçar as tendências das incidências de violência para definirmos os pontos de atenção que aprofundaremos no capítulo qualitativo.

#### 3.1. Distribuição das incidências por faixa etária das violências na Maré

No panorama da distribuição das violências por faixa etária apresentamos somente os tipos de ocorrência que tiveram incidência expressiva, em termos de quantidade e de comportamento da incidência ao longo do tempo, para crianças, adolescentes e jovens.

As tabelas 8 e 9 mostram que os dados de letalidade violenta<sup>16</sup>, principalmente, contra crianças (0 a 11 anos) e adolescentes (12 a 18 anos) podem estar subestimados. Os dois casos de mortes de adolescentes por intervenção policial, por exemplo, que analisamos na seção anterior, não aparecem nos dados do ISP. Há, entretanto, dois casos de letalidade violenta em 2018, que foram registrados como homicídios dolosos, cujas datas e perfis das vítimas batem com os dois de intervenção policial a que nos referimos.

<sup>16</sup> A letalidade violenta é a soma de homicídio doloso, latrocínio, homicídio decorrente de intervenção policial e lesão corporal seguida de morte.

A Redes da Maré (2019, p. 15) monitorou 49 mortes por armas de fogo em 2019. Estes casos não são apresentados no boletim por faixa etária. Os dados do ISP, por sua vez, mostram apenas 4 casos em 2019 (Tabela 8) de letalidade violenta dentro das faixas que trabalhamos (0 a 24 anos). Se considerarmos todas as idades e os casos sem idade preenchida para a Maré, encontramos 24 casos, menos da metade do monitorado pela Redes da Maré, nos microdados do ISP dentro do que é possível identificar como ocorridos no bairro.

Os dados do ISP, principalmente, relativos à letalidade possuem problemas de preenchimento nos campos de bairro da ocorrência e de idade das vítimas que dificultam a consolidação dos casos para a Maré. Mesmo com este viés para baixo, é possível fazer algumas análises para as faixas etárias de enfoque da nossa pesquisa a partir desses dados, principalmente se considerarmos outros tipos de agressões para além da letalidade violenta. Mesmo com os problemas de cobertura, a base de dados do ISP nos oferece a possibilidade de analisar vários tipos de violência e com distintos recortes etários.

Os dados da distribuição dos casos sem considerar a faixa etária, e mostrando a quantidade de não preenchimento do campo de idade, de letalidade violenta e letalidade violenta intencional estão apresentados nas tabelas abaixo:

**Tabela 8 – Casos sem preenchimento dos campos “sexo”, “cor” e “idade” nos microdados sobre letalidade violenta intencional na Maré – 2015 a 2019**

Sem preenchimento - Letalidade violenta – Maré					
	2015	2016	2017	2018	2019
Sexo	0	0	1	1	0
Cor	1	4	2	2	3
Idade	2	7	12	11	12
Total de registros	16	14	25	23	25
%					
	2015	2016	2017	2018	2019
Sexo	0%	0%	4%	4%	0%
Cor	6%	29%	8%	9%	12%
Idade	13%	50%	48%	48%	48%

Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas



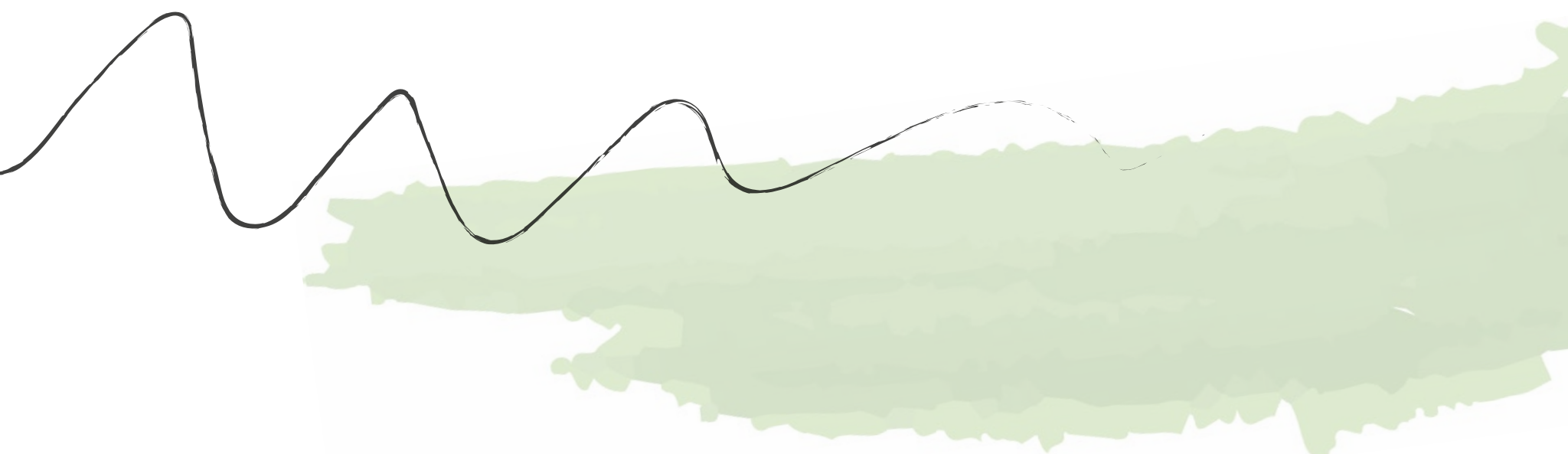
**Tabela 9 – Casos sem preenchimento dos campos “sexo”, “cor” e “idade” nos microdados sobre homicídios decorrentes de intervenção policial na Maré – 2015 a 2019**

Sem preenchimento - Homicídios decorrentes de intervenção policial – Maré					
	2015	2016	2017	2018	2019
Sexo	0	0	0	0	0
Cor	0	3	0	0	2
Idade	1	4	7	9	7
Total de registros	2	10	9	11	9
%					
	2015	2016	2017	2018	2019
Sexo	0%	0%	0%	0%	0%
Cor	0%	30%	0%	0%	22%
Idade	50%	40%	78%	82%	78%

Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

Estes dados mostram que há grande volume de registros de letalidade violenta intencional sem preenchimento da idade das vítimas. O que se acentua quando se trata da letalidade provocada pela atuação policial, chegando a ter 80% dos casos sem idade das vítimas em 2018.

Considerando as três tabelas abaixo em conjunto, temos que para a letalidade violenta, incluindo a violência policial, os jovens (18 a 24 anos) estão mais expostos a este tipo de violência. No que diz respeito aos estupros, esta tendência se inverte, com crianças(0 a 11 anos) sendo as mais atingidas, seguidas pelos adolescentes (12 a 18 anos).



**Tabela 10. Distribuição das ocorrências de homicídios decorrentes de intervenção policial (2015 a 2019) por grupo etário na Maré**

	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Total intervenção policial crianças	0	0	0	0	0	0
Total intervenção policial adolescentes	1	1	0	0	0	2
Total intervenção policial jovens	0	3	1	1	0	5

Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

**Tabela 11. Distribuição das ocorrências de letalidade violenta (2015 a 2019) por grupo etário na Maré**

	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Total Letalidade intencional crianças	0	0	1	0	0	1
Total Letalidade intencional adolescentes	1	1	1	2	1	6
Total Letalidade intencional jovens	4	6	3	6	3	22

Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

**Tabela 12. Distribuição das ocorrências de estupros (2015 a 2019) por grupo etário na Maré**

	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Total estupro crianças	9	4	4	3	12	32
Total estupros adolescentes	4	3	5	4	8	24
Total estupros jovens	0	0	1	2	2	5

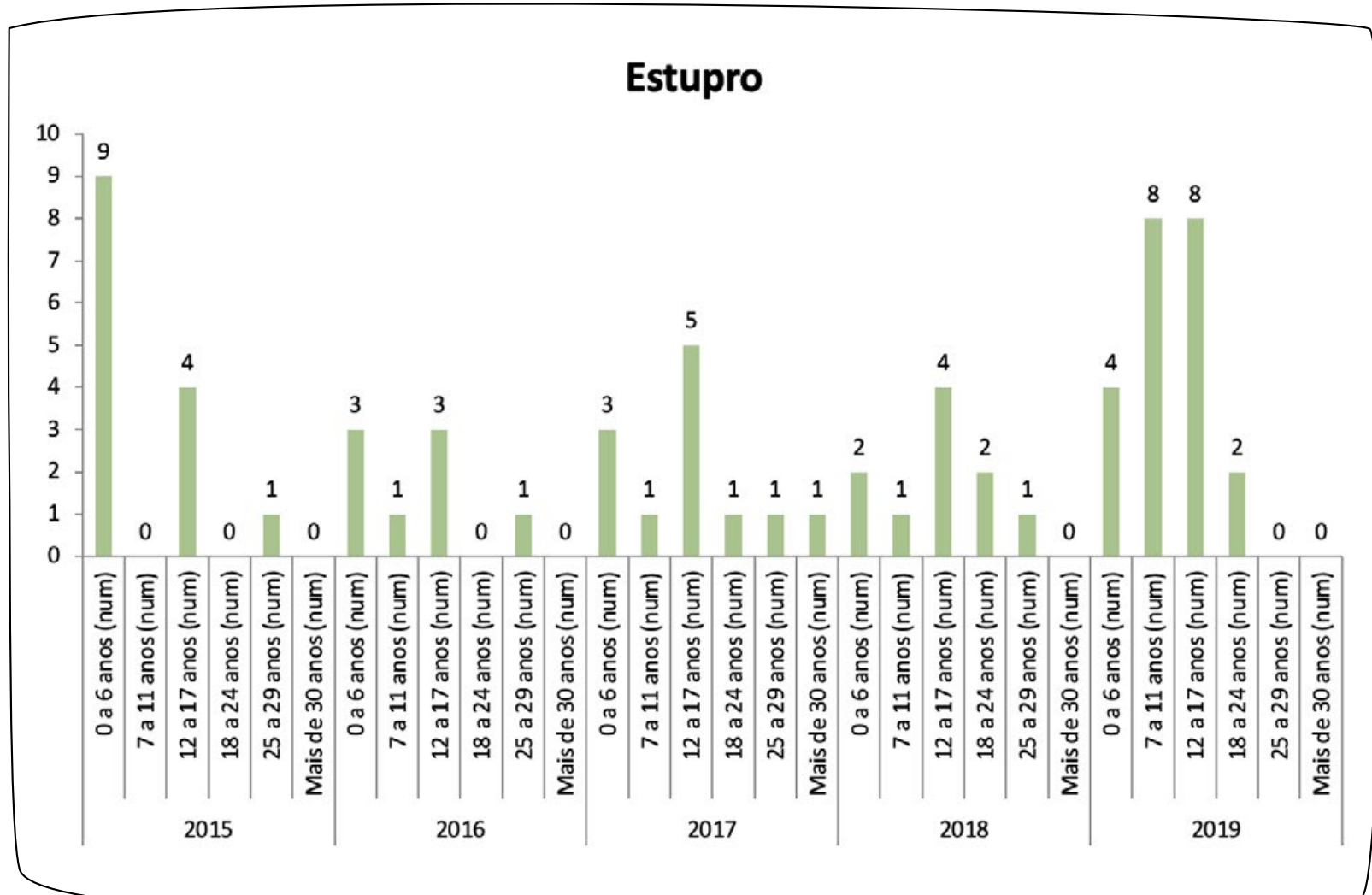
Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas



Nos gráficos seguintes, apresentamos as distribuições por faixa etária na série histórica de todos as violências presentes na base de dados do ISP para a Maré que tiveram ocorrências para crianças, adolescentes e jovens.

O gráfico abaixo detalha toda a série histórica de estupros por faixa etária na Maré. Destaque-se que, em 2015, a faixa etária dos 0 aos 6 anos, foi a que concentrou mais casos. Além disso, nos anos de 2017 e 2019, os casos se concentraram entre adolescentes, sendo que, em 2019, houve também grande incidência na faixa de 7 a 11 anos.

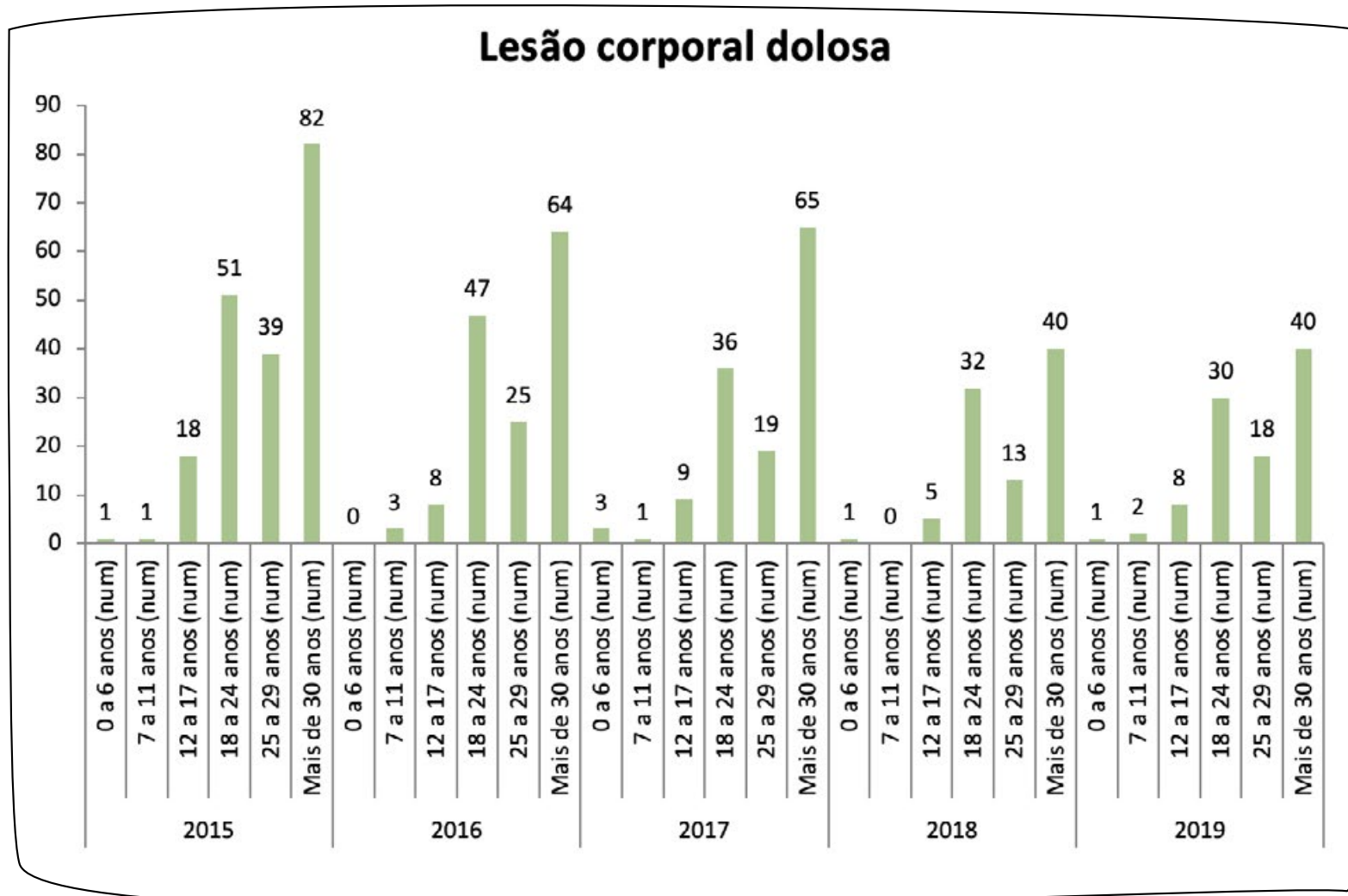
**Gráfico 17. Distribuição de estupros por faixa etária na Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

Já nos dados de lesão corporal dolosa, no gráfico a seguir, em todos os anos da série histórica a concentração de incidências está em casos acima da nossa faixa etária de interesse. Mas sublinhamos que, tanto em 2015 quanto em 2016, houve grande incidência de casos entre os jovens.

**Gráfico 18. Distribuição de lesão corporal dolosa por faixa etária na Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

Em relação a pessoas desaparecidas, chama atenção no gráfico a seguir a concentração de casos, entre 2015 a 2017, de adolescentes e, em 2018, de jovens. Apesar deste tipo de ocorrência combinar dinâmicas com perfis muito distintos, desde pessoas que reaparecem e o registro não é retificado até desaparecimentos forçados, é importante considerarmos este dado porque esta última hipótese é uma prática recorrente nas dinâmicas de letalidade de determinados grupos armados ilegais que atuam na cidade, sobretudo, as milícias (CANO e DUARTE, 2012).

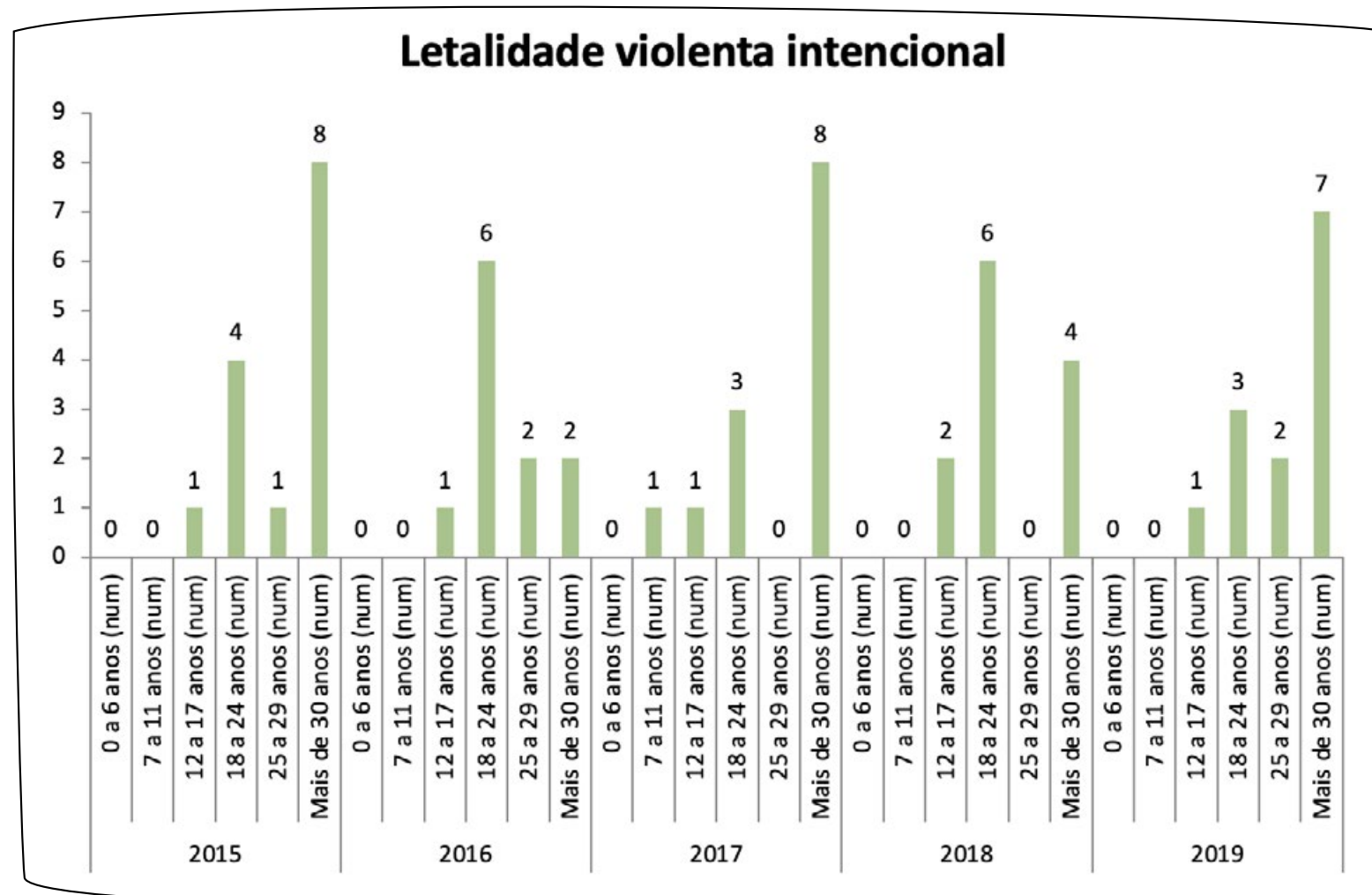


Gráfico 19. Distribuição de pessoas desaparecidas por faixa etária na Maré, 2015 a 2019



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

Gráfico 20. Distribuição de letalidade violenta por faixa etária na Maré, 2015 a 2019



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

Para qualificar estas incidências, apresentamos nas seções seguintes, as taxas da Maré, considerando, em cada faixa etária, as ocorrências que tiveram incidências expressivas ou que apresentam grandes variações para cima ou para baixo na comparação com as taxas da capital.

### 3. 2. Comparação das taxas da Maré com a capital por faixa etária: crianças de 0 a 6 anos

---

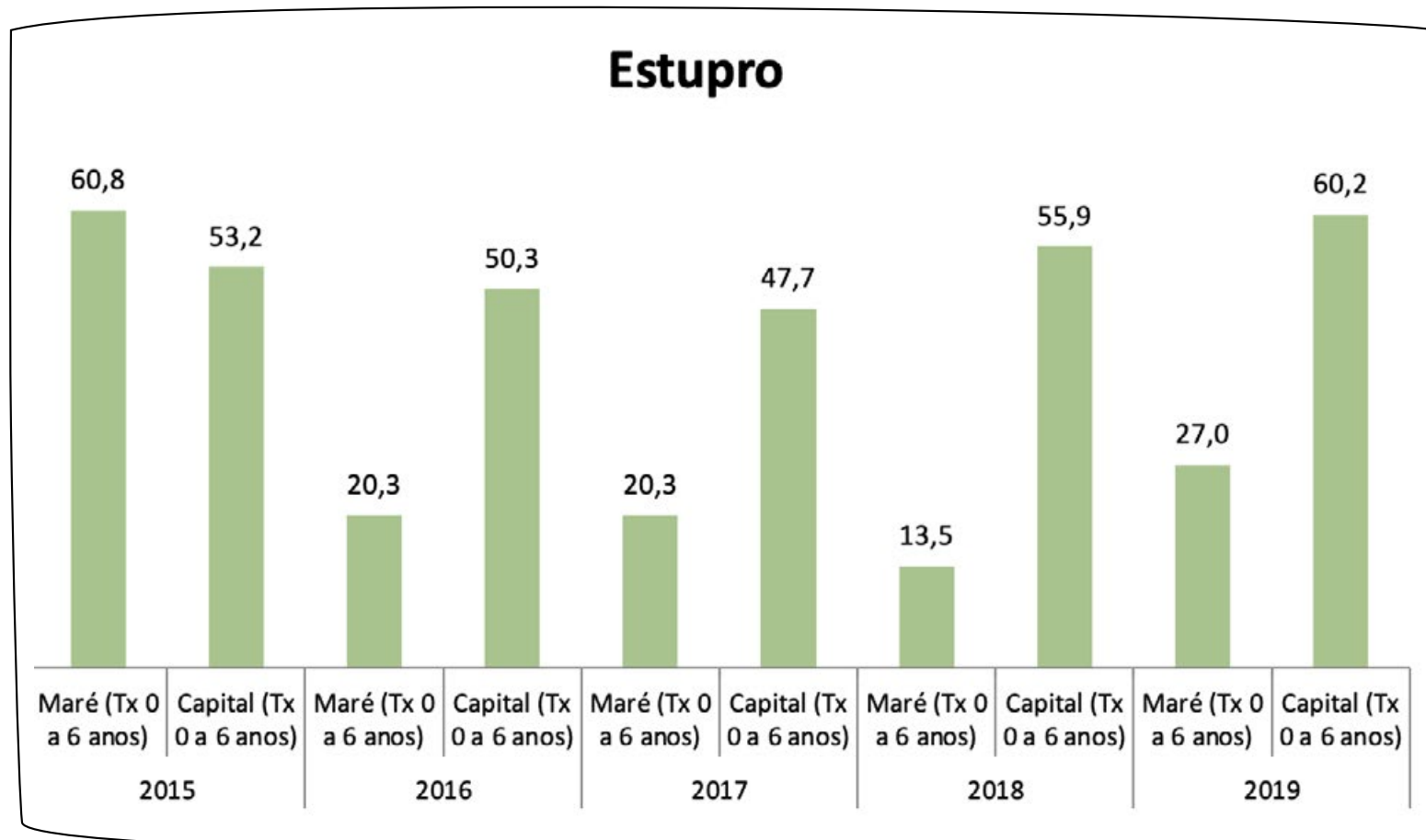
Em relação a este grupo etário, há dois pontos a destacar que são ilustrados pelos dois gráficos abaixo. Em primeiro lugar, a taxa de estupros por 100 mil na Maré, em 2015, foi superior à da capital, chegando a quase 60 por 100 mil.

E, em segundo lugar, as taxas de lesão corporal dolosa na Maré são muito inferiores às da capital. Este comportamento será também recorrente em relação aos outros grupos etários. Crimes como lesão corporal dolosa, ameaça e tentativa de homicídio são estratégicos para a ocorrência de violência letal intencional. Eles podem ser pensados como indicadores para um raciocínio de prevenção secundária, na medida em que indicam dinâmicas de exteriorização de conflitos que podem resultar em agressões mais graves (MOLINA, 2002; MOLINA e GOMES, 2002). Se uma pessoa sofre uma agressão que não se converte em uma ocorrência policial em determinado contexto de modo discrepante em relação ao cenário geral de notificações destes casos, é possível supor que há entraves na notificação. Mesmo que tenhamos em conta os problemas de cobertura da base de dados, o fato da Maré apresentar taxas tão abaixo da capital para os casos de lesão corporal dolosa nessa faixa etária – e, como veremos, em outras também –, pode indicar que não se trata de haver menos casos na Maré, mas desses casos não se traduzirem em notificação. É preciso que se qualifiquem estes dados, mas temos em relação a este contexto um indicador que pode significar negação do acesso à segurança como direito.



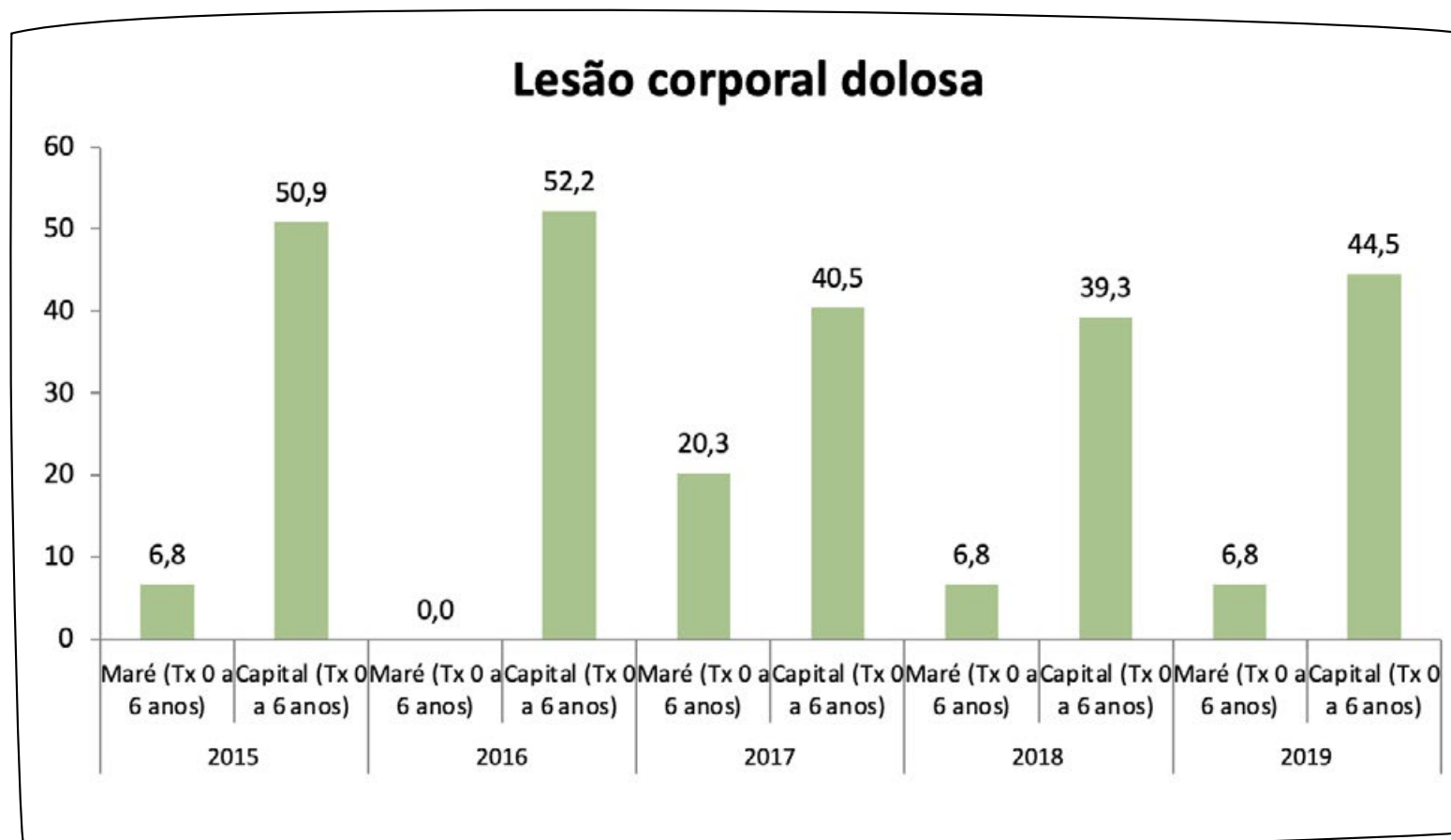


**Gráfico 21. Comparação de taxas de estupro – crianças de 0 a 6 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

**Gráfico 22. Comparação de taxas de lesão corporal dolosa – crianças de 0 a 6 anos capital e Maré, 2015 a 2019**



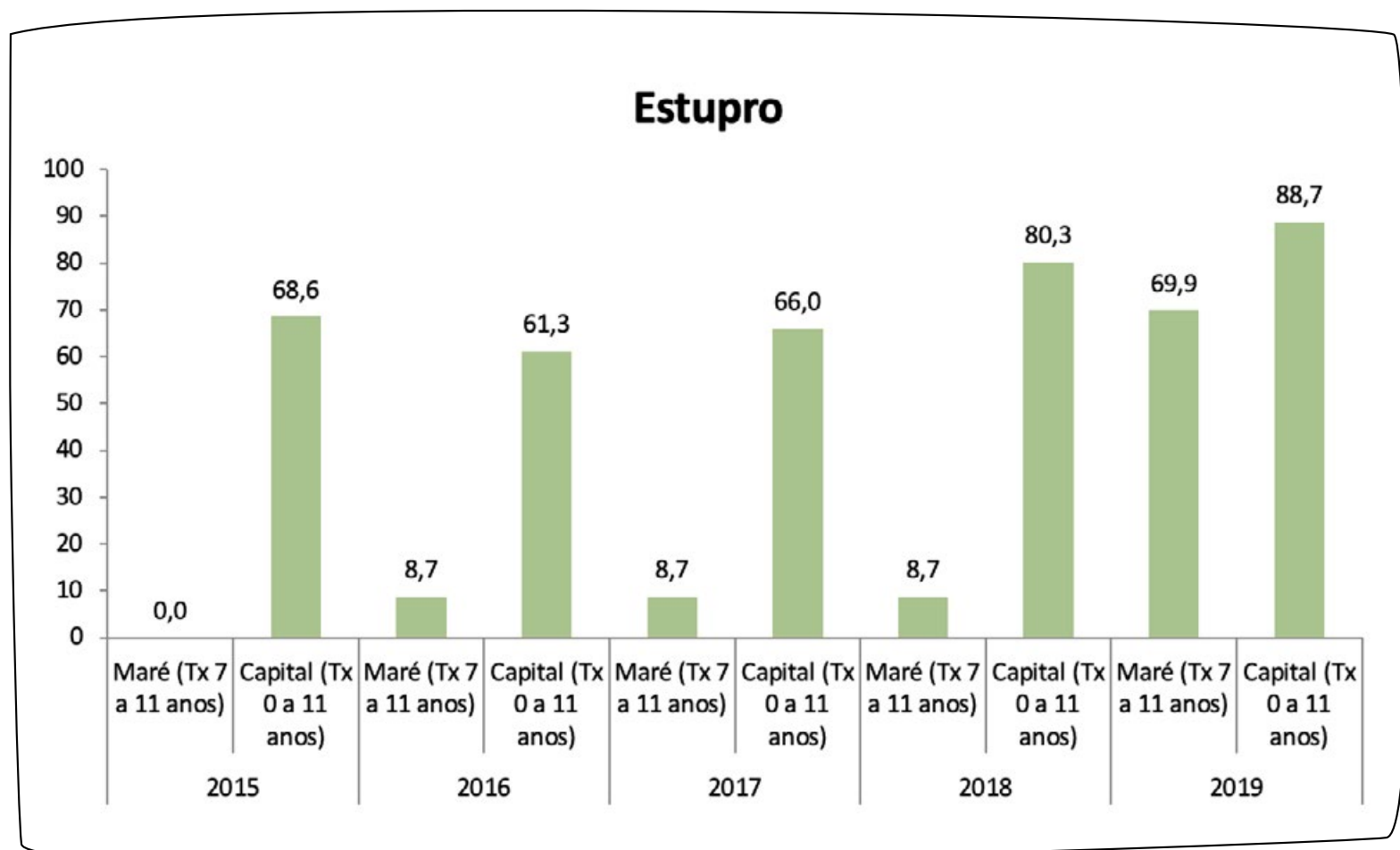
Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

### 3.3. Comparação das taxas da Maré com a capital por faixa etária: crianças de 7 a 11 anos

Entre as crianças de 7 a 11 anos, temos um cenário semelhante da faixa etária anterior. Mas, como mostra o gráfico 23, há um aumento considerável das taxas de estupro nesta faixa etária de 2018 para 2019.

Nos casos de lesão corporal dolosa, gráfico 24, temos o mesmo cenário de possível sub-notificação da faixa etária anterior.

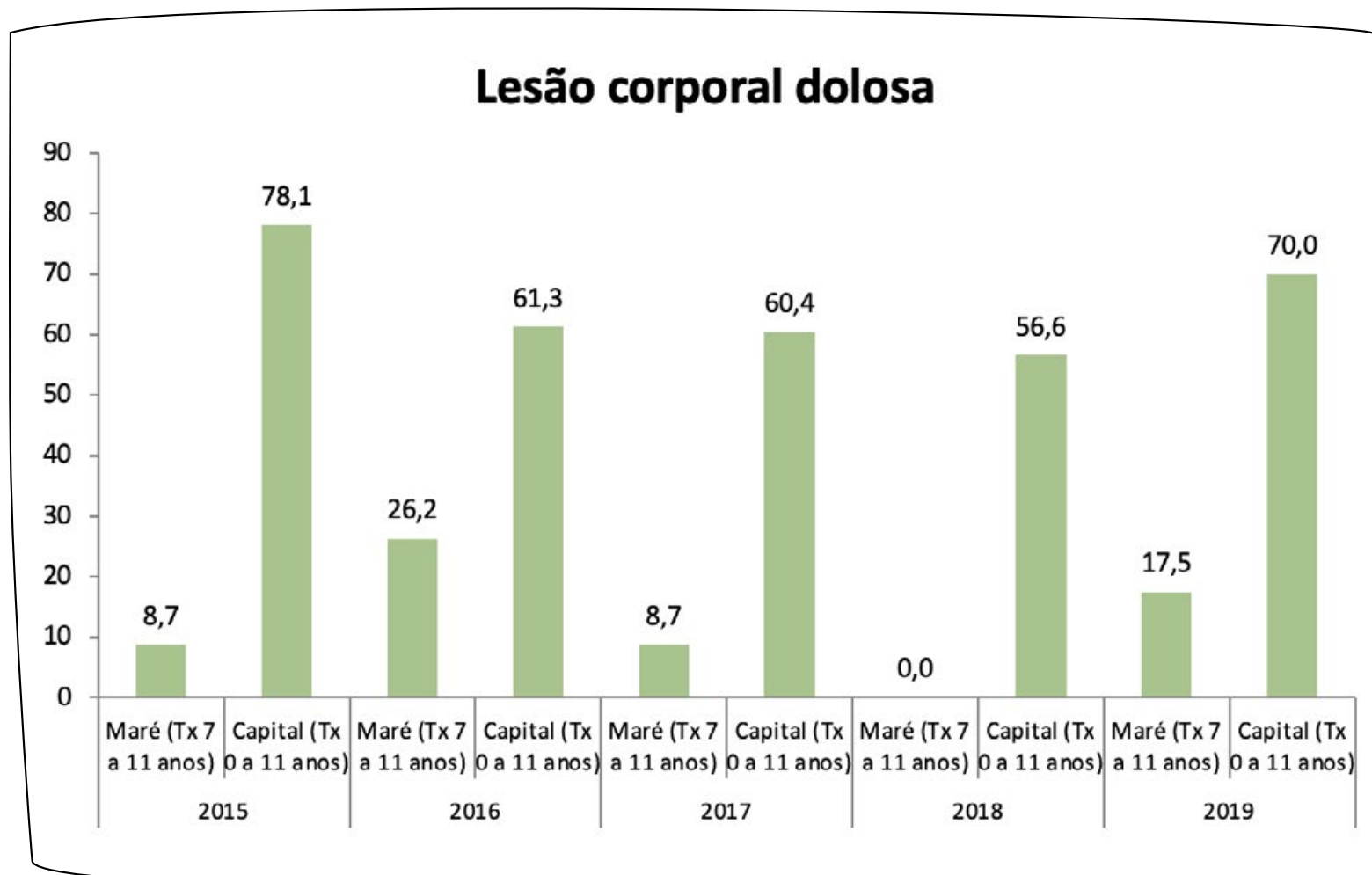
**Gráfico 23. Comparação de taxas de estupro – crianças de 7 a 11 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas



**Gráfico 24. Comparação de taxas de lesão corporal dolosa – crianças de 7 a 11 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**

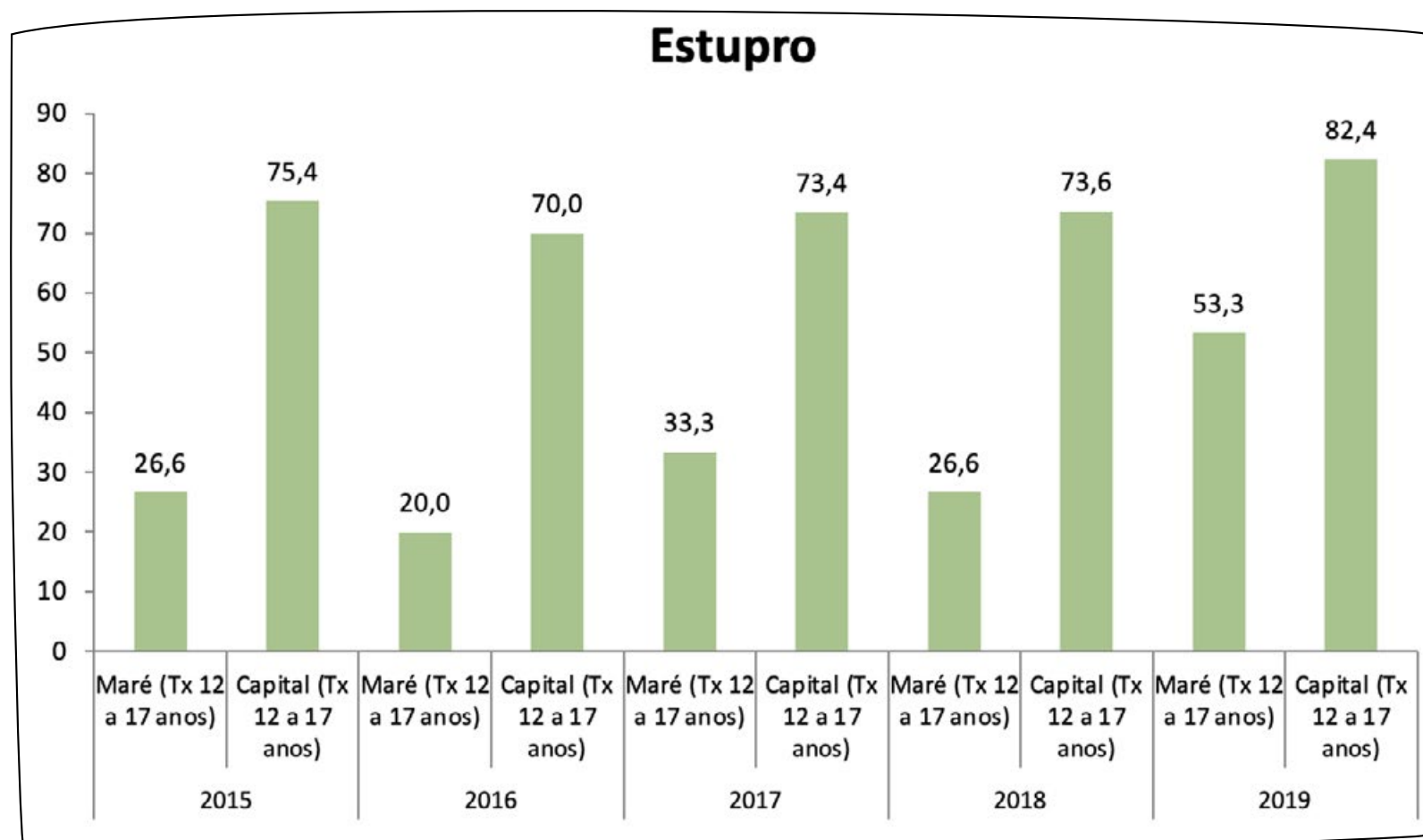


Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

### 3.4. Comparação das taxas da Maré com a capital por faixa etária: adolescentes, 12 a 17 anos

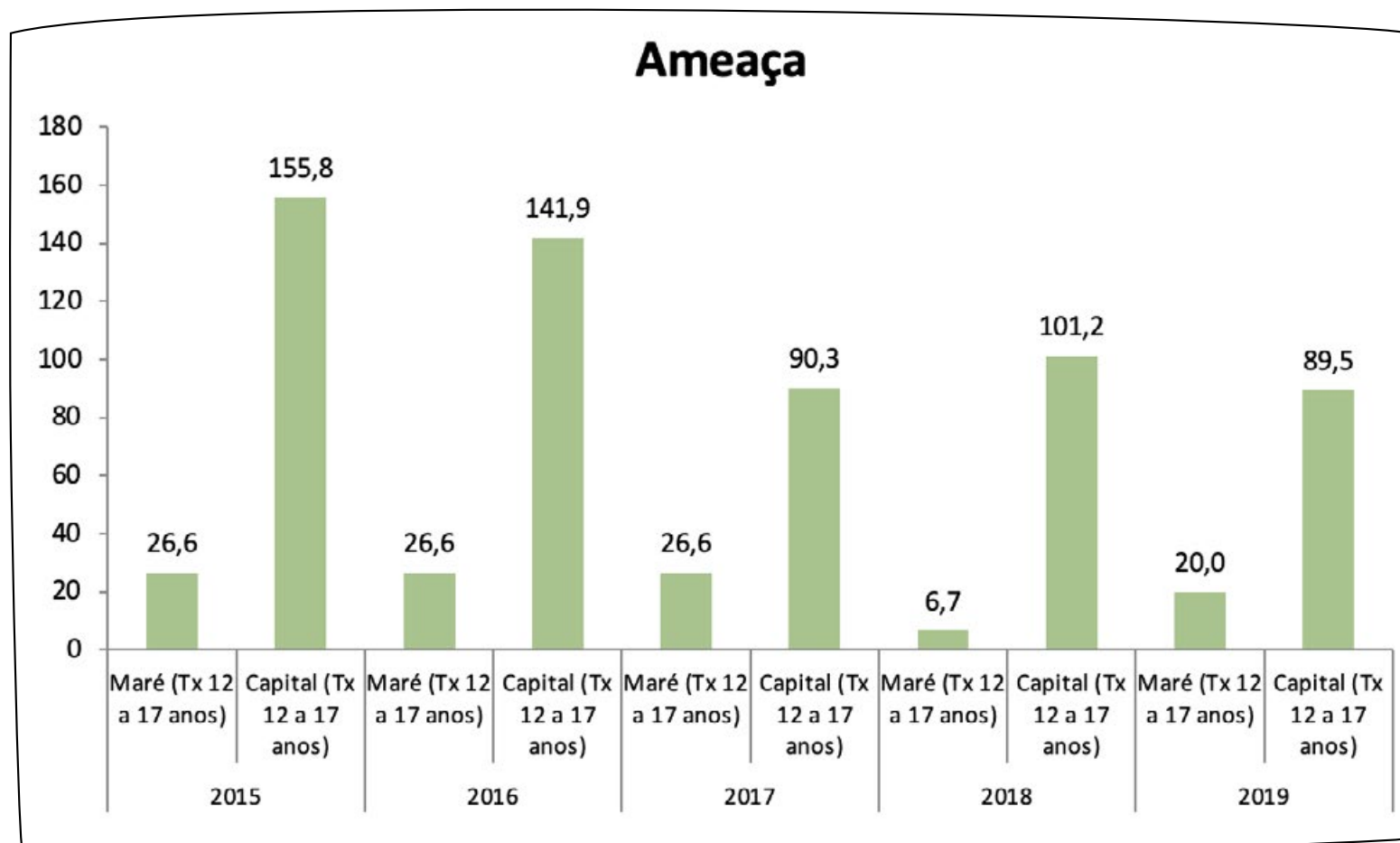
Entre os adolescentes, os pontos de destaque em relação às taxas da Maré comparadas às da capital são, novamente, a alta incidência de estupros, neste caso, com tendência de aumento desde 2017 (gráfico 25) e a baixa notificação de casos de ameaça e lesão corporal dolosa (gráficos 26 e 27).

**Gráfico 25. Comparação de taxas de estupro – adolescentes, 12 a 17 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

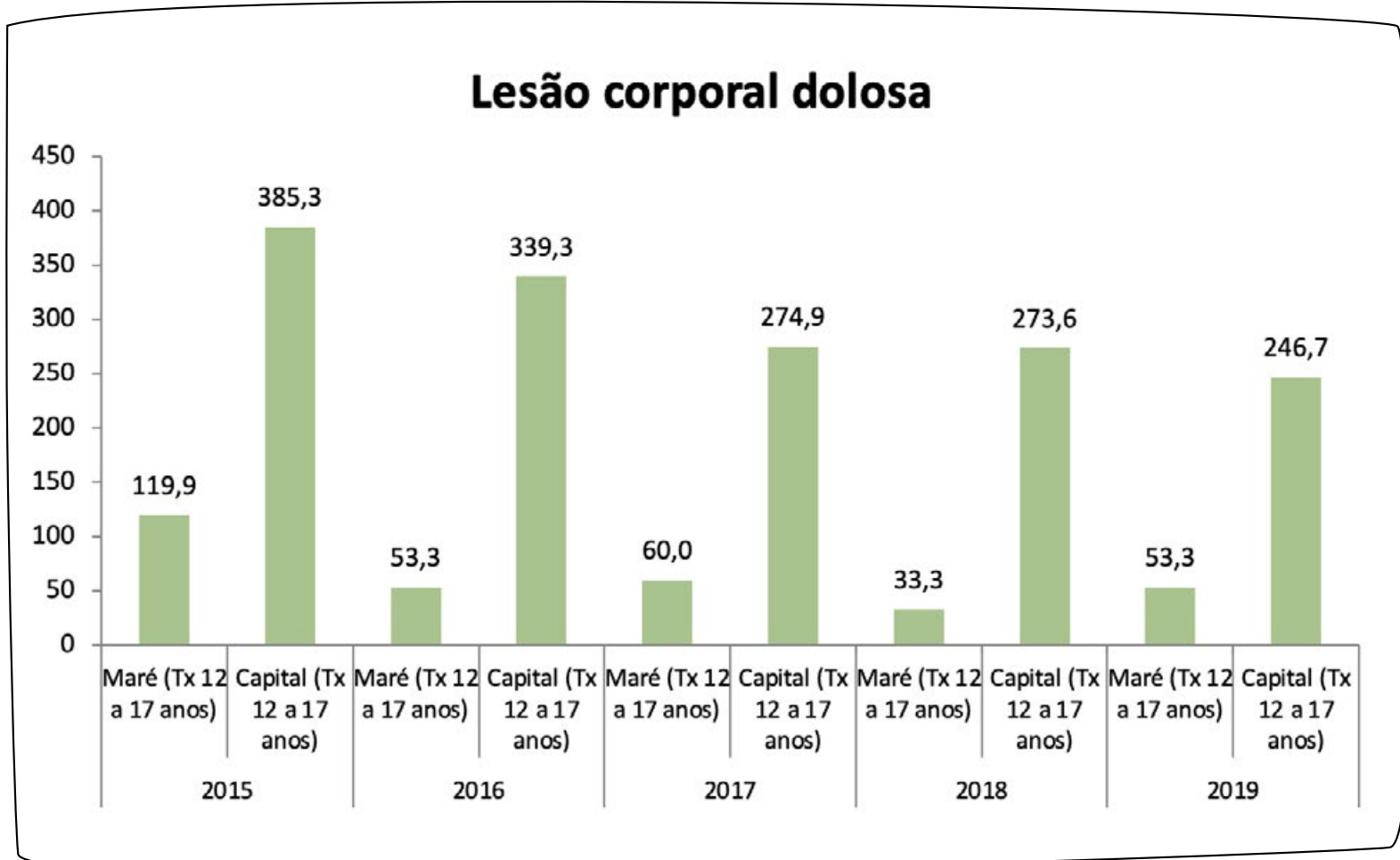
**Gráfico 26. Comparação de taxas de ameaças – adolescentes, 12 a 17 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas



**Gráfico 27. Comparação de taxas de lesão corporal dolosa – adolescentes, 12 a 17 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**

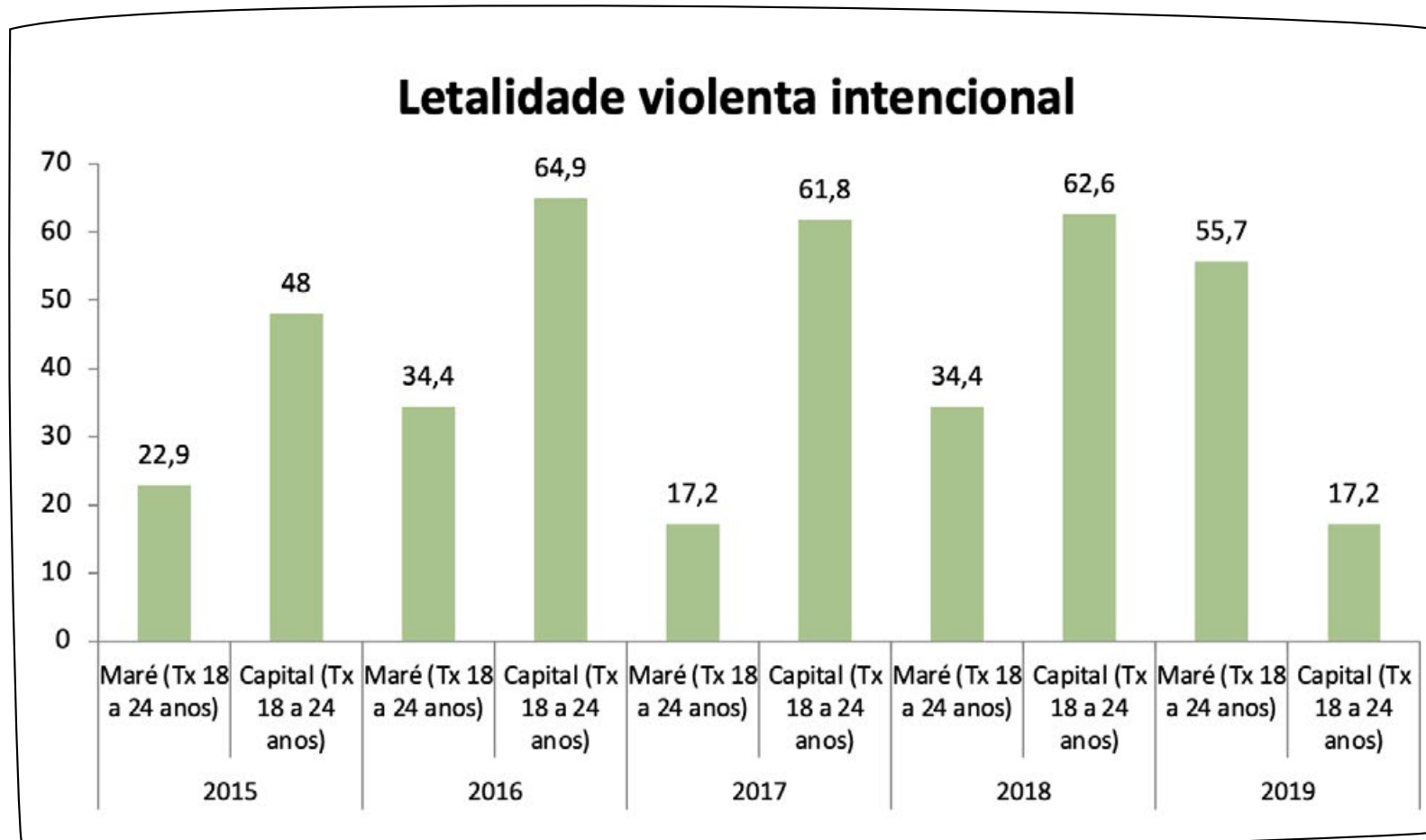


Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

### 3.5. Comparação das taxas da Maré com a capital por faixa etária: jovens, 18 a 24 anos

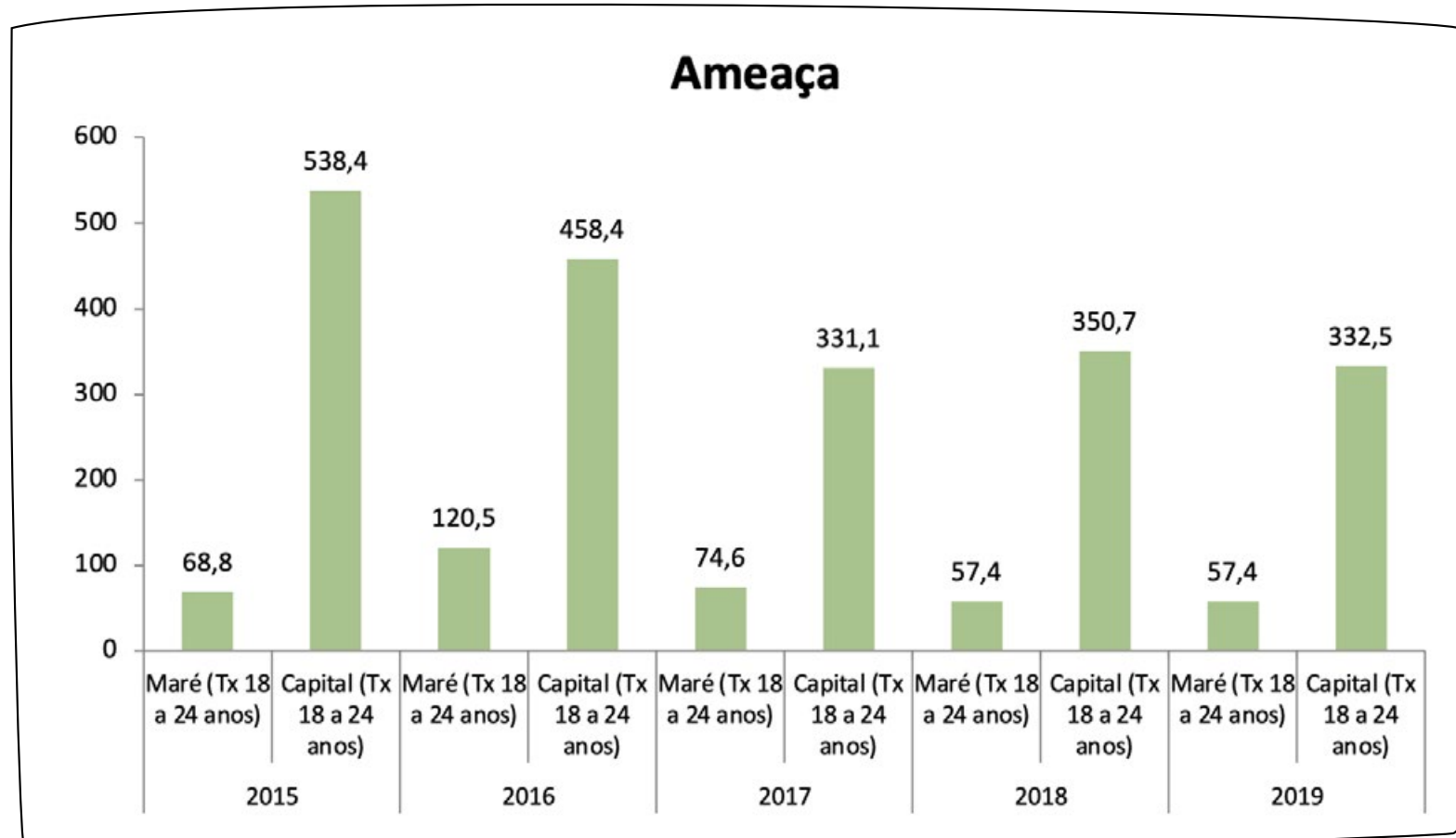
No caso dos jovens, como indicamos no início desta parte que analisa os dados do ISP, as incidências de violência letal intencional são o ponto de atenção. O gráfico 28 mostra que, enquanto a capital apresentou uma considerável queda na taxa letalidade violenta intencional para esta faixa etária, de 2018 para 2019, a Maré apresentou um aumento de 2017 a 2019. Já os gráficos 29 e 30 mostram o mesmo cenário de baixa notificação de casos de ameaça e lesão corporal dolosa que observamos para as faixas etárias anteriores.

**Gráfico 28. Comparação de taxas de letalidade violenta intencional – jovens, 18 a 24 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

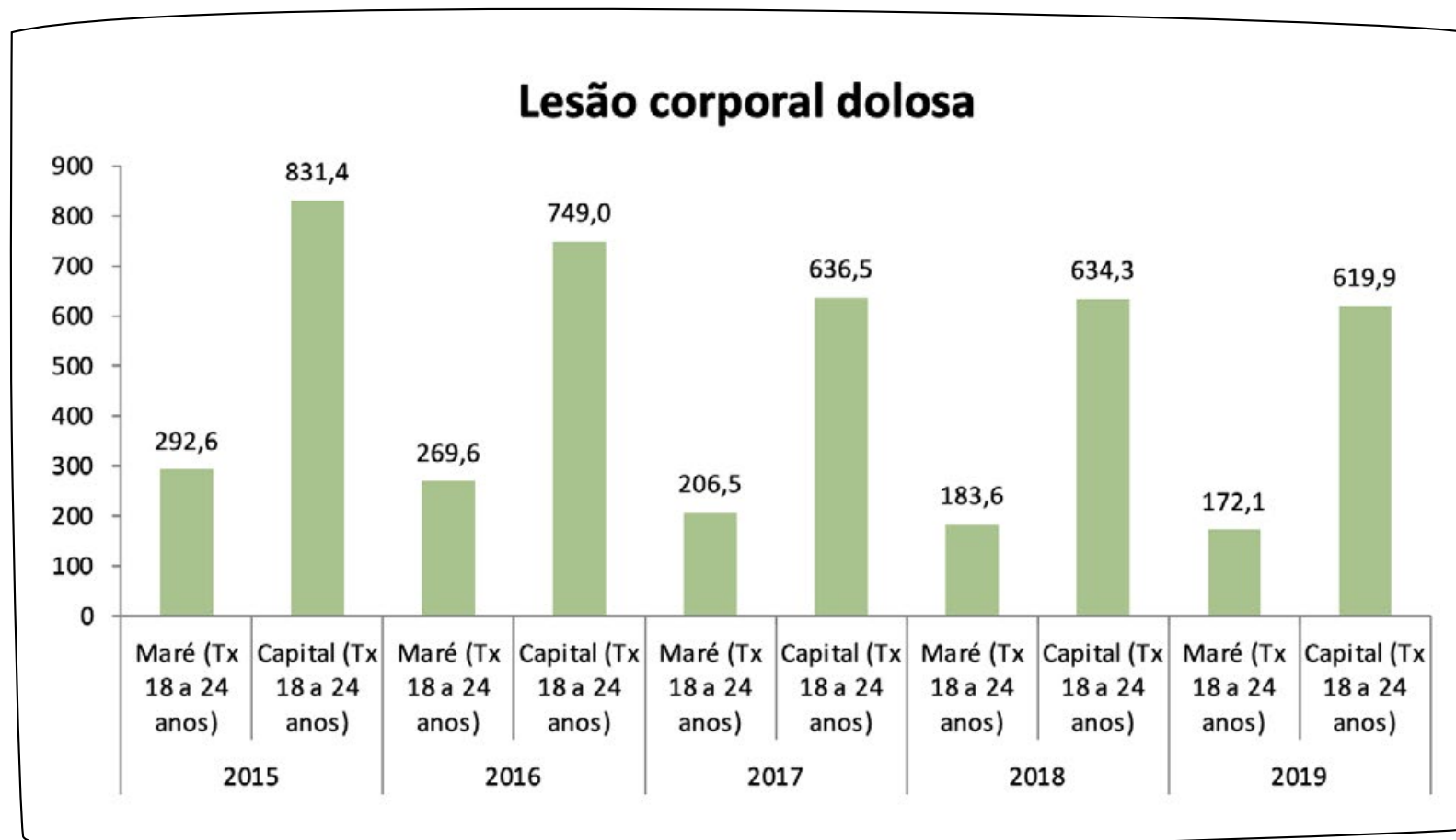
**Gráfico 29. Comparação de taxas de ameaça – jovens, 18 a 24 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas



**Gráfico 30. Comparação de taxas de lesão corporal dolosa – jovens, 18 a 24 anos – capital e Maré, 2015 a 2019**



Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

### 3.6. Distribuição por cor e sexo

Em relação às distribuições por sexo, a tabela a seguir mostra que as pessoas do sexo feminino são as principais vítimas de ameaças, estupros e lesão corporal dolosa. Em todas as outras ocorrências os indivíduos do sexo masculino são os mais atingidos, com destaque para a violência letal intencional.

Tabela 13. Distribuição das ocorrências por sexo da vítima (2015 a 2019), todas as faixas etárias, na Maré

Faixa Etária				Tipo de crime da ocorrência							
				ameaça	estupro	homicídio doloso	lesão corporal dolosa	pessoas desaparecidas	tentativa de homicídio	homicídio por intervenção de agente do estado	violência letal intencional
6 anos ou menos	sexo da vítima	MASCULINO	N	0	5	0	1	0	1	0	0
			%	0%	24%	0%	17%	0%	100%	0%	0%
		FEMININO	N	3	16	0	5	0	0	0	0
			%	100%	76%	0%	83%	0%	0%	0%	0%
Total				3	21	0	6	0	1	0	0
7 a 11 anos	sexo da vítima	MASCULINO	N	2	2	0	5	3	1	0	0
			%	100%	18%	0%	71%	60%	100%	0%	0%
		FEMININO	N	0	9	1	2	2	0	0	1
			%	0%	82%	100%	29%	40%	0%	0%	100%
			Total				2	11	1	7	5

12 a 17 anos	sexo da vítima	MASCULINO	N	6	2	4	25	20	0	2	6
			%	38%	8%	100%	52%	49%	0%	100%	100%
		FEMININO	N	10	22	0	23	21	1	0	0
			%	63%	92%	0%	48%	51%	100%	0%	0%
Total				16	24	4	48	41	1	2	6
18 a 24 anos	sexo da vítima	MASCULINO	N	7	0	17	67	17	6	5	22
			%	11%	0%	100%	34%	71%	60%	100%	100%
		FEMININO	N	59	5	0	129	7	4	0	0
			%	89%	100%	0%	66%	29%	40%	0%	0%
Total				66	5	17	196	24	10	5	22

Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

Já a próxima tabela mostra que a violência letal intencional, além de atingir em sua maioria as pessoas do sexo masculino, também vitimiza preferencialmente os negros. Os negros (pretos e pardos) também são as populações mais atingidas na Maré para todas as demais violências, com exceção de ameaças e tentativas de homicídios. Estes dois únicos tipos de ocorrência com maior registro entre pessoas de pele branca são justamente aqueles que discutimos anteriormente que, juntamente com lesão corporal dolosa, possuem baixa notificação e são importantes para abordagens de prevenção secundária da violência. A população da Maré possui, pelos dados do ISP, pouco acesso à possibilidade de notificarem determinadas violências, mas as pessoas brancas possuem mais acesso que as negras.

17 Na base de dados do ISP, a categoria adotada é “negra”. Aqui adotamos a categoria “preta” nas tabelas referentes a dados de raça/cor. Quando nos referimos a “negras” e “negros” no relatório, consideraremos os dados relativos a “pretos” e “pardos”.



**Tabela 14. Distribuição das ocorrências por cor da vítima (2015 a 2019), por faixas etárias, na Maré**

Faixa Etária				Tipo de crime da ocorrência							
				ameaça	estupro	homicídio doloso	lesão corporal dolosa	pessoas desaparecidas	tentativa de homicídio	homicídio por intervenção de agente do estado	violência letal intencional
6 anos ou menos	cor ou raça da vítima	PRETA	N	0	5	0	1	0	1	0	0
			%	0%	1	0	0	0	0	0	0
		BRANCA	N	3	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
			%	100%	7	0	5	0	0	0	0
		PARDA	N	0	12	0	1	0	1	0	0
			%	0%	60%	0%	17%	0%	100%	0%	0%
Total				3	20	0	6	0	1	0	0
7 a 11 anos	cor ou raça da vítima	PRETA	N	0	3	0	2	2	0	0	0
			%	0%	27%	0%	29%	40%	0%	0%	0%
		BRANCA	N	1	4	0	3	0	1	0	0
			%	50%	36%	0%	43%	0%	100%	0%	0%
		PARDA	N	1	4	1	2	3	0	0	1
			%	50%	36%	100%	29%	60%	0%	0%	100%
Total				2	11	1	7	5	1	0	1
12 a 17 anos	cor ou raça da vítima	PRETA	N	2	6	1	12	6	0	0	1
			%	13%	25%	33%	27%	15%	0%	0%	25%
		BRANCA	N	7	8	0	16	14	0	1	1
			%	44%	33%	0%	36%	34%	0%	100%	25%
		PARDA	N	7	10	2	17	21	1	0	2
			%	44%	42%	67%	38%	51%	100%	0%	50%
Total				16	24	3	45	41	1	1	4

18 a 24 anos	cor ou raça da vítima	PRETA	N	9	2	5	32	2	2	1	6
			%	14%	40%	29%	17%	9%	22%	20%	27%
		BRANCA	N	28	2	4	73	8	4	1	5
			%	42%	40%	24%	38%	35%	44%	20%	23%
		PARDA	N	29	1	8	88	13	3	3	11
			%	44%	20%	47%	46%	57%	33%	60%	50%
		<b>Total</b>		<b>66</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>193</b>	<b>23</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>22</b>

Fonte: ISP. Sistematização dos dados: Observatório de Favelas

SÍNTESE DA SEÇÃO

Em resumo, esta seção mostrou que:

**No caso das crianças e adolescentes**, os estupros foram o tipo de agressão que apresentou incidência mais significativa, com forte alta recente em algumas faixas etárias.

**Mesmo com indicativos de subnotificação**, as lesões corporais dolosas tiveram incidência considerável entre os jovens (18 a 24 anos).

**De 2015 a 2017, houve incidência considerável** de registros de desaparecimento de adolescentes na Maré.

**Mesmo com os problemas de preenchimento dos Registros de Ocorrência**, a letalidade violenta intencional, em dois anos da série histórica, teve a faixa dos jovens (18 a 24 anos) como a que teve maior incidência em comparação às demais faixas.

**Enquanto houve queda da letalidade violenta** entre jovens de 18 a 24 anos na capital de 2018 para 2019, na Maré houve grande aumento, com a taxa ficando muito acima da capital.

**As pessoas negras são as mais atingidas** por quase todos os tipos de agressão notificados na base do ISP para a Maré.

**Em relação ao recorte de gênero**, as pessoas do sexo feminino estão mais vulneráveis a agressões de natureza interpessoal, como ameaça e lesão corporal dolosa, e sexual, no caso dos estupros. Os indivíduos do sexo masculino são, por sua vez, mais atingidos pela violência armada.

**A possível subnotificação de casos de lesão corporal**, ameaças e tentativas de homicídios em diversas faixas etárias pode ser interpretada como dificuldade de acesso à segurança pública como direito com a ampliação dos riscos de letalidade, principalmente, entre adolescentes e jovens. Os recortes de cor são sensíveis a estas dinâmicas de subnotificação.



## Capítulo 2

# VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS DA MARÉ E O CONTEXTO PANDÊMICO

*“Cada passo que ele dava  
Tinha uma história pra contar.”*

Este capítulo se baseia, principalmente, em entrevistas semiestruturadas realizadas de modo virtual, através de aplicativo de videochamada, com atores relacionados ao tema das violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré no período de julho a outubro de 2020. Foram realizadas 27 entrevistas: 6 com jovens, 8 com pessoas que atuam em organizações da sociedade civil, 5 com conselheiros tutelares, 1 com uma defensora pública, 3 com diretores de equipamentos de educação, 3 com agentes da área de saúde (Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil - CAPSi, e Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF) e 1 com uma pessoa que atua no Programa Territórios Sociais da Prefeitura. Todos os perfis são de pessoas que atuam ou moram na Maré. Dentre os atores do poder público, destacamos que os cinco conselheiros tutelares entrevistados são ou foram moradores da Maré e uma pessoa da área da educação também já foi moradora.

Além das entrevistas semiestruturadas, aplicamos um questionário estruturado às equipes do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS que atendem à Maré, elaborado na plataforma Google Forms<sup>18</sup>. Para a realização de entrevistas em profundidade, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro exige a submissão da pesquisa a um comitê de ética, o que não seria viável no cronograma do projeto. Recebemos três respostas ao formulário. As análises que foram possíveis fazer a partir desse questionário, entretanto, são limitadas em comparação ao restante das entrevistas. A seção que trata especificamente do tema da assistência social possui, portanto, certa assimetria com o restante do capítulo dada à natureza dos dados que obtivemos.

---

18 O modelo do formulário pode ser acessado em:  
[https://docs.google.com/forms/d/15Z5M0BbDk\\_73q6dhyVxyy-thOuN-0dnGVT3yU7QRkpk/prefill](https://docs.google.com/forms/d/15Z5M0BbDk_73q6dhyVxyy-thOuN-0dnGVT3yU7QRkpk/prefill).



O roteiro de entrevistas buscou apurar as percepções dos interlocutores em relação às dinâmicas de violência contra crianças, adolescentes e jovens na Maré. Tínhamos perguntas sobre as incidências dessas violências, tanto antes quanto durante o contexto pandêmico. O quadro que apresentamos aqui enfoca as principais violências contra esses públicos, procurando mostrar como elas ocorriam antes da pandemia e se sofreram algum impacto decorrente dessa circunstância.

O capítulo se divide em duas partes. Na primeira, apresentamos as percepções sobre as formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens que emergem nas percepções de nossos entrevistados. Enquanto no primeiro capítulo, de análise quantitativa, os tipos de violência decorrem das classificações definidas nas fontes que consultamos, a maioria decorrentes dos registros de ocorrência policial, aqui trabalhamos com um repertório mais amplo de violências. Procuramos organizar estes tipos de violência conforme as próprias definições dos entrevistados. A tipologia das violências que é apresentada ao longo do capítulo não é, portanto, fruto de uma teorização prévia sobre as violências e suas formas, mas do próprio discurso dos interlocutores. Durante as entrevistas, todas as perguntas falaram de violência em termos genéricos. Perguntávamos sobre quais tipos de violência os entrevistados vivenciam, atendem, lidam no seu cotidiano ou já sofreram, cabendo a nossos interlocutores definirem tanto o que compreendem por violência como descrevê-las. Havia, é importante sublinhar, um bloco de perguntas sobre o trabalho policial, mas nesse bloco perguntávamos genericamente aos entrevistados como eles descreveriam a atuação policial. Os entrevistadores não faziam, dessa forma, perguntas sobre violência policial.

Ainda em relação à primeira parte, procuramos agrupar as percepções sobre essas formas de violências em três blocos: um que trata do que chamamos de uma dimensão estrutural, que trata de dimensões sociológicas mais profundas que se articulam com as manifestações das violências na Maré; um segundo que trata das violências que atingem todas as faixas etárias, mas que se concentram nos adolescentes e jovens; no terceiro, falamos de violências que afetam, prioritariamente, crianças e adolescentes. Para que não recaíssemos no excesso de sistematização dos discursos de nossos interlocutores, consideramos que seria melhor trabalharmos com estes recortes no lugar de operar através da vinculação das violências com recortes etários estanques. Há, dessa forma, violências descritas por narrativas cujos enfoques oscilam entre quem as sofre diretamente, quem as perpetra, quem é afetado indiretamente por elas, e, ainda, sobre quais suas causas, vetores e contextos propiciadores.

Na segunda parte, analisamos o modo pelo qual a rede de proteção e garantia de direitos a crianças, adolescentes e jovens atua, tentando identificar suas potencialidades e fragilidades para a prevenção das violências.

Manteremos anônimos todos os entrevistados e não serão fornecidos quaisquer dados que permitam que eles sejam identificados.

# 1. PERCEPÇÕES SOBRE AS VIOLÊNCIAS

Nossos entrevistados apresentaram um amplo repertório de violências que atingem crianças, adolescentes e jovens na Maré. Encontramos, em seus discursos, referências a: “violência do Estado”, “violência armada”, “violência policial”, “violência física”, “violência psicológica”, “violência sexual”, “violências autoprovocadas”, “automutilação”, “suicídio”, “tentativa de suicídio”, “negligências”, “maus-tratos”, “questões de guarda”, “abrigamento”, “abandono”, “ameaça”, “trabalho ilegal de adolescentes”, e “trabalho infantil”.

O caso do “abrigamento” é curioso porque apesar de ser uma medida de cuidado da rede, foi descrita em algumas entrevistas como um tipo de ação do Estado que promove novas violações. Há, ainda, narrativas que associam violações de direito ou desigualdades promovidas pelo Estado no repertório das violências.

Nem todas essas formas de violência receberam uma seção específica deste capítulo porque não chegaram a ser referidas de modo abrangente ou recorrente nos discursos. Algumas outras figuram apenas na seção dedicada à assistência social, como produto do instrumento de pesquisa específico que aplicamos aos atores dessa pasta, como já detalhamos.

## 1.1. Dimensões estruturais: “o território não é violento, o território é violentado”

Há uma dimensão de entrada fundamental para a reflexão sobre as violências que desenvolvemos aqui que foi informada por nossos próprios entrevistados: a recusa de uma descrição da Maré como um território violento. Essa perspectiva emana, principalmente, dos interlocutores da pesquisa que são “crias” da Maré, ou seja, nascidos e/ou criados ali.

A literatura sobre prevenção da violência, principalmente, a que trata da prevenção comunitária e derivou da teoria das janelas quebradas, desenvolvida por Kelling e Coles (1996), reproduz muitas vezes, estigmas sobre áreas de periferia e favelas<sup>19</sup>. A associação etiológica entre incidências criminais e uma linguagem que descreve seus locais de incidência como “áreas deterioradas” (BITTNER, 2003) é exemplo disso. Como a reflexão sobre prevenção da violência preconiza intervenções localizadas e de curto prazo, a fim de evitar imobilismos e ceticismos de uma abordagem estrutural (SOARES, 2006, p. 95), ela pode acabar recaindo no risco de que se ignorem os aspectos das violências que não são especificamente locais. Ou pior: pode reproduzir uma lógica de que os problemas de violência possuem uma natureza demasiadamente circunscrita que, no limite, pode recair na descrição de áreas de favelas e periferias como espaços violentos.

<sup>19</sup> João Trajano Sento-Sé (2011) é quem apresenta o panorama mais completo das teorias de prevenção da violência, suas contradições e os riscos de reprodução de uma lógica positivista no raciocínio etiológico e na expectativa antecipatória dessas teorias.

Uma possibilidade para que se evite este risco é compreender que muitas das violências que se manifestam nesses espaços possuem articulação com aspectos políticos e sociais estruturais e longa duração e amplo escopo espacial. Isso não impede que as soluções para essas manifestações das violências circunscritas a espaços de favelas e periferias sejam formuladas e desenvolvidas localmente. No caso da abordagem que adotamos aqui, é um de nossos interlocutores, um conselheiro tutelar, cria da Maré, que nos oferece a chave analítica central: “o território não é violento, o território é violentado”.

Esse vetor que descreve a violência como vinda de fora para dentro, é a base para uma reflexão que permite pensar as soluções de dentro pra fora. É outro conselheiro tutelar também “cria”, que descreve o mesmo vetor de uma violência que ocorre de fora para dentro:

*“(...) porque eu entendo que a violência que eu sofro dentro do meu território ela vem de fora, não é, a impressão é que a galera recebe de fora e acaba descontando na gente.”* (conselho tutelar A<sup>20</sup>)

Vejamos o trecho da entrevista com um desses conselheiros em que ele descreve esses vetores de produção da violência:

*“E aí eu trago novamente a questão de que **o território não é violento, o território é violentado** e sofre vários impactos e atravessamento de violência. (...) Então tem uma naturalização disso, uma naturalização **do uso do corpo do outro**. (...) Enfim, existem várias naturalizações que vão acontecendo dentro do território e das pessoas que vivem nele, muito a partir dessa falta de um monte de coisa que é muito emblemático e vem muito a partir da questão da educação, que não acessa, que não chega (...). Mas entender que a gestão pública está pensando o tempo todo que esse território é um território que ele não precisa, é um território o tempo todo negado de tudo.”* (conselho tutelar B)

Segundo essa pessoa do Conselho Tutelar, a violência que vem de fora para dentro, seria a base para a “naturalização” e a reprodução das violências que se manifestam na Maré. É importante, ainda, sublinhar que nessa descrição a violência é marcada pelo **uso do corpo do outro**, ou seja, uma objetificação, uma apropriação. Podemos interpretar esse trecho da entrevista como uma referência ao longo histórico de negações, de violações, de violências operadas contra o contexto da Maré e seus moradores. Um contexto marcado por uma violência de base, de fora para dentro, que dialoga com aquilo que Butler chamou de “violência ética” (2015, p 60), que nega o reconhecimento dos sujeitos e os objetifica.

Mas a “naturalização”, que desemboca na manifestação de determinadas violências na Maré, não é o que prevalece. Sempre que os entrevistados que são “crias” foram perguntados sobre como é morar na Maré, os significados que encontramos são positivos, voltados para a vida, a pulsação e a solidariedade.

20 Quando os entrevistados tiverem o mesmo perfil, utilizaremos, como forma de manter o anonimato, as letras “A”, “B”, “C”, e, assim, sucessivamente, para distingui-los. No caso dos conselheiros tutelares, não identificaremos sequer o gênero do interlocutor para impossibilitar sua identificação.



A mesma pessoa do Conselho Tutelar com quem conversamos, em outro trecho, expressa essa dimensão vital da Maré:

*“Então, a Maré é um **território muito vivo**, é um território com muitas possibilidades, é um território que a gente tem bastante condição e possibilidade de trabalho dentro da rede de uma forma em geral. A gente tem muitos equipamentos aqui no território, tanto de saúde, quanto de educação. A gente tem bastante ONGs, enfim, a gente tem um comércio muito grandioso também, de uma forma geral acaba que a gente até brinca de dizer que a Maré é uma cidade, porque a gente encontra tudo o que a gente precisa aqui. Só que a gente ainda tem muitas dificuldades em vários tipos de serviços, muito em função da não manutenção, não monitoramento, enfim, desses serviços, desses equipamentos, digamos assim, para, de fato, a gente conseguir estabelecer um trabalho de qualidade e efetividade. Mas é um território muito bom para se trabalhar nesse sentido.”* (conselho tutelar B)

A falta de manutenção dos serviços, o “não monitoramento”, essas “muitas dificuldades” estariam no rol das precariedades que vêm de fora para dentro, do campo da formulação e da gestão das políticas públicas. Outra moradora da Maré, que atua como assistente social em uma organização da sociedade civil descreve a Maré como pulsante:

*“A favela sempre foi muito pulsante. A favela não para. É vinte e quatro horas.”*  
(assistente social da Redes da Maré).

Outra entrevistada, jovem<sup>22</sup>, relata em sua trajetória um processo de construção de uma relação de pertencimento à Maré:

*“Eu gosto de morar na Maré. Na verdade, eu passei por todo um processo, sabe? Quando eu era criança, eu imaginava que algum dia eu deveria sair da Maré, mas conforme eu fui crescendo, fui mudando, sabe? Conforme eu fui aprendendo muitas coisas, e vendo muitas coisas, eu fui mudando de ideia. E eu não imagino - a princípio, eu não me imagino -, saindo da Maré, indo morar em outro lugar. (...) Então, desde criança, acho que a partir dos meus dez anos, eu sempre estudei em escola pública, não é? E, quando eu era criança ainda, eu percebia que a escola tinha muitos projetos. E, desde essa idade, eu já passei a entrar em projetos. E a partir daí, quando eu vi a diferença que fazia para mim, eu passei a participar de outros projetos de ONGs. Eu passei a querer participar de tudo. E, desde quando eu passei a fazer isso, passei a ter contato com outras pessoas - do pré-vestibular que eu fiz na Redes da Maré, no preparatório que eu fiz na Redes da Maré -, eu passei a ver outras pessoas que moram na Maré também, e que não moram na Maré, e que me passaram -como eu posso dizer?- que me apresentaram outras ideias e outras perspectivas, e que me mostraram realmente o que é ser morador da Maré, e o que é você lutar pelos seus direitos, e o que é aquela palavra chamada pertencimento - que também é bem difícil para muitas pessoas. Às vezes, você tem todo um processo de você se entender como morador da*

21 Os jovens que entrevistamos têm entre 18 e 24 anos. Não informaremos as idades de cada um para não oferecer dados que possam permitir sua identificação.

*Maré, entender que esse é o seu lugar: onde você nasceu, onde você morou. Mas é complicado você entender também que, em meio à violência, muitas pessoas pensem diferente. Mas assim, o que me ajudou, o que contribuiu, foram muitas pessoas próximas, professores, projetos -projetos voltados a jovens da Maré-, de -como eu falei- pertencimento mesmo, de cultura, arte, e eu vi que tinha isso tudo aqui, não é? E eu fui me moldando nesse tempo, entendendo, e saindo daquela bolhinha, não é? Que eu não me encaixava, que o melhor lugar era fora daqui, e essas coisas assim.” (jovem A)*

É importante notar nesse trecho da entrevista com essa jovem que ela associa esse processo de construção de pertencimento à participação em projetos das organizações locais. Ao contrário das narrativas estigmatizantes que procuram definir a Maré como território associado à violência, as relações de pertencimento também definem contextos nos quais estar na Maré é sinônimo de estar em um espaço seguro. Uma jovem mulher trans que entrevistamos relata esta circunstância:

*“É um lugar onde eu consigo me sentir mais confortável (...). Porque fora da favela, eu não me sinto confortável de estar fazendo isso, de parar em algum espaço e me divertir de uma forma que eu não vá sofrer uma transfobia. Então, dentro do Complexo de Maré é um lugar de seguridade, sabe? De lazer, também. Então, é um espaço ali onde todos estão me vendo. Todos ali sabem que eu sou moradora do espaço. Então, zero por cento de eu sofrer uma transfobia, de eu sofrer algum jeito, de eu sofrer alguma violência do meu corpo. Ali, é muito mínimo.” (jovem B)*

Ela narra na entrevista que a única vez em que sofreu violência transfóbica foi no Centro, mas que na Maré se sente segura por ter uma rede de amigos com quem se encontra para se divertir em espaços seguros. Não queremos, com isso, entretanto, estabelecer nenhuma extrapolação que indique que violências LGBTfóbicas não existem na Maré. Mas é importante evocar este sentido de segurança associado a estar na Maré que nos relata nossa entrevistada.

Esta mesma jovem, ao ser perguntada sobre qual tipo de violência que ela mais vivencia, diz o seguinte:

*“A primeira violência é da saúde. A gente começa a ver e nem é só na Maré. Bem, basicamente, atualmente, eu só estou vendo essa violência. (...) essas são as violências que eu mais vejo, na saúde, e a violência do Estado contra nós. (...) Os postos de saúde clínicos, como postinho, como a clínica da família, como UPA, eles não estão tendo base para o Estado, para o governo, para estarem acionando medidas de defesa, de saúde para esse público. Então, assim, a gente chega lá, não tem medicamento, a gente chega lá, não tem atendimento. Então, as pessoas, assim, perderam muito a fé dentro das clínicas de saúde do Complexo da Maré. A única coisa que está funcionando é UPA emergencial e a Clínica da Família também emergencial. E, assim, emergencial para como você chega para ter essa emergência, enfim. A gente já consegue perceber que a saúde aqui não vai priorizar. Aqui, emergencial é muito relativo, assim. Emergencial é quando você quebra, fratura, leva um tiro. Isso é emergencial, que é quase perto da morte. Agora, se você estiver passando mal, falta de ar, vômito, outras*

*condições não emergenciais não são atendidas, porque eles vão banalizar e você pode cuidar disso em casa, entende? Então é isso. E do Estado, a gente já sabe como é que é. (...) Eu vejo que o Estado, ele só vem para fazer esse tipo de violência, de matar, de invadir, de querer saber, de querer colocar coisas na favela para incriminar e para dizer para o Estado afora que está fazendo um trabalho e que não é bem assim.”*  
(jovem B)

Ela desenvolve, portanto, um argumento no qual a principal violência que ela diz vivenciar é a negação a um direito fundamental, o acesso à saúde. O final do trecho é a síntese dessa lógica através da qual se estabelecem dinâmicas estruturais que se articulam com as manifestações locais da violência. Quando perguntada quem são os principais alvos dessas violências, ela completa:

*“O povo negro, corpos negros, e o Conjunto da Maré todo, sabe? Quem estiver na frente é a vítima. Não importa gênero, sexualidade. Eu acho que o alvo é o homem negro ou a criança negra, mas todos estão aptos a sofrer alguma violência que o Estado insere, mas sim, o principal alvo, que a gente percebe, é o homem negro, ou menino negro, ou a menina negra, homens ou crianças.”* (jovem B)

Das dimensões estruturais que atravessam as violências das quais falaremos a seguir, o racismo estrutural e o machismo são dois operadores fundamentais. Eles são moduladores importantes das manifestações das violências que ocorrem na Maré. Essas linhas estruturais, que vêm de fora para dentro, possuem profundas raízes na cultura brasileira e, portanto, quaisquer horizontes de superação das violências precisam levá-las em consideração.

Essas violências que penetram estruturalmente na sociedade operam um movimento de se deslocarem de uma dimensão visível, ostensiva, explícita, para um domínio mais sutil e invisível. Podemos interpretar essas violências como articuladas àquilo que Byung-Chul Han, importante intérprete contemporâneo do fenômeno da violência chama de “violência sistêmica”. Segundo ele: “A situação geradora da violência muitas vezes está no sistema, no arcabouço sistêmico no qual está inserido. Assim, as formas de violência manifestas e expressas se referem às estruturas implícitas que estabelecem e estabilizam uma ordem de domínio, e que, como tais, eximem-se de visibilidade.” (2017, p. 159). É fundamental, dessa forma, que identifiquemos os vetores pelos quais essas dimensões estruturais ou sistêmicas operam em processos que vinculam as manifestações mais visíveis da violência com terrenos nas quais elas reverberam de forma mais sutil ou silenciosa. Quando a jovem entrevistada relaciona a gestão dos equipamentos de saúde com processos de violência, ela está nos narrando uma dinâmica na qual está em jogo essa “violência sistêmica”.

Apesar de termos operado até aqui pelos vetores que definem processos de fora para dentro e de dentro para fora, é importante destacar que a Maré não é um território estanque, isolado das dinâmicas da cidade. Seus moradores estão em trânsito, estão conectados, física



e virtualmente, a outros espaços da cidade. Um dos conselheiros tutelares que entrevistamos descreve a rua como um espaço de referência da sociabilidade na Maré. Ele relata, ainda, que um dos fatores que têm sido difíceis para os adolescentes e jovens moradores durante a pandemia é limitação da possibilidade de circulação pela cidade:

*“Eu acho que, na realidade, se a gente pensar na questão da criança e do adolescente nesse viés da saúde mental, a rua é um lugar que é afetado e que a gente que mora em território de favela tem o nosso quintal. Então, a nossa sociabilidade fica na rua. As crianças e os adolescentes estão na rua o tempo todo brincando. É o lazer deles. A gente tem a Vila Olímpica da Maré também, que é também um equipamento que oferece e oferta para eles atividade. Então, com essas atividades paradas e com esse equipamento parado também, isso impacta diretamente em várias vidas de crianças e adolescentes que eram assistidas e atendidas pelos projetos que tem na Vila Olímpica. Eu acho que também essas coisas das praças, do entendimento de não poder estar ali, os campos de futebol, as quadras, aí estou dizendo desses espaços de lazer, isso impacta também, de alguma forma, nesse dia a dia desse adolescente e dessa criança. E eu acho que, de uma forma geral, o que a gente tem mesmo de transporte, de um monte de coisa, que, por exemplo, ‘agora eu vou ter que ficar direto na favela. Eu não posso sair, não posso voltar.’ (...) Aí quando a pandemia vem, ela tira isso deles, então esses outros espaços que também já estavam começando a serem ocupados por eles, (...) que a gente assiste, acaba também inviabilizando deles de muitas coisas, o que pode gerar um impacto em outras ações.” (conselheiro tutelar B).*

Estas notas iniciais são fundamentais para que pensemos as violências que ocorrem na Maré por uma perspectiva que não recaia no discurso de que o conjunto de favelas é composto por espaços de violência. As violências ocorrem, algumas mais intensamente que em outras partes da cidade, mas elas não definem a Maré. Pensar em prevenção da violência consiste, por este prisma, justamente, em procurar reverter esta imagem equivocada. Isto é importante sobretudo em um contexto em que há pressões para que as polícias ultrapassem os limites que foram definidos pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635<sup>22</sup>.

22 Ver, por exemplo, a entrevista, do dia 27 de setembro, do atual secretário de Polícia Civil na qual ele procura estabelecer uma retórica de relativização do termo “excerção” para justificar ações em favelas a despeito do que prescreve a ADPF 635 e defente uso de tanques de guerra em operações (<https://oglobo.globo.com/rio/novo-secretario-de-policia-civil-quer-tanques-em-favelas-promete-avancar-no-caso-marielle-24663177>).

## 1.2. Das violências que atravessam todas as faixas etárias, mas atingem especialmente adolescentes e jovens

### 1.2.1. Violência do Estado, violência policial e violência armada

---

A forma de violência que possui o conjunto de relatos mais abrangente e detalhado nas entrevistas que realizamos é a violência policial. Principalmente entre os jovens que entrevistamos, houve muitas narrativas que qualificam o trabalho policial realizado na Maré como fundamentalmente violento. As dinâmicas da violência armada atingem a população da Maré como um todo, mas seus efeitos são narrados como afetando mais diretamente os adolescentes e jovens negros do sexo masculino.

Um dos jovens entrevistados descreve com as seguintes palavras a atuação policial na Maré:

*“E quando a polícia entra, é morte. Se você estiver, você tem que manter aquelas regrinhas que você lá no ensino fundamental, quando estuda no colégio da Divisa, deu tiro, se abaixa no chão, entendeu? Deu tiro, não corre, fica parado. ‘Ah, mas se você correr, você vai morrer’. Se você ficar parado, também. Então fique parado. É assim. É o que aconteceu com o Jeremias<sup>23</sup>, que leva o nome da nossa Clínica da Família. Jeremias estava jogando bola (...) Ele estava jogando bola nessa quadra e ele correu. Assim que ele correu, ele foi atingido. A mesma coisa que aconteceu com o Marcus Vinicius<sup>24</sup>.” (jovem C)*

Ele relata que o adolescente Matheus Alves dos Santos, morador da Maré, de 14 anos, sequestrado por policiais e executado no morro do Sumaré, em 2014<sup>25</sup>, fazia parte de seu círculo de convivência. Ele narra o caso da seguinte forma:

*“Um caso que me marcou muito? O nome dele é Matheus. Passou na televisão. (...) Mas ele eu considero um amigo, porque ele ficava brincando comigo. (...) Ele foi executado (...) A câmera do carro da PM conseguiu ver que eles mataram ele. Mataram o Matheus. (...) Foi uma cena muito forte, porque ficou registrado, entendeu? (...) Ele provavelmente tinha quinze ou dezesseis anos, que eu lembro que nós estávamos no colégio municipal (...). Eu falo que ele era muito agitado. (...) Mas um adolescente não pode ser executado. Não deveria morrer.” (jovem C)*

23 Ver <https://ponte.org/jeremias-morreu-com-quatro-tiros-nas-costas-e-um-pirulito-na-mao-tres-anos-depois-nenhuma-justica-foi-feita/>

24 Ver <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/20/1-ano-da-morte-na-mare-muitos-marcos-vinicius-morre-ma-cada-dia-diz-mae.htm>

25 Ver <https://apublica.org/2014/07/dois-meninos-e-uma-sentenca-de-morte/>.

Outro jovem que entrevistamos também conhecia o Matheus e descreve como foi para ele a repercussão de sua execução por policiais:

*“Eu tive um amigo meu que ele foi morto pela polícia, vizinho. (...) Acho que o mais assim foi o Matheus que nós já estudamos juntos ele foi morto pela polícia eles pegaram ele no Centro, e aí tem um caso até famoso assim e repercutiu muito que eles levaram ele lá para o alto do Boa Vista e jogaram, mataram ele, ele e um outro menino, mas aí o outro menino se fingiu de morto e contou tudo, aí deu uma repercussão grande.”*  
(jovem D)

Ele prossegue e diz que entende que Matheus foi morto “Porque ele era preto e porque ele era da favela, acho que é basicamente isso, eu acho que é isso.” (jovem D). Ao relatar o caso, ele fala que foi um evento que o marcou muito e que fez com que ele passasse a ter medo de circular pelo Centro do Rio:

*“Olha, depois, (...) eu fui estudar no Centro da cidade que foi lá por onde a polícia pegou ele e levou ele lá para. Eu sempre lembrava dele e ficava com medo. Sempre olhava ficava, assim, ‘será que aqui que eles pegaram o Matheus?’ Toda vez que eu vou andar pelo Centro da cidade eu lembrava dele, eu até comentava com alguns amigos: ‘Nossa, [a polícia] pegou um amigo meu aqui no Centro da cidade’. Sempre lembrei, nunca saiu da minha cabeça.”* (jovem D)

Aqui temos um relato de um tema que aparecerá em outras entrevistas: os efeitos psicológicos da violência armada. A violência armada, por seu caráter traumático e sua relação com dimensões estruturais da violência, possui implicações para domínios em que ela opera outras violências em um terreno mais sutil, como o da psique e da subjetividade (HAN, op. cit., p. 7). Não pretendemos traçar determinismos psicologizantes ou comportamentais como instrumento de análise, mas é muito recorrente nas narrativas de nossos entrevistados a alusão a essas derivações subjetivadas da experiência da violência armada.

Outras vias de manifestação da violência dizem respeito às variadas formas de expressão do racismo estrutural. Outro adolescente que entrevistamos, narra uma história de abuso policial sofrido por um amigo, outro jovem negro:

*“Teve um amigo meu que ele trabalhava na marcenaria, e teve um dia que ele foi para casa no sábado. Ele tinha acabado de pegar o celular dele que estava no conserto, o celular dele estava totalmente configurado. Ele esqueceu lá, meio que resetado, entendeu? E não tinha nenhuma informação que ele tinha resetado o celular dele. Ele tinha colocado a furadeira na mochila dele, porque ele ia para casa. Ele estava andando. Ele estava na pista, na Avenida Brasil. Um carro da polícia que parou ele. Quando*



*parou ele, perguntou para onde ele estava indo e tal, e ele falou que estava indo para casa. Ele falou, 'Ué, tu trabalha onde? Está indo para onde?'. Confundiram ele com um cracudo, com um usuário de droga. Pegaram a furadeira dele, pegaram tudo que ele tinha e falou assim: 'Quer pegar de volta? Vai lá no batalhão e vai lá buscar, manda teu patrão ir lá buscar'. Pegaram furadeira, pegaram tudo. O pior é que isso aí foi no dia da consciência negra, entendeu? Isso é o maior absurdo, entendeu? Acho que isso nem deveria acontecer com usuário de droga. Pegar o que o cara tem? Isso é meio que isso é roubo, entendeu? Isso é roubo e isso é injusto" (Jovem E)*

A cena conjuga a violência aberta, com a apreensão indevida dos bens do jovem abordado, o que nosso entrevistado qualifica como um "roubo", e diversas camadas de violência simbólica articuladas ao racismo estrutural: a abordagem injustificada, a alegação de que para reaver seus bens subtraídos teria que ir até o batalhão, o que é uma ameaça, pretende atingir a subjetividade. Essas experiências, segundo ele, o fizeram ter medo de morrer violentamente:

*"Eu tenho medo, entendeu? (...) Ah, eu tenho medo de algum tiro me atingir ou atingir a minha mãe, de alguma vez o policial me confundir com alguma pessoa má e fazer maldade comigo." (jovem E).*

O medo se configura, assim, como uma forma continuada de violência. Essa dimensão sutil, que muitas vezes não se expressa abertamente, é a expressão mais acabada do caráter sistêmico dessa violência.

Não apenas os homens jovens que entrevistamos narram histórias e percepções sobre violência policial. Uma de nossas jovens entrevistadas diz o seguinte, quando perguntada sobre as principais formas de violência que percebe no seu cotidiano:

*"Em relação à violência, eu acho que a gente percebe muita violência armada mesmo, de operações policiais, que acho que é o que vem primeiro na cabeça, que é a violência por parte das operações policiais. Eu acho que, em toda a minha vida, isso foi o que - não sei se posso dizer que é o que mais pesou - eu mais vi, o que eu passei a enxergar primeiro, que era a violência das operações policiais. E eu digo isso pelo fato de você entender que você precisava ou sempre precisa - no caso, não nesse momento, mas no presente... porque acontece, mas só não acontece agora por conta do contexto de pandemia, mas que, a minha vida inteira, algumas coisas, a gente deixava de fazer - ir para algum lugar - porque estava dando tiro, porque teve 12 horas de operação, e aí a gente deixava de estudar, deixava de ir para um curso, de comparecer a uma entrevista de emprego. Teve algumas vezes que eu deixei de ir para uma entrevista de emprego porque teve operação policial e eu não pude comparecer, mas eu também não pude ligar para a entrevista de emprego de jovem aprendiz porque não tinha crédito no celular, e aí eu não conseguia fazer entrevista, não conseguia vaga, e não tinha como explicar." (jovem A)*

Em seu relato, ela aponta que perdeu uma entrevista de emprego como consequência direta de não poder sair de casa por causa de uma operação policial. Essa experiência não tem nada de episódica: ela expressa mais uma dimensão das formas continuadas da violência armada e da violência de Estado. Aquele episódio possui impacto para a trajetória individual de nossa entrevistada. Mais do que avaliarmos o peso desse evento em sua trajetória, entretanto, é importante ressaltarmos o modo pelo qual essa experiência pode contribuir para o estreitamento de seus horizontes de expectativas, ou, para usarmos um conceito fundamental da antropologia, seu “campo de possibilidades” (VELHO, 2003). Os desdobramentos simbólicos dessa violência são, portanto, fundamentais para que avaliemos de modo mais preciso seu escopo.

No decorrer da entrevista, quando perguntada sobre quais seriam, em sua interpretação as causas das violências que vivencia na Maré, ela amplia o leque e passa a falar do Estado, em geral, e não somente da polícia:

*“Então, eu acho que é vem do Estado mesmo. Porque são tipos de violência que acontecem por um planejamento ruim do próprio Estado, porque se você não dialoga com os próprios moradores da favela, se você não conversa, se você não sabe o que eles pensam, o que eles querem, você acha que aquela é a única solução, mesmo tendo a estatística provando que é algo que fere psicológica, moral e fisicamente os próprios moradores. De mães que perdem filhos, e de jovens negros que são mortos em operações policiais com tiro, com bala perdida - e a gente considera que é até uma bala achada. Mas você pensa que, a partir do momento que você nega esse diálogo com a própria população, que vai saber o que quer e como vai se sentir, você... como eu posso dizer? Deixa eu encontrar a palavra. Você propaga aquela violência. Aquela violência cotidiana vai continuar acontecendo, porque é um planejamento que o Estado, em si, acha que é o correto, mas a gente sente que não é. (...) Mas essa violência também gera outras sequelas na comunidade e na população, e também tem outra violência que é a violência dos direitos humanos do próprio Estado. Quando você nega ou não trabalha para que aquela população tenha direito a saneamento básico, à saúde, à qualidade de vida, à saúde mental mesmo. Então, quando a gente vai falar de saúde mental, a gente também tem que falar de violência física. Então, são questões que a gente tem que discutir, são questões que se abrangem muito, e que a gente acaba tendo dificuldade de discutir porque tem um outro problema que pode ser considerado mais sério, que são os jovens morrendo na favela; mas tem outras questões de violência, como o que essa violência armada causa no psicológico dos jovens e de todos os moradores da Maré. O quanto que as crianças acabam sendo impedidas de se divertir, de brincar, o direito de ir e vir. E a gente sabe disso, a gente entende disso, o povo morador da Maré. Agora eu entendo isso, o quanto esses direitos são violados a partir do Estado e desse planejamento que a gente considera genocida. Da gente não poder ter o direito de ir e vir, isso é uma violência também. Da gente ter que perder alguma coisa, um compromisso, algo importante - até mesmo se não for considerado importante; mas para a gente, é importante. Independente disso, o que eu quero dizer é que o direito de ir e vir, os direitos humanos que são violados dos moradores da Maré e de todas as periferias e favelas o tempo inteiro.” (jovem A)*

Ela nos traz, nesse depoimento, múltiplas dimensões de uma violência continuada como um projeto de Estado, aquilo que ela qualifica como “planejamento ruim do próprio Estado”. Essa expressão é muito interessante porque pode ser lida não como uma imperícia, ou uma irracionalidade, por parte de gestores desastrados, mas como um projeto, um mau projeto, ou um projeto do mal, a própria “banalidade do mal” (ARENDT, 1999) manifestada no caráter cotidiano das violências e suas violações. Essas violências não são desvios, fazem parte de um projeto, no escopo daquilo que Simas chama de “Brasil oficial” (2019, p. 172). Daí sua dimensão cotidiana, sistêmica, frequente, massiva.

Quando perguntamos quem seriam os principais atingidos pelas violências que ela narra no trecho acima, ela responde:

*“Eu percebo que essa violência das operações policiais, da violência armada... acredito que sejam os jovens negros e favelados que sofrem mais essa violência; e crianças também. Crianças e jovens negros. Isso porque eu estou falando da violência armada das operações policiais, mas tem uma violência de direitos humanos, tem a violência que a gente sofre de saúde mesmo, de um abandono do Estado em relação à própria saúde, em relação à violência armada, como a gente acabou de falar, e psicológica. Mas dessa violência que a gente tem, que a gente sente muito e que a gente vê e costuma ver nas reportagens na favela, é a violência armada, da bala perdida que atinge um de nossos jovens na favela. Então, é esse o perfil que essa violência mais alcança: a juventude negra e favelada, periférica.” (jovem A)*

Esta jovem nesses trechos estabelece um arranjo importante sobre as violências perpetradas pelo Estado contra as populações da Maré que deslocam a análise do registro dos episódios para o de um arranjo sistêmico. Essas violações seriam, como podemos interpretar a partir da fala dela, sistemáticas.

Não foram somente os jovens que descreveram negativamente a atuação policial na Maré. Um dos conselheiros tutelares que entrevistamos descreve como “sempre impensada” e “truculenta” a ação policial na Maré:

*“Assim, é sempre impensada, sempre de forma muito truculenta, sempre com essa falta de conhecimento, de não conhecer o seu território, sempre com juízos de valores de achar que todo mundo que mora nas periferias, nas comunidades, de alguma forma, tem algum envolvimento com o tráfico. E fazer esse juízo de valores de modo geral.” (conselho tutelar C)*

Entre os atores públicos que entrevistamos, os diretores de escolas são o grupo que relatam de modo mais frequente e abrangente os efeitos das operações policiais para o cotidiano de suas atividades. Os três diretores de escolas que entrevistamos fornecem relatos de situações de interrupção das aulas por conta de operações policiais e outras situações que produziram



impacto para o desenvolvimento das atividades escolares:

Uma das diretoras diz o seguinte:

*“É de suma importância que a segurança entenda que a favela, o que a gente vê dessa questão do tráfico, é a minoria. E o que a gente tem na favela realmente são pessoas que moram ali, que trabalham ali, e que estão vivendo suas vidas como qualquer outra pessoa que está no asfalto, que são cidadãos. Então, quando você recebe notícia de uma mãe que diz que a polícia entrou, invadiu a casa, revirou tudo, é complicado o tipo de olhar que a gente acaba tendo para a segurança no geral.”* (diretora escolar A)

Já o diretor de outra unidade relata o seguinte:

*“Quando a polícia entra (...), vem com muita violência, com muita violação de direitos. Aí um aluno levanta a mão: ‘Olha, tio...’ - eles me chamam de tio - ‘... eles entraram na minha casa e bagunçaram tudo. Eu não vim ontem porque estava ajudando a minha mãe a arrumar’. (...). A violência armada, a gente não teve casos de eles invadirem a escola, graças a Deus. A polícia já invadiu a escola - não com os alunos lá, sem os alunos - para acessar o telhado da escola. Arrombaram cadeado, enfim. E os alunos que moram perto - moram no alto - também comentam.”* (diretor de escola)

Nesses dois trechos, vemos repercussões das operações na comunidade escolar. Em um caso, a diretora fala do relato de uma mãe que teve sua casa invadida, e, no outro, o de um aluno. Na fala do diretor, além disso, há o registro de que sua escola foi invadida pela polícia em uma operação que ocorreu fora do horário escolar.

Um dos entrevistados conta que o adolescente Jeremias Moraes da Silva, de 13 anos, morto pela polícia em uma operação policial, em 2018<sup>26</sup>, tinha sido seu aluno. Ele relata que este foi um caso que o abalou muito e o descreve como “traumático”:

*“Foi traumático. Até hoje, eu me emociono, sabe por quê? O Jeremias jogava muito bem - eu sempre incentivava muito os talentos dos alunos. (...) O Jeremias jogava muito bem, e minha mãe, todo ano na Páscoa, comprava chocolate para poder dar para os meus alunos. Ela comprava uma parte e eu outra, a gente montava saquinho (...) . E quando eu distribuía, os alunos mandavam uma carta de agradecimento a ela, e o Jeremias escreveu - e minha mãe tem essa carta até hoje guardada, ela não joga fora - agradecendo. Foi uma experiência muito traumática, porque a gente nunca espera - eu nunca esperava que um aluno fosse morrer dessa forma dentro da comunidade. Eu achava que eu não ia superar, porque queria sair - aquele ano, para mim... falei: ‘Não dá, acho que eu não tenho estrutura para acontecer uma próxima vez’. Aí em compensação, eu vi todos os alunos e falava: ‘Mas eu também não posso deixá-los aqui, porque se eu posso fazer uma coisa legal por eles, eu vou fazer’. Foi muito difícil. Todo mundo na escola, até o pessoal da cozinha (...) Ele era muito inteligente, sacava muito*

26 Ver [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/2018/02/rio-de-janeiro/5511623-adolescente-e-morto-no-complexo-da-mare.html#foto=1](https://odia.ig.com.br/_conteudo/2018/02/rio-de-janeiro/5511623-adolescente-e-morto-no-complexo-da-mare.html#foto=1).

*de muita coisa. Ele saía da escola, voltava - eu estava na escola ainda, fazendo todo o planejamento - ele sentava comigo e a gente ficava conversando. Era um excelente aluno, era o primeiro a terminar tudo. Questionador. O Jeremias era fantástico.”*  
(diretor escolar)

Este depoimento dá uma medida das perdas humanas e dos traumas impostos pela violência de Estado na Maré. Esta é só uma das muitas histórias. São só alguns aspectos dessas dinâmicas de luto. E são muitas delas.

Em seguida, ele relata uma situação na qual ficou sob tiros disparados por um helicóptero:

*“A polícia é muito inconsequente para agir assim. (...) Teve dia que foi horrível, porque o helicóptero levantou (...), ninguém ouviu, ele já levantou em cima [da escola] já atirando para baixo. Eu tinha 60 alunos na quadra, eu lá embaixo, os alunos lá, e eu vendo os alunos gritando, os alunos chorando, e eu lá do outro lado, embaixo, eu falei: ‘Meu Deus, eu não tenho o que fazer, está todo mundo ali, tenho que tirar de lá’. Liguei para a minha coordenadoria e falei: ‘Pelo amor de Deus, liga para a secretária, pede para ela tirar esse helicóptero cinco minutos daqui, só para eu tirar dos alunos lá da quadra’. (...) É uma ação muito inconsequente, podia ser uma ação mais inteligente - menos pessoas morreriam, menos pessoas inocentes morreriam.”* (diretor escolar)

Outra diretora também relata uma situação de operação com disparos efetuados com uso de helicóptero como plataforma de tiro:

*“Nós passamos por essa situação bem delicada que houve, numa dessas operações, um helicóptero atirando na quadra do CIEP que fica ao lado, nossas crianças estavam no pátio. Então, uma coisa que não tem explicação. Essa violência é muito chocante. E vários profissionais adoecem, não retornam à Maré, e a gente acaba entendendo essa questão, que nem todos conseguem se manter nesse ambiente violento, com essa violência produzida também pelo Estado.”* (diretora escolar B)

Esta mesma diretora descreve, da seguinte forma, a maneira pela qual o Estado atua na Maré por meio das operações policiais:

*“O Estado negligencia que aqui é um espaço que tem direitos, como se tivesse uma lei paralela, algo assim. O Estado não entra aqui com inteligência, com força policial inteligente, para combater a criminalidade. Eles entram, infelizmente, com o objetivo de matar - é o que a gente vê, o que a gente percebe. Não há nenhum tipo de inteligência nas operações. E mais uma vez reforçando: não estou defendendo a criminalidade, nada disso. Quem comete crime, tem que ser punido, ponto. **Mas o Estado não pode agir como um criminoso**, ele tem que agir com inteligência e com força de lei, força de Estado, e não se igualando aos criminosos. Então, eu acho que a atuação policial, aqui na Maré, é algo desrespeitoso com esse espaço e com essas pessoas.”*  
(diretora escolar B)

Os efeitos da violência armada e das operações policiais nas escolas da Maré alteram a rotina da comunidade escolar e fazem que com os profissionais adotem medidas específicas para lidar com essas violências. Uma das diretoras que entrevistamos, relata que a escola possui protocolos próprios para atuar em situações de tiroteios. Ela diz:

*“E aí a gente (...) organiza planos de ação de como a escola se comporta em momentos de conflito: quais são os locais da escola que são mais propensos a ter bala perdida, e quais são os locais da escola mais seguros, como a gente se dá organizando movimentação dos alunos no meio do conflito, como se comportar. Se a gente percebe que a comunidade está diferente, a quem a gente tem que reportar, como atuar, como tomar as decisões de fechar ou não a escola.”* (diretora escolar A)

O entrevistado que relatou o caso do adolescente Jeremias diz que a escola em que ele atua mudou seus horários de início das aulas por conta das operações policiais:

*“E a gente pediu para entrar oito horas justamente por conta das operações acontecerem no horário da entrada, que era até sete e meia, então a gente pediu para entrar oito horas para ter uma margem, porque se a operação começar até sete e meia, a gente consegue avisar os alunos para eles ficarem na segurança do lar deles, para não saírem na rua, porque muitas vezes, já pegavam os alunos e responsáveis no trânsito para as escolas.”* (diretor escolar)

Além das escolas, os profissionais de saúde também narram impactos das operações policiais no cotidiano de suas atividades. Uma operadora da saúde, que atua em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPSi que atende à Maré descreve da seguinte maneira as implicações das operações para seu trabalho:

*“Afeta diretamente o nosso trabalho, de diversas formas. Afeta nos efeitos que isso provoca para os usuários que a gente atende, seja através de síndrome do pânico, ansiedade, delírio persecutório, um quadro mais psicótico. Afeta quando a gente precisa estar no território para fazer uma [trecho ininteligível] e a gente não consegue porque está tendo operação policial. Afeta quando o paciente precisa chegar no CAPSi e aí não consegue por conta disso. São esses efeitos de uma certa política genocida, que a gente vive de criminalização da pobreza, que aí o helicóptero passa por lá, atira, de qualquer maneira, aí não depende de quem vai acertar. Isso nos afeta diretamente. (...) Os outros recursos que a gente precisaria lançar mão, em alguns casos, a gente não consegue porque a Maré carrega esse estigma da periculosidade, como se lá fosse só violência, só tiro, só tráfico. Eu acho que a gente que trabalha com esse território precisa dizer das potencialidades, o que tem para além disso nesse território, um território que é extremamente potente, que não é só violência, não é só tráfico, não é só isso. Aí é um trabalho que a gente enquanto estado, enquanto CAPSi, a gente precisa dizer cada vez mais disso, o nosso lugar de trabalho, que as pessoas, nem todo mundo que está ali é bandido. As pessoas querem viver a sua vida ali com dignidade. Aí acho que tem um papel nosso também social de poder dar visibilidade a outras.”*  
(profissional de saúde do CAPSi)



Há dois pontos que merecem realce nos depoimentos reproduzidos acima. O primeiro deles diz respeito à relação entre a violência e o acesso dos moradores da Maré aos serviços públicos, notadamente à educação e à saúde. Há de se ressaltar, inicialmente, que os efeitos da violência armada, e em especial das operações policiais, incidem de tal forma sobre a rotina da comunidade escolar e sobre os atendimentos nos equipamentos de saúde no território que moradores e profissionais se veem obrigados a adotar estratégias particulares para contornar o problema. Longe de uma constatação trivial, na verdade, temos em questão um aspecto estrutural da violência a qual a Maré está submetida.

Nessa perspectiva, o argumento de Cavalcanti (2009) segundo o qual a sociabilidade experimentada em áreas expostas constantemente a tiroteios é condicionada pela virtualidade de conflitos que podem irromper a qualquer instante nos parece apropriado. Deslocando a formulação conceitual de Machado da Silva (2004; 2011; 2014) sobre a existência de uma “sociabilidade violenta” que supostamente se desenvolveria a partir de experiências de violência que interromperiam as rotinas cotidianas, Cavalcanti assinala que a própria rotina das favelas cariocas se configura tendo em vista a possibilidade sempre iminente de confrontos armados. Isto é, ainda que os conflitos não ocorram efetivamente, a simples expectativa de que de súbito eles possam vir a ocorrer faz parte do seu cotidiano.

Mas se é verdade que há determinadas estratégias para lidar com os impactos da grande recorrência das disputas envolvendo grupos armados e/ou agentes do Estado, também não há equívoco em dizer que, do ponto de vista dos operadores dos serviços públicos que atuam *in loco*, não raro acabam restando poucas alternativas que não venham a colocar suas vidas em risco. Estudo realizado por Borges *et al.* (2014) sobre o impacto da violência armada no acesso à saúde em favelas chegou à conclusão, baseado na percepção dos moradores de quatro comunidades cariocas<sup>27</sup>, de que há maiores repercussões na oferta de serviços do que na demanda por estes. Os resultados da pesquisa demonstraram que a ocorrência de tiroteios exerce influência muito maior sobre a decisão de profissionais de irem ou não trabalhar e/ou determinarem o fechamento temporário dos equipamentos do que sobre a decisão dos moradores de procurarem os serviços por eles prestados. Segundo os autores, no entanto, este cenário se apresentaria apenas em “contextos com altos níveis de violência armada” (idem, p. 36).

Na Maré, de acordo com a edição do Boletim De Olho no Corona, que abordou o tema da violência armada na pandemia publicado em junho deste ano incluindo dados do primeiro semestre, os confrontos armados foram responsáveis pela não realização de aulas nas escolas do território em 3 dias ao longo do primeiro semestre, ao passo em que tivemos 6 dias sem atendimento nas unidades de saúde (REDES DA MARÉ, 2020, Nº 8). Mesmo considerando que estes dados não representam a totalidade de um ano, para efeito de comparação, podemos constatar que em 2019 foram 24 dias sem aula e 25 dias sem atendimento das unidades de saúde (REDES DA MARÉ, 2019). Em 2020, porém, estamos diante de uma pandemia e, desde meados de março, as escolas públicas estão fechadas e alguns equipamentos de saúde também estiveram sem atendimento durante alguns meses. Ainda assim, com apenas pouco mais de um mês de aulas, tivemos por 3 vezes escolas fechadas por conta de tiroteios e em menos de 6 meses de serviço efetivo dos equipamentos de saúde, em 6 datas diferentes não foi possível ter acesso aos serviços prestados por algum deles.

<sup>27</sup> As favelas selecionadas para a pesquisa foram: Babilônia e Chapéu Mangueira (consideradas conjuntamente porque seus moradores utilizam-se do mesmo Centro Municipal de Saúde), Parque Vila Isabel, Parque Proletário dos Bancários e Morro União. Importante dizer que o desenho da pesquisa optou pela escolha de duas comunidades em que houvesse a presença de UPPs e duas comunidades onde não houvesse UPPs.

Um segundo ponto a ser destacado nos relatos de nossos entrevistados remete a uma questão já aludida em outros momentos e que se manifesta dramaticamente exatamente no contexto das violências cometidas pela polícia. Como podemos observar, por vezes, nossos interlocutores buscaram estabelecer um contraponto à estigmatização produzida por determinados discursos, dentre os quais se destacam as narrativas midiáticas sobre a Maré como um lugar violento ou como um lugar pauperizado, carente, marcado por ausências. Trata-se de uma tentativa de demonstrar que a Maré não pode ser reduzida àquilo que lhe falta. Seria preciso compreendê-la como mais. E para tanto, seria necessário conhecê-la empiricamente e reconhecer a legitimidade das vozes que a constituem e a sua participação e integração à cidade. Somente por meio de tal conhecimento e reconhecimento seria possível engendrar ações efetivas que atenuem as dificuldades encontradas no território. Em uma palavra, trata-se de levar a cabo aquilo que Fernandes *et al.* chamam de “paradigma da potência” (2018).

Nessa disputa, contudo, ainda prevalece uma visão hegemônica não apenas sobre a Maré, mas sobre as favelas de maneira geral, os favelados e suas formas de sua sociabilidade, que, para além do domínio simbólico, dá sustentação a práticas que lhes negam os direitos humanos, a igualdade e a cidadania e que afetam, sobretudo, os jovens, maiores vítimas da violência policial. Assim, é notória a recorrência com que a violência e as violações cometidas por policiais são mencionadas pelos atores que entrevistamos. Abaixo, uma assistente social que atua em uma organização da sociedade civil da Maré descreve um panorama dos modos de atuação policial:

*“A polícia para o morador de território de favela é como se houvesse uma briga, uma guerra, onde nós fôssemos os inimigos. A polícia não vê o território de favela como uma parte a ser protegida. Isso daí já diz tudo sobre a atuação, a forma como ele atua nesse lugar. É como se quando tivesse operação, quando o policial tivesse que vir aqui, viesse para matar, viesse para dizimar, viesse para esculachar, viesse para xingar, porque aqui não tem nada de bom, não tem nada que preste, quando não é assim, quando nunca foi assim. É interessante que esse território seja demonizado e corpos pretos e pobres sejam tidos como inimigo e a percepção que eu tenho é que ele enquanto preto nem entende isso, mas ele age assim. É muito difícil. (...) Para mim é muito louco você cobrar de uma instituição que, ao meu ver, nem te considera uma pessoa, porque são tantas as atrocidades. Ora, não se devem entrar. Não existe protocolo para você entrar atirando em nenhum lugar. Por que aqui se normatiza isso? Você não deve entrar na casa de ninguém sem mandato, muito menos quebrando a porta, arrombando a porta, xingando as pessoas que estão lá dentro. Por que isso é normatizado aqui? Por que a cada operação quatro ou cinco corpos têm que estar estirados e isso é tido como uma operação exitosa? Depois da intervenção federal, na semana, um ano de intervenção, foram apreendidos 117 fuzis. Os moradores do Méier não foram aterrorizados com pés na porta, com xingamentos. Não foram aterrorizados com tiro, com bomba. Por que aqui tem que ser assim? Se aqui inclusive nunca acharam 117 fuzis? Que a gente sabe que nem são fabricados aqui. (...) A gente que nasce em território de favela, a gente sabe desde pequeno. Você via um Caveirão, você via um carro de polícia, corre, se joga no chão e se esconde. Então é muito louco você falar enquanto moradora, você*

*falar para um outro morador para você, que se joga no chão tanto quanto você, que chora junto com os filhos tanto quanto você e a política de segurança pública é para te proteger. Então, é isso. (...) Inclusive, a gente pode ver isso muito nas ações dos policiais que não dão em nada. A gente também se sente muito desprotegido pelo Ministério Público, que é quem deveria fiscalizar a atuação do policial aqui. A gente vê um distanciamento muito grande da política de segurança pública e das suas instituições, das instituições que compõem. É isso.”*

(assistente social da Redes da Maré)

Nossa interlocutora compara a experiência de moradores de favela quando das ocasiões de operações ou simples abordagens policiais a uma guerra. Curiosamente, o uso comum dado à metáfora da guerra como uma forma de representar o que se entende por “violência urbana” vem acompanhado de demandas pela ordem e garantias de direitos que têm como contrapartida justamente a adoção de medidas extremas e a suspensão de garantias e direitos de determinados indivíduos – pretos, pobres e favelados (SENTO-SÉ, 2003; MACHADO et al., 2005). A reflexão de nossa entrevistada, no entanto, caminha no sentido contrário, visando chamar atenção, em primeiro lugar, ao tratamento dado aos moradores de favela. Reivindica-se exatamente o direito à cidadania. Ademais, o panorama que ela desenvolve se dirige não somente para os impactos das operações policiais, mas também para seu caráter inócuo e contraditório do ponto de vista da lógica de repressão qualificada ao crime. E, por fim, ressalta, ainda, o cumprimento pouco efetivo da fiscalização do trabalho policial pelo Ministério Público.

É importante destacar que tanto operadores públicos como moradores fizeram referência de modo recorrente, ao tratarem do tema das operações e da violência policial, tanto à Ação Civil Pública (ACP) da Maré<sup>28</sup>, quanto à Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635<sup>29</sup>. Estes são dois instrumentos importantes, frutos da mobilização popular, para o enquadramento do trabalho policial desempenhado em favelas e, especificamente, na Maré, sob parâmetros condizentes com aquilo que a Constituição prescreve sobre o direito à segurança pública.

Uma representante da sociedade civil entrevistada fala das mudanças provocadas pela ADPF 635 no contexto da violência armada durante a pandemia:

*“Agora a gente está no meio de uma ADPF, onde não pode haver operação policial em território de favela durante a pandemia<sup>30</sup>. Então, a gente nota sim. A gente vive momentos. Eu não sei desde quando a gente vive tantos momentos, tantos dias sem operação policial. Eles [da Redes da Maré] produzem boletins de segurança pública, onde está lá sistematizado de quantos em quantos dias acontece uma operação policial na Maré. A gente tem vivido muitos dias sem operação policial, coisa que é muito boa, porque, toda vez que tem operação, corpos são tombados. Mães perdem seus filhos. Pais perdem seus filhos. Filhos perdem seus pais. A mudança mais palpável é isso, nesse momento de pandemia.”* (representante da Redes da Maré).

28 Ver <https://www.redesdamare.org.br/br/info/49/acao-civil-publica-da-mare>.

29 Ver <https://www.adpfdasfavelas.org/>; <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=444960>;  
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=444960>.

30 A ADPF 635 não impede a ocorrência de operações policiais em favelas durante a pandemia, ela exige parâmetros mais rigorosos para a realização de operações com a necessidade de que o poder público justifique a excepcionalidade e a necessidade de sua realização.



Sobre o contexto da pandemia, principalmente, ao se referirem à ADPF 635, os entrevistados, moradores e agentes públicos, relataram a redução considerável das operações. Este foi o único fator apontado nas entrevistas sobre variações sobre este tipo de violência durante a pandemia.

De acordo com dados do projeto “De Olho Na Maré”, que monitora os impactos dos confrontos armados no território, no primeiro semestre de 2020 ocorreram 11 operações policiais na Maré, que resultaram em 12 pessoas feridas e quatro pessoas mortas. Destas operações, 4 ocorreram após o início do isolamento social, com registro de uma morte. Quando comparado o período de 16 de março a 20 de junho de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, verificou-se uma redução significativa de pessoas mortas e feridas em operações policiais, o que reforça a importância da medida cautelar da ADPF 635 para a garantia do direito à vida nas favelas<sup>31</sup>.

No entanto, também é importante destacar que no segundo semestre foram registradas a morte de Leônidas Augusto da Silva de Oliveira, adolescente de 12 anos, que foi atingido no dia 9 de outubro por um confronto armado quando caminhava com sua avó em direção a um supermercado na Avenida Brasil; e uma operação da polícia civil ocorrida no dia 27 de outubro, que resultou em duas pessoas feridas, entre elas uma jovem de 19 anos que estava grávida e foi atingida na barriga no Parque União, perdendo o bebê.

Houve também relatos nas entrevistas sobre a violência armada praticada pelos grupos armados, para além dos contextos de confrontos com as polícias. Um dos jovens que entrevistamos fala sobre como os conflitos armados interferem na circulação no território:

*“Essa coisa de guerra. A guerra impede a gente de ter esse direito à comunidade. Eu cresci ouvindo que eu nunca poderia ir para a outra parte.”* (jovem C)

Este mesmo jovem fala que perdeu um primo por conta da violência armada. Ele relata:

*“Sim, já. Meu primo, que era traficante, faleceu. Tiro. E também tem o filho da [suprimido], que ele faleceu. Foi para um lanche e faleceu. Ele simplesmente levou um tiro. Tenho amigos também. Minha mãe deu aula para o [suprimido], que foi um caso recente. Ele se envolveu e não sei o que aconteceu, se ele estava com a arma ou não. Ele tinha dezesseis ou dezessete anos, e morreu na rua dele, na mesma rua que a minha, mas cinco blocos adiante, e ele faleceu próximo à casa dele.”* (jovem C)

31 Ver <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/06E08-BoletimDeOlho.pdf>

Ele relata, ainda, o caso de um colega que também morreu por violência armada:

*“Nós moramos na mesma rua, estudamos no mesmo colégio. A minha mãe trabalhava em um colégio que era a creche municipal (...). Então esse prédio, que era um prédio comunitário (...). Era essa creche. E minha mãe deu aula para ele, então a gente sempre foi muito...Não próximo a ele, mas eu conhecia ele. Conhecia o [ininteligível] também, que é o irmão dele. A mãe dele também.”* (jovem C)

Ao narrar este fato, ele fala de uma dimensão importante da exposição das crianças, adolescentes e jovens a essas violências: as redes sociais. Segundo ele, quando este colega foi morto, houve circulação de fotos da cena do crime em páginas da internet:

*“Foi recente. Você sabe que dá uma dor no coração, porque agora tudo é celular e dá para ver as pessoas mortas. Ele estava assim, todo mundo da comunidade olhando ele morto lá. Não lá, em si, mas a foto. E ver alguns comentários brutais.”* (jovem C).

Este tipo de difusão das imagens das violências amplia os seus impactos no território. Outro jovem que entrevistamos diz o seguinte sobre a violência armada:

*“Violência armada é o que a gente tem muito, que é uma coisa que é diária, aqui na Maré não tem um dia que a gente não ouve tiro, que a gente não escuta tiro.”* (jovem D).

## 1.3. as que atingem preferencialmente crianças e adolescentes

### 1.3.1. Violências físicas

---

Foi comum entre os jovens que entrevistamos, que narrassem exposição à violências físicas que afetam principalmente adolescentes e crianças. Essas dinâmicas de violências físicas estão, nas narrativas de nossos entrevistados, mais comumente associadas ao espaço doméstico e às relações intra-familiares.

Um dos adolescentes que entrevistamos fala de uma agressão de seu padrasto contra sua mãe, na qual ele acabou sendo também agredido por tentar intervir. Quando o fato ocorreu, o jovem ainda não tinha completado 18 anos. Ele narra o seguinte:

*“Recentemente foi com o namorado da minha mãe. Ele bateu nela. Depois que eu tentei intervir, ele ficou super agressivo comigo, mas ele sabia que se acontecesse alguma coisa iríamos levar para um outro lado. Ele [trecho ininteligível] da minha mãe e a minha mãe me bateu. Até hoje eu tenho um ódio muito forte por ela ter feito isso comigo. Foi horrível. (...) E eu fico muito triste. Eu tento não ficar, mas parece que o seu emocional, você fica muito [trecho ininteligível]”* (jovem C).

Outro jovem também relata uma situação na qual sofreu agressões do padrasto na adolescência:

*“Brigas, sabe? Meu irmão discute com o meu padrasto. Eu próprio moro com a minha mãe, por exemplo, em 2015, eu sempre morei com a minha mãe vida toda. Aí, em 2015, vim morar com a minha tia que é aonde eu estou agora, porque enfim, eu discuti com o meu padrasto, discutimos, a gente quase chegou às vias de fato e foi aquela discussão. Briga, empurra. Aí, eu vim morar aqui na minha tia por conta disso, por conta dessa briga. Porque a minha casa que a gente mora é dele e ele sempre, sabe joga na cara. E eu fui crescendo, sabe aceitando esse tipo de coisa, tipo jogar. Então eu também com o meu irmão, com ele também, todas as brigas que têm relação lá em casa é relacionada tem o meu padrasto, sabe?” (jovem D)*

O fato ocorreu quando ele ainda era adolescente, e, apesar dele narrar que “quase chegou às vias de fato”, consideramos violência física porque ele diz, em seguida “Briga, empurra”, ao descrever a situação.

Outra jovem que entrevistamos também presenciou violência física em casa quando era criança. Ela narra o seguinte:

*“Então, em dados momentos... o meu tio, na verdade, é alcoólatra. Então, quando eu era mais nova, quando era criança, isso gerava muitos conflitos e muitas questões na família, o que levava a gerar muitas brigas. Então, o meu avô, na verdade, nunca foi uma pessoa muito fácil, então ele, em alguns momentos, sentia que a melhor forma era ou a agressão moral, física, verbal, ou mesmo a violência física também. Então, isso gerava desde agressões verbais ou morais até agressão física mesmo.” (jovem A)*

Além dos jovens, alguns operadores públicos também relatam este tipo de violência no cotidiano de suas atividades.

Um dos conselheiros tutelares diz que:

*“Essa questão de agressão é, tipo, muito mais raro entre os menores do que entre os adolescentes. Acaba que os adolescentes acabam sofrendo muito mais o reflexo disso, ou talvez até pelo fato de eles terem liberdade de, às vezes, procurar ajuda, porque muitas das vezes, quando eles são agredidos, eles procuram a gente. Mas quando uma criança é agredida quem vai procurar, não vai ser a criança que vai procurar a gente. É só quando vem uma denúncia de terceiros.” (conselho tutelar A)*

Esse trecho da entrevista indica que as violências físicas contra crianças são mais difíceis de serem percebidas pelo Conselho Tutelar do que aquelas praticadas contra adolescentes.

Já a diretora de uma escola indica que já lidou com um caso de um aluno que era pessoa com deficiência e sofria violências físicas por parte do padrasto. Ela narra a situação da seguinte forma:



*“Eu tinha um outro aluno (...) e a família toda era comprometida - a mãe também tinha uma deficiência intelectual - e ele era muito negligenciado. Ela tinha um companheiro que batia muito, cometia muitos abusos físicos nesse aluno, ele ficava sem comer, ele apanhava muito. E a escola era meio que o refúgio. (...) E depois de muito tempo, a gente criou um vínculo. (...) Isso fez toda a diferença na vida [dele], estar numa classe especial, estar num lugar que ele pudesse ser um pouco mais olhado, pudesse ser visto de verdade. E a gente tentou um encaminhamento a algumas demandas na vida dele. O padrasto que cometia abusos físicos deixou de fazer, porque a escola estava mais atenta, estava olhando. E é isso, hoje ele já é um adulto, tem família - com todas as limitações que ele tem, mas está seguindo a vida. E a gente, minimamente, ainda mantém um contato aqui na Maré.”* (diretora escolar B)

Alguns entrevistados levantaram a questão de que a pandemia forçou um convívio familiar em casa mais intenso o que teria acirrado conflitos domésticos.

Um dos jovens que entrevistamos relata o seguinte:

*“Eu falei uma vez que a gente nunca ficou tanto tempo junto em casa todo mundo como a gente está agora já há cinco meses assim, porque assim minhas férias escolares que as vezes eu ficava em casa, mas era um mês e pouco, nunca foram três, cinco meses. Minha mãe sempre trabalhou, nunca estive tanto tempo em casa com minha mãe como a gente está tendo agora, com os meus irmãos também nunca, porque um irmão estudava de tarde o outro de manhã, então nunca tive tanto contato. Então esse contato direto fez a casa ficar mais barulhenta, faz a casa ficar mais agitada, aí também não consigo estudar por conta disso, não consigo organizar as minhas coisas por conta disso, rolam mais discussões por conta disso, rolam mais brigas, mais conflitos mesmo tudo por conta dessa coisa de estar todo mundo em casa, sabe, junto.”* (jovem D)

Já uma operadora de saúde que atua no CAPSi, descreve este contexto da seguinte forma:

*“O que aparece muito são as relações intrafamiliares muito [trecho ininteligível]. Aí a convivência familiar que já não era simples, mas tinha locais para escoar isso. Tinha escola, tinha alguma atividade cultural, saía com os amigos, fazia algum esporte, isso diluía mais ao longo do dia. Aí o que a gente vem percebendo é que agora não, esse contato ali intensivo em casa dificultou mesmo, essa intensividade das relações, que não eram fáceis anteriormente, agudizaram por conta da pandemia. Tem alguma coisa que já estava ali, mas que piorou por conta dessa relação mais próxima.”* (profissional de saúde do CAPSi)

De modo geral, os relatos de violência física estão associados à dinâmica doméstica, com diversas referências à figura do padrasto. Nestes casos, a exposição de crianças e adolescentes a este tipo de violência está associada às agressões sofridas por suas mães e outras mulheres do convívio familiar, como o relato da jovem que fala da situação vivida pela avó.

Com base nestes relatos, é possível indicar a existência de alguma correlação entre as violências praticadas contra a mulher e as violências contra crianças, adolescentes e jovens, uma vez que grande parte delas ocorre no âmbito doméstico. De acordo com dados revelados pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Plantão Judiciário do estado registrou um aumento de 50% nos casos de violência doméstica somente nas primeiras semanas da quarentena. Segundo o ISP, entre 13 de março e 30 de setembro deste ano houve queda nos números de registros de ocorrências na Polícia Civil relacionados à violência contra a mulher em comparação com o mesmo período em 2019. A quantidade de ligações para o serviço 190 da Polícia Militar para denunciar “Crimes contra a Mulher”, no entanto, teve um aumento neste mesmo período, embora tenha permanecido estável em relação ao ano anterior.

Muito embora a Polícia Civil tenha disponibilizado o serviço de registro de ocorrência online e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher continuem a operar ininterruptamente 24h por dia, é bastante provável que haja grande subnotificação de casos. Em primeiro lugar porque, para a maior parte dos casos, há a necessidade de a vítima comparecer presencialmente à delegacia para instauração de inquérito ou ao Instituto Médico Legal para a realização de exame de corpo de delito. Dadas as orientações para o distanciamento físico, é possível que haja certo desestímulo. Mas, ainda mais grave é o constrangimento provocado pela presença constante do agressor em casa e a intimidação que muitas vezes impede a comunicação do fato. Em ambos os casos, não há a aplicação de medidas suficientemente seguras por parte das autoridades que garantam o combate a este tipo de violência, o que contribui para um ciclo em que ela se perpetua.

As consequências deste quadro se estendem às dinâmicas das relações familiares. As violências sofridas pelas mulheres e a imposição pela força por parte dos agressores reverberam nas relações com as crianças, os adolescentes e os jovens que vivem nestes lares, que ao presenciarem estas agressões e/ou também serem elas próprias vítimas, podem ter sua saúde física e mental afetadas. Nesse sentido, a quarentena surge como um agente potencializador. O confinamento em decorrência da pandemia, mesmo quando respeitado apenas parcialmente e por razões diversas, nas quais não poderíamos nos deter neste momento, produziu uma nova rotina para as famílias.

A quarentena tem forçado a um convívio mais intenso e mais duradouro, muitas vezes, de uma quantidade considerável de pessoas em espaços reduzidos, como se caracterizam grande parte das casas em favelas. Em meio a um cenário de incertezas sobre o futuro, sob vários aspectos, mas, sobretudo, sanitários e econômicos, tornam-se mais propensas as condições para um ambiente de elevado estresse e no qual podem se desenvolver ou se agravar práticas violentas. Com a suspensão das aulas e de outras atividades recreativas, crianças, adolescentes e jovens passaram a permanecer mais tempo em casa e, assim, tornaram-se mais expostos a diferentes tipos de violência, dentre muitos motivos, por terem de passar também muito mais tempo com seus possíveis agressores.

Não por acaso, a escola foi citada por alguns entrevistados como um espaço que além de cumprir com sua função educativa, cumpriria também um papel protetivo. Neste raciocínio, a escola seria entendida como uma instância inibidora das mais variadas formas de violência que crianças, adolescentes

e mesmo os jovens podem sofrer, porque, por um lado, indícios de violência mais explícitos podem ser percebidos de imediato e tornados evidentes para além do âmbito doméstico e, por outro, porque a escola possuiria mecanismo de acompanhamento que permitiriam ao menos intuir diferenças de comportamento.

O relato de um dos conselheiros tutelares que entrevistamos expressa bem isso:

*“Mas, na prática, por conta da pandemia, eu acho que também muita gente, assim, meio que seguiu muito problema em casa. Eu não imaginava. (...) Nessa primeira semana de volta às aulas [na rede privada], eu tenho recebido um número de denúncias, um número de questões. E, aí, o que me leva a crer que esse meio que pós-pandemia – não é que a gente já passou pela pandemia –, mas essa fase agora que a gente está vivendo, com as crianças começando a voltar às escolas, as escolas particulares que atendem às crianças... Então, assim, tem um número de documentos, de denúncias, de ligação chegando. E, aí, acho que é muito isso: as pessoas começam a ser sentir um pouco mais encorajadas por estarem se afastando do abusador e, aí, então, acaba fazendo esses contatos agora. Ou seja: telefonema, o email da instituição, da unidade, ou propriamente dita a pessoa indo lá, ou denúncia da escola, enfim. É muita denúncia esses últimos dias. Então, assim, as famílias saindo de casa, voltando à rotina de trabalho, está se encorajando a ligar, mandar email. Por ocasião da pandemia, a gente teve muito menos denúncia.” (conselho tutelar D)*

Ele relata um contexto no qual já começa a haver algumas escolas retomando atividades presenciais. Este movimento teria provocado uma ampliação dos espaços seguros de circulação das crianças, adolescentes e das mães vítimas de violência doméstica. As escolas, assim, são uma referência importante para as percepções das possíveis violências que ocorram no espaço doméstico. A perda do espaço escolar como um efeito da pandemia como um espaço seguro de referência teria sido uma das questões centrais para a ampliação da vulnerabilidade de crianças e adolescentes à violência.

### 1.3.2. Violência psicológica

As dinâmicas da violência psicológica são próximas daquelas da violência física, estando associada, principalmente, também aos contextos domésticos. A distinção está no fato de que foram mais abundantes nas entrevistas relatos de aumento da violência psicológica no contexto da pandemia. Houve, além disso, relatos de violência psicológica associados aos efeitos das operações policiais. Este segundo aspecto teria articulações com dimensões menos circunstanciais e mais sistêmicas das violências contra crianças e adolescentes. Seriam manifestações da violência que ganham formas mais sutis ao passo que reiteram seu caráter estrutural, ou sistêmico. Como ocorre na descrição que Byung-Chul Han faz logo na primeira página de *Topologia da Violência*, ao falar de processos da violência na qual ela “se retira para espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais, adotando uma forma microfísica (...). Ela se desloca do caráter visível para o invisível, do frontal para o viral, da força bruta para a medial, do real para o virtual, do físico para o psíquico, do negativo para o positivo, e volta a se recolher para espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais, de modo que surge a falsa impressão de que ela teria desaparecido” (2017, pp. 7 e 8).



Uma jovem que entrevistamos, além dos relatos de exposição à violência física na seção anterior, nos falou também de situações em que foi exposta à violência psicológica, ou “violência verbal” ou “moral”, como ela classifica. O trecho da entrevista em que narra essa situação é o seguinte:

*“A minha mãe foi vítima de violência física por parte de relacionamentos amorosos abusivos. Violência física, não; violência moral e verbal. E por parte familiar também, nos casos de brigas e conflitos familiares. Violência psicológica, violência moral e verbal por parte de relacionamentos amorosos; e violência física, moral, verbal e psicológica por parte familiar.” (jovem A)*

Ao descrever o cotidiano dos atendimentos que realiza, um dos conselheiros tutelares descreve o seguinte:

*“Violência física, e assim, a banalização da violência psicológica, a banalização da violência física com a fala de que ‘eu apanhei, então eu posso bater’. (...) A reprodução. Vai reproduzir achando que está certo: ‘é meu filho, minha filha, eu faço o que eu quero’. É difícil, (...) difícil você conscientizar que, quando você bate, você está ensinando que tem que bater pra resolver tudo na vida. Então a criança chega na escola, a criança é agressiva, na rua é agressiva, quando está grandinho, bate na mãe, bate no pai, bate no colega, bate no irmão. Então a gente tem muitos casos de violência física, muito caso de violência psicológica.” (conselho tutelar C)*

Como dissemos em relação a certa continuidade entre as dinâmicas de violência física e psicológica, a fala desse conselheiro tutelar também trata das duas violências com certa equivalência em termos de recorrência e dinâmicas.

Ao perguntarmos sobre sua percepção sobre quais seriam as causas dessas violências, ela descreve uma articulação que estabelece uma introjeção e reprodução das violências sofridas anteriormente pelos agressores. Ele inclui nesse círculo vicioso de agressões e agressores, a violência policial. Vejamos o trecho da entrevista:

*“Eu acho que é algo que está muito no cotidiano, é muito do que se vê. E é algo mesmo que está naturalizado, meio que naturalizado.(...) Reproduzindo. Naturalizado por diversas vertentes. Naturalizado pela forma como a polícia entra. Pode ter uma polícia agressiva. Naturalizado pelas nossas famílias, que, às vezes, vêm de um contexto também de uma criação violenta e continua.” (conselho tutelar C)*

Sobre esse processo de introjeção das agressões sofridas, a jovem cujo relato de exposição à violência psicológica abriu esta seção, estabelece um argumento interessante sobre os efeitos psicológicos da violência armada, com destaque para a violência policial:

*“E era como uma bola de neve que essa violência causava. Os impactos que ela levava em relação à educação, à diversão, a lazer. Até mesmo sobre a Vila Olímpica, que, devido à violência e a preocupação da minha mãe de comparecer nesse espaço, ela achar que era perigoso demais para comparecer também. E é isso, é você deixar de acessar espaços, de você comparecer a um compromisso. E a própria violência psicológica, porque você vê... quando tem as operações policiais e aí ouve o barulho do helicóptero, o que aquele barulho causa que só a gente que mora na Maré entende, eu também já ouvi muitos relatos de jovens, (...) porque jovens também falavam que ouviam, que era a mesma coisa que eu sentia. A violência psicológica que causava na gente, (...) carregava por conta disso. Ou seja, você acordar e já ouvir a sinalização de que não pode sair na rua porque tem um helicóptero, e você perceber que qualquer som de helicóptero que você ouça como uma sinalização para o seu corpo de que tem algo de ruim acontecendo, sendo que, quando você está num espaço que não é da favela, é só um helicóptero voando, e aí você percebe: ‘aquele helicóptero tem um outro sentido para mim’. E aí eu digo isso em relação à violência psicológica, mas também tem a violência física, do quanto de jovens e crianças que são mortos por essa violência.” (jovem A)*

Além das relações intrafamiliares e dos efeitos psicológicos da violência armada, a profissional de saúde que atua no CAPSi fala ainda que atende situações de sofrimento psíquico decorrentes de racismo. Ela narra o seguinte:

*“Existe uma menina que está no ballet, ela é uma dançarina maravilhosa, mas ela é negra. O quanto que é difícil para ela estar no ballet, cheio de meninas brancas, do cabelo liso, e ela com o cabelo crespo, de se identificar, de ver ali uma pessoa que é possível trilhar um caminho de sucesso. Ela não se identifica com aquilo, apesar de gostar. Aí a gente fez todo um trabalho de primeiro dar nome. É racismo. A partir daí a gente começou a colocar essa palavra. Você não precisa ter medo dizer, porque acho que quando a gente vocaliza a gente consegue tratar dessas questões, lidar com essas questões da melhor maneira possível. Senão facilmente a gente diria que é bullying. Não, é racismo que ela sofre. Precisa dar nome um pouco aos bois, sabe?”*  
(profissional de saúde do CAPSi)

Um conselheiro tutelar fala, ainda, de dinâmicas de violência psicológica que estão associadas a questões de gênero e sexualidade. O relato dele é o seguinte:

*“Aí, na parte dos meninos, eu tenho muito menino com problema nesse sentido quase que em um quadro que se aproxima depressivo quando a gente vai em uma questão de orientação sexual. (...). E a família oprime. A família está naquele lugar de uma construção machista, de uma construção de que ele não pode ter um outro comportamento a não ser esse comportamento de macho, sobre essa coisa louca, e aí acaba que essa criança fica nesse processo e isso torna ela mega violenta. Então essa criança fica muito violenta, aí os pais acabam culpabilizando ele e colocando ele nesse sentido de violento, de agressivo, e não conseguem perceber(...) que eles estão oprimindo e estão, na realidade ali, (...) a vida daquele garoto. Eu tenho muito caso disso, de menino de 12, 13 anos que está nesse processo. Inclusive, estou com um garoto agora, acompanhando, que eu estou fazendo visita toda semana com ele, porque está nesse role. Ele está melhorando. Eu já identifiquei para a família o que é e a família é religiosa. Eu tive que trazer para elas que elas não podem de forma nenhuma colocar religião como o único propósito, porque elas vão acabar colocando a vida do adolescente, que agora está com doze anos, em risco, porque é isso que eles estão fazendo. Aí eu trago nessa pauta muito para a gente poder descrever o trabalho do conselho enquanto garantidor de direitos. Se alguém está colocando a vida de um adolescente em risco, você está violando direito. Aí eu trago para elas poderem perceber, então, esse processo. (...) Eu tenho bastante casos assim e isso mexe muito com a saúde mental deles.”* (conselho tutelar B)

De modo mais marcado do que em relação à violência física, houve alguns relatos sobre o aumento da violência psicológica no contexto da pandemia.

Um dos conselheiros tutelares narra o seguinte:

*“Tiveram[, no contexto da pandemia], muitas denúncias, falando por mim, denúncias de violência psicológica. Ficar gritando, xingando, nesse período da pandemia tem. (...) Normalmente os [casos] emblemáticos são com famílias grandes, com núcleo familiar grande e com histórico de violações passadas. Não foi algo que se iniciou e (...) e continua e vai se agravando no período da pandemia. Então, bate mais, grita mais, xinga mais. Em caso de pai também que tem colocado as crianças pra rua pra vender coisas. Mas isso é pouco denunciado.”* (conselho tutelar C)

É importante notar aqui que não se trata de uma percepção no nível hipotético, mas sobre um aumento do volume de demandas relacionadas a este tipo de violência que chegaram ao Conselho. Um dos jovens que entrevistamos, por sua vez, considera que deve ter havido pressão sobre as dinâmicas que se relacionam à violência psicológica por conta da pandemia. Ele diz:



*“Eu acho que só piorou. Porque eu acho que quando nós estamos juntos, é difícil o contato. (...) Aquela coisa de o marido estar mais próximo da esposa, das filhas, das crianças e como exerce esse poder matriarcal, simbólico, que ele é o maioral de tudo, então quem for contra ele pode sofrer algum tipo de consequência” (jovem C)*

Já uma representante de uma organização da sociedade civil descreve, a partir da interação que mantém com os adolescentes no projeto em que atua, o seguinte panorama do acirramento dos conflitos domésticos:

*“Bom, e os adolescentes estão muito surtados, porque é uma sobrecarga, não só eles têm que ter as aulas online, como o trabalho de casa aumentou muito, porque, de repente, está todo mundo dentro de casa, todo mundo tem que comer dentro de casa, quando comia em horas diferentes, horários diferentes, as crianças na escola, os adolescentes na escola, então não tinha almoço em casa e tal, de repente é como se você tivesse uma... formou-se uma outra tribo ali que não existia antes. E então todo mundo tem que conviver, o que não estava acostumado, e isso criou bastante conflitos, principalmente estresse, muito estresse, muito estresse das mulheres, que até elas dizem: ‘Eu gritei com o meu filho, mas eu não queria gritar, mas é que eu não aguento mais, eu não sei o que fazer com ele’.” (representante do Uerê)*

Como ressaltado por pesquisadores de diferentes áreas que investigam as múltiplas violências as quais crianças, adolescentes e jovens estão submetidos em diferentes contextos socioeconômicos e culturais, inclusive na Maré (ZAHN-WAXLER et al., 2000; MARGOLIN & GORDIS, 2000; ASSIS et al., 2013; BUENO, 2018; MARTINS, 2020), há alguma correspondência entre violência armada e violência física e a violência psicológica. Tiroteios ou agressões físicas ou verbais sofridas, sobretudo, no âmbito doméstico, mas não apenas, podem ser interiorizadas e repercutir, por exemplo, em depressão, ansiedade, transtorno de sintomas somáticos, dificuldades de aprendizagem, etc.

Desse modo, as dinâmicas da violência psicológica são interessantes de serem observadas porque elas acabam desembocando em questões relacionadas ao contexto doméstico e intrafamiliar, mas possuem relação com contextos mais amplos e sistêmicos, como o racismo, o machismo, a violência de Estado e a própria pandemia. Houve relatos do aumento desse tipo de violência no contexto pandêmico, principalmente, quando decorre de dinâmicas associadas ao contexto doméstico e intrafamiliar. Para a reflexão sobre prevenção à violência, elas são estratégicas, tendo em vista que antecipam vetores que podem se agravar em formas mais graves de violência, além de se articularem com dimensões estruturais.

Nesse contexto, o acesso e a qualidade dos serviços públicos oferecidos à Maré tornam-se questões fundamentais. Como vimos anteriormente, o acesso e a oferta dos serviços públicos são diretamente afetados pelos confrontos armados resultantes das disputas territoriais entre grupos criminosos ou de operações policiais, ambos reflexos de uma política de segurança pública violenta reeditada

ao longo de décadas e inócuo do ponto de vista do que deveria ser seu fim último, a segurança de todos. Embora seja de difícil mensuração a violência psicológica a que são submetidos não apenas crianças, adolescentes e jovens, mas todos os moradores de maneira geral, é certo que a interrupção dos serviços públicos contribui para um agravamento do quadro. Mas, por outro lado, mesmo na ausência de confrontos, a qualidade dos serviços públicos oferecidos por si só constitui um empecilho e também afeta à saúde mental da população. Há problemas estruturais próprios a determinadas áreas de governança e problemas relacionados à particularidade do território. No que diz respeito ao público pesquisado, isto se evidencia especialmente nos campos da educação, saúde e assistência social.

### 1.3.3. Violências autoprovocadas entre adolescentes, principalmente, meninas

A questão das violências autoprovocadas foi relatada por entrevistados da saúde, do Conselho Tutelar e da educação, com destaque para casos de automutilação. Estas violências foram narradas como ocorridas especificamente entre adolescentes, principalmente, meninas.

Não nos parece que haja dinâmicas particulares à Maré em relação a este tipo de violência. Um estudo de revisão bibliográfica publicado este ano, indica uma grande quantidade de artigos sobre o tema da automutilação entre adolescentes em 23 países (MOREIRA; VALE; CAIXETA; TEIXEIRA, 2020). Trata-se de um fenômeno global que ainda está em investigação.

A profissional de saúde que atua no CAPSi que entrevistamos relata, entretanto, que houve aumento dos casos recentemente, com ainda mais incidência no contexto da pandemia. Ela relata o seguinte:

“Antes, na Maré, a gente não recebia tantos casos de automutilação e tentativa de suicídio. Tinha um número significativo, só que, relacionando com outros eixos, era um número pequeno. Eram mais casos de vulnerabilidade, de risco social, e aí a gente foi percebendo o agravamento, o número aumentando desses casos de tentativa de suicídio e auto mutilação”. (profissional de saúde do CAPSi)

É interessante notar que houve o aumento de duas violências autoprovocadas, o suicídio e a automutilação. Porém, a entrevistada não apresentou uma análise sobre as diferenças entre estes dois tipos. Ao mesmo tempo, há um entendimento de que é algo relacionado com a idade, “E acho que tem uma coisa ali que é da juventude, que é de se lançar para fora, que é de estar...”, mas novamente não há um aprofundamento sobre o que ela entende por juventude. Por outro lado, o relato da profissional de saúde demonstra o entendimento de que esse tipo de violência está relacionado com os laços sociais:

*“Algumas pessoas agudizaram por conta da pandemia, mas a questão é para além, é todo o contexto que essas pessoas estão vivendo. (...) Os laços sociais são muito fortes. Teve a saída da escola e aí teve uma intensificação das relações intrafamiliares. Aí a gente pôde perceber que esses casos de tentativa de suicídio, de auto mutilação, de violência auto provocada mesmo, era porque os laços familiares estavam completamente [trecho ininteligível]”*(profissional de saúde do CAPSi).

De acordo com a literatura sobre adolescência (ABERASTURY; KNOBEL, 2003), esta etapa da vida é reconhecida por sua complexidade, transitoriedade e deve ser analisada englobando as formas institucionais e sociais do sujeito no mundo. Ao mesmo tempo acontecem processos de conhecimento, reconhecimento, inclusão e exclusão desse adolescente no que se refere ao ambiente social e cultural, onde se relacionam os laços sociais e afetivos. Esta fase da vida é reconhecidamente um momento de desenvolvimento de habilidades relacionadas com a criação e manutenção de vínculos afetivos. Por outro lado, está em andamento um processo de separação progressiva dos pais e familiares mais próximos, criando certa confusão entre independência e abandono. É primeiramente, para esta literatura, a partir da família que a identidade vai sendo construída, tanto por negação quanto por afirmação. Deste modo, o convívio com outros grupos sociais, hábitos e práticas sociais diferentes aumentam o repertório dos adolescentes e criam novas narrativas e entendimentos sobre si mesmos.

Uma hipótese para o aumento da ocorrência de violências autoprovocadas está relacionada com impactos nos vínculos sociais e afetivos e com dificuldades de elaboração dos sentimentos e emoções. O depoimento da entrevistada corrobora com esta hipótese quando associa este acréscimo como resultado da

*“(...) intensificação das relações ali na casa, casas por vezes pequenas, com poucos cômodos, que você não se dividia muito ali, aí apareciam muitas questões relacionadas à sexualidade, a racismo, à questão de gênero. Esses adolescentes, essas crianças, não tinham como, não estavam conseguindo outros recursos para lidar com isso e aí começaram a usar da violência auto provocada para lidar com essa dor”.*  
(profissional de saúde do CAPSi).

Esta versão é reafirmada pelo depoimento de outro conselheiro quando se referia especificamente sobre as dificuldades de relacionamento familiar e o agravamento dos casos de violência autoprovocadas:

*“Então, as dificuldades de convivência, a dificuldade de diálogo dentro dessa família, desse núcleo familiar, estava fazendo com que várias crianças queiram fugir, fujam de casa. Outras, queiram cometer suicídio. Também tivemos alguns casos recentes de crianças que tentaram suicídio, falaram que não conseguem se expressar, na conversa a criança fala: ‘Não consigo dialogar com a minha mãe, eu não consigo falar o que eu sinto, talvez eu não tenha espaço para fazer esse tipo de coisa, sabe?’. A saúde mental daí da galera...”* (conselho tutelar A)



As violências autoprovocadas também costumam ser relatadas não pela dor física sentida pelo ato violento, mas por um apaziguamento de uma dor emocional. De acordo com o artigo “Automutilação na adolescência: rasuras na experiência de alteridade”, de Isabel Fortes e Mônica Macedo (2017), os atos de automutilação são realizados pelos adolescentes em momento de intensa tensão interna, com a qual não sabem lidar. A entrevistada reproduz este tipo de relato quando fala que:

*“Eles dizem muito: ‘a gente não sabia como fazer isso, como lidar, não entendo nem que dor é essa que eu estou sentindo’. Eles às vezes não conseguem mensurar, dizer de onde que vem.”* (profissional de saúde do CAPSi).

A entrevistada demonstrou que os profissionais do equipamento em que trabalha tem atuado no sentido de compreender esta demanda que tem chegado ao equipamento e também a dor desses jovens e de promover possibilidades para que estes adolescentes e jovens entendam o processo psíquico e social pelo qual passam. Exemplo disso são os trechos destacados em seguida:

*“Em um primeiro momento, a gente acabou fazendo atendimentos mais individuais e a gente repensou no trabalho: pera aí, esses casos não são isolados, acho que não dá para a gente particularizar essa situação que a gente está vivendo (...) Aí nosso trabalho é esse, poder construir com eles ferramentas e estratégias para lidar com isso que não seja se violentando. A gente começou a construir grupos, uma coisa mais coletiva para lidar com essas situações, para poder falar de racismo, para a gente poder falar de questão de gênero, de sexualidade, e não só de uma forma individual.”* (profissional de saúde do CAPSi)

Sobre os perfis desses casos de violência autoprovocada associada ao sofrimento psíquico, segundo ela: “A maioria meninas entre treze e quinze anos, mais ou menos, a média. Negras, com questão relacionada à sexualidade.” (profissional de saúde do CAPSi). Ela articula, portanto, a incidência desses casos aos contextos de racismo e de LGBTfobia.

Quatro dos cinco conselheiros tutelares que entrevistamos relatam aumento recente de casos de violência autoprovocada. Alguns deles articulam este aumento ao contexto da pandemia.

Ainda sobre o perfil dos jovens atendidos, estudos apontam que os jovens que vivem nas áreas mais pobres, muitas vezes com necessidades mais complexas, têm menor probabilidade de serem encaminhados para serviços especializados de saúde (MORGAN et. alli, 2017). O problema, como se percebe não é uma especificidade da Maré, assim como não o é a dificuldade de ultrapassar estereótipos sobre o público em análise e a violência autoprovocada.

Este mesmo trabalho também identifica que a automutilação é um fenômeno que atinge predominantemente as meninas, o que é reafirmado pelo relato de um dos conselheiros tutelares:

*“Antes da pandemia a gente atendeu muitas meninas adolescentes em processo de depressão. Inclusive, se mutilando. Muito. Com início de suicídio... Muito. Muita menina. Muita menina. E mais ou menos na fase de 15 a 17 anos. Nessa idade.”*

(conselho tutelar B)

O diretor de uma escola também relata este comportamento entre meninas e um tipo de prática que também é relatada com alguma frequência que vamos chamar de “cena de automutilação”, aqui definida como o momento em que duas ou mais pessoas se automutilam conjuntamente e, em determinados casos, há incidência de outros participantes, que apenas assistem e incitam a prática. O diretor recorda a ocorrência de casos de automutilação, mas que ocorreram em 2018. Ele relata:

*“Eu estive no sexto ano - se não me engano, em 2018 - uma aluna que estava... eu acho que é... como é o nome? Ela se cortava com gilette. Esqueci o nome, é automutilação. Ela estava se cortando, e ela levou uma gilette para a escola. O que ela fez? Conversando com uma colega e tentando aliciar essa colega para esse meio, ela cortou a perna da colega com a gilette. A colega começou a chorar, foi para a secretaria para poder falar comigo. Aí é todo um processo: eu chamei a aluna, conversei, chamei os responsáveis, tive que comunicar à coordenação, tive que comunicar ao Conselho Tutelar. Eles, com parceria com a escola, eu tive que encaminhá-la para fazer uma atividade no Luta Pela Paz, na Vila Olímpica. Aí tornou-se essa rede para tentar ajudar esse caso dessa aluna, e os responsáveis não estavam aceitando. A menina tinha as marcas, mas os responsáveis diziam que não, estavam em negação. E nós, com o Conselho Tutelar, nessa tentativa de ajuda, os pais pediram a transferência da menina da escola. Então, eu perdi o contato e não sei como ela está hoje. Isso já é mais para os adolescentes.”* (diretor escolar)

Ele conta, ainda, como lidou com este caso:

*“Depois desse caso, nós reunimos os professores das séries mais adiantadas - quarto, quinto e sexto anos - para a gente montar um projeto para... é um projeto de conscientização sobre essa automutilação, o que ela causa em mim e o que ela causa no outro, que também é um caso de violência. E o que acontece? Quando nós começamos a conversar com os alunos, eles foram relatando que já tentaram isso. Então, eu percebi que não é só um caso isolado. Aquele foi o caso que apareceu, mas teve outros que ficaram ocultos. Desde esse caso até hoje, nós não tivemos outro caso - revelado, pelo menos - de automutilação.”* (diretor escolar)

Portanto, os entrevistados demonstraram que não há um protocolo sobre o que fazer com uma criança ou adolescente que se automutila. Do mesmo modo, ainda não há para eles uma explicação sobre esta forma de expressão de sofrimento emocional. Foi constante nas entrevistas a informação sobre gênero, com maior incidência de automutilação entre meninas, e a idade, comumente a faixa dos 15 aos 17 anos.

### 1.2.4. Adolescentes e situação de abrigamento

---

No campo das vulnerabilidades em relação aos adolescentes, os conselheiros tutelares narraram situações recorrentes de abrigamentos de adolescentes. O abrigamento, obviamente, não é um caso de violência, mas figura no repertório das medidas de proteção. Abordamos o tema aqui pelo fato de que os contextos apresentados pelos conselheiros indicam elementos sobre a exposição desses adolescentes a vulnerabilidades que podem resultar em contextos de violência.

O acolhimento institucional é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e gerido pelo município e estado. Destina-se ao acolhimento provisório com atendimento e proteção integral à crianças de 0 (zero) à 12 (doze) anos incompletos e adolescentes de 12 (doze) a 17 (dezessete) anos incompletos, de ambos os sexos, em situação de risco pessoal e social, cujos direitos foram violados por ação ou da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.

O encaminhamento para estas instituições é realizado pelo conselho tutelar, em caráter excepcional e de urgência, quando há absoluta impossibilidade de permanência com a família. Como os próprios conselheiros indicaram em determinados momentos das entrevistas, as situações de abrigamento devem ocorrer depois de esgotadas diversas possibilidades anteriores de redução das vulnerabilidades e proteção da criança e do adolescente. A recorrência desses abrigamentos que se alongam por anos não é desejável.

Os conselheiros entrevistados estavam de acordo com a noção de que o abrigamento é uma situação paradoxal, como descrito por Ana Carolina Parra et al. no estudo “O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco?” (2019), em que as autoras abordam que ao mesmo tempo que o abrigamento promove a proteção ele produz efeitos negativos, como o distanciamento da família e a exposição a outros riscos. Ainda segundo este trabalho: “entre todas as situações negativas vivenciadas por essas crianças, o acolhimento ainda se faz necessário, porém, desde que seja realizado com qualidade, respeitando as individualidades, características e necessidades de cada criança em cada faixa etária, sem esquecer ainda do trabalho realizado juntamente com boas políticas públicas por parte dos governantes, sendo de grande necessidade atender as necessidades das famílias brasileiras, diminuindo a desigualdade social”. (PARRA, et al., 2019, p. 158).

Em todas as entrevistas com conselheiros, quando abordado o tema do abrigamento, eles deixaram claro que este era o último mecanismo a ser acionado ou quando a criança ou adolescente estava em situação de extremo risco. Caso contrário, as principais alternativas eram encontrar meios de continuarem com alguém próximo. Este é um avanço importante no sentido de entender os mecanismos de aumento das vulnerabilidades e tentar evitá-los. Exemplo disso é o trecho abaixo:



*“A gente tem uma situação também muito recorrente, que são meninas e meninos que vivem em abrigo com histórico de anos, de muito tempo, e, nos finais de semana, saem dessas unidades de acolhimento e vêm para os bailes. E vem para o baile da Nova Holanda, Parque União, Jacaré e sabe que ali atrás tem um Conselho Tutelar. E para voltar também sabe que precisa que o Conselho requisite o serviço de acolhimento novamente, dessa reintegração à unidade de acolhimento. Todos os dias têm, todos os dias não, mas na segunda é um dia que acontece com muita recorrência. Tem três, quatro deitados na porta do conselho esperando para voltar para os abrigos.”*  
(conselho tutelar C)

O conselheiro demonstra conhecer os mecanismos acionados pelos adolescentes que residem em abrigos para burlar as normas institucionais e poderem sair e serem abrigados novamente. A recorrência desse tipo de prática também é indicativa de como os adolescentes conhecem os mecanismos institucionais e se utilizam dele para também realizarem suas vontades. Porém, este depoimento também convida a reflexão sobre a relação inerente ao abrigo de segurança e controle. Ao mesmo tempo que a instituição promove a segurança desses adolescentes, que garantem seus direitos básicos, operam segundo uma lógica de controle, terminando por institucionalizar os que passam a ser mantidos em suas instalações. Portanto a instituição também é uma instância de vigilância e é regida tanto por normas explícitas, quanto por normas tácitas, inerentes a cada um dos abrigos e de acordo com suas especificidades.

Em uma das entrevistas o conselheiro informou:

*“Esses dias mesmo teve uma menina que fez 18 anos, aí fizeram até uma festinha para ela lá no abrigo quando ela fez 18 anos e falaram: “Vai lá, rapaziada, agora é contigo mesmo”, sabe, caraca, tipo, [sic] a pessoa passou a vida inteira dentro do abrigo, a gente não conseguiu dar conta dos problemas dela e agora ela vai para a rua e não tem nem onde viver, sabe? Então é uma situação bem chata, bem complicada,”* (conselho tutelar A).

Ao mesmo tempo, o depoimento demonstra certa sensação de impotência, de incapacidade de alterar o que parece ser um destino desta adolescente que ficou abrigada. Um dos mecanismos para evitar essa institucionalização e a perda dos vínculos, cumprindo com o que está garantido pelo terceiro capítulo do ECA, é a busca por algum familiar que possa se tornar responsável pela criança:

*“mas a criança como vítima, quando é dos pais a gente sempre aciona, a gente sempre tenta buscar uma outra pessoa na família que possa ficar com essa criança durante um tempo, até a gente conseguir solucionar esse problema, e a tentar solucionar o problema seria tentar ver com esse agressor, sendo o pai, ou a mãe ou a pessoa que reside dentro dessa... se reside dentro da mesma casa dessa criança, procurar saber de que forma a gente pode ajudá-lo, porque ele também é vítima, a gente vê o agressor também como vítima”.* (conselho tutelar A)

Por isso, o conselheiro informa que:

*“a gente tenta saber o porquê é que isso está acontecendo, a gente nunca toma uma medida ou a gente pelo menos tenta, a não ser que seja algo muito grave, a gente nunca tenta tomar uma medida sem saber o que é que está se passando com esse pai ou com esse agressor também”.* (conselho tutelar A)

Estes breves relatos expõem a complexidade envolvida no processo de decisão dos conselheiros para encaminharem crianças e adolescentes para acolhimento institucional. Os conselheiros entrevistados tinham muita consciência da gravidade do acolhimento e da necessidade de realizar esse protocolo apenas em situações de emergência e de risco para as crianças e adolescentes.

### 1.3.5. Violências sexuais

As questões de violência sexual já apareciam de modo expressivo no capítulo de análise dos dados quantitativos. Nos relatos das entrevistas se confirmou a recorrência desse tipo de violência. Segundo os entrevistados, estes casos atingem tanto adolescentes quanto crianças, principalmente as meninas, com mais ênfase nessa última faixa etária.

Um dos conselheiros tutelares relata o seguinte na entrevista:

*“Foi algo assim que desde que eu entrei me assustou muito. (...) É o que eu estou te falando: às vezes o que um vizinho ou a sociedade não denuncia. Está visualizando e não denuncia, chega no hospital. E aí chega de uma forma muito ruim, muito perversa mesmo, que é quando a criança, de repente, pegou uma doença sexualmente transmissível ou está sentindo muita dor, fala e a mãe não acredita. (...) Uma notificação uma violência sexual. É o que está acontecendo há anos. É muito comum.”* (conselho tutelar C)

Outro conselheiro tutelar também identifica estes casos como recorrentes e percebe certo agravamento no contexto da pandemia:

*“A gente tem muita coisa também de abuso sexual. Tem muito de abuso, tanto de menino quanto de menina. E depois da pandemia aumentou o abuso. (...) E aí pensando as moradias, são moradias muito pequenas com famílias muito grandes. Isso fica muito gigante. Então, uma coisa que, às vezes, a gente conseguia contornar, porque existiam também outras escapadas, que era a escola, que era o trabalho, que era a possibilidade de brincar na rua, que era o projeto de que estava participando, o esporte, que não tem mais, e aquilo vai ficando muito grande e acaba que não consegue ter esse controle.”* (conselho tutelar B)

É importante notar que, nessa narrativa, há, novamente, uma associação entre o aumento deste tipo de caso durante a pandemia e o fato das crianças e adolescentes estarem privados de outros espaços de proteção, como as escolas. Uma vez mais, a convivência mais intensa com agressores no âmbito doméstico parece estar expondo, sobretudo, crianças e adolescentes a este tipo de violência.

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2018), entre 2011 e 2017 foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) quase 185 mil casos de violência sexual no Brasil, dos quais 31,5% foram cometidas contra crianças e 45% contra adolescentes. Dentro deste universo, constatou-se que a maior parte dos eventos ocorria dentro de casa, não acontecia pela primeira vez e em sua maioria eram praticados por agressores do sexo masculino e que possuíam algum tipo de vínculo familiar com a vítima, constatando o que a literatura especializada aponta sobre o tema (COHEN, 1993; FURNISS, 1993; GABEL, 1997; SAFFIOTI 1997).

Este cenário implica em certo silêncio por parte das vítimas e consequente subnotificação criminal, uma vez que muitas crianças ainda não compreendem o significado de tal evento e, sobretudo, em se tratando de adolescentes, há um grande constrangimento envolvido pela expectativa de uma situação humilhante (ARAÚJO, 2002; COSTA et al., 2007). Em algumas situações, nas quais existe uma relação afetiva entre o agressor e a vítima, há a possibilidade de a criança ou o (a) adolescente envolvido (a) evitar a denúncia por receio de que a relação em questão possa deixar de existir (ARPINI et al., 2010; SANTOS & DELL'AGLIO, 2010), ou, em caso de revelação, a vítima pode internalizar um sentimento de culpa por uma possível desarmonia causada no núcleo familiar (ARAÚJO, 2002).

O conselheiro tutelar citado anteriormente nos indica as delicadezas implicadas no modo de encaminhar os casos, tendo em vista o contexto específico das favelas, em que os grupos armados costumam punir os acusados de serem autores de violências sexuais, principalmente, contra crianças. Ele descreve o seguinte:

*“Se acontece uma questão de abuso, uma criança, a gente precisa fazer vários encaminhamentos antes de a gente, de fato, concretizar que esse abuso aconteceu ou não. Dentro da favela esse cara vai morrer ou essa mulher vai morrer, que abusou, porque é isso que vai acontecer. Como que a gente faz também para proteger essas vidas? Porque a gente está falando de vidas, de uma forma geral. Obviamente que existe um abuso, que existe uma violência, mas também a gente precisa pensar em como que a gente realiza o atendimento de uma forma mais ampla e também de uma forma que consiga atender todos os envolvidos. E aí acaba que a gente precisa estar o tempo todo também sendo muito cuidadoso, e eu estou falando isso também enquanto conselheiro (...) Eu estou falando diretamente de abuso sexual, porque implica em muitas outras coisas. E acaba que a gente precisa, em um primeiro momento, eu acho que é o que precisa ser feito, é a gente retirar essa criança, esse adolescente desse ambiente de violência, de violação, e dar segmento aos outros procedimentos que são necessários. Mas é isso, como fazer isso na prática? Eu, enquanto conselho, a gente consegue ter recurso para fazer isso, mas essas outras instituições [da rede de proteção] ficam ali um pouco desprevenidas, então é muito importante também enquanto a gente, conselho, está cada vez mais engajado e mais articulado com essas instituições para que o trabalho fique mais potente e mais efetivo.” (conselho tutelar B)*



Ele descreve, dessa forma, que é necessário que haja diversas mediações e articulações para dar conta de lidar com estes casos que possuem grande complexidade.

Além dos conselheiros tutelares, os outros atores públicos que narram experiências de terem identificado casos de violências sexuais contra crianças e adolescentes foram profissionais da educação. Essas narrativas reforçam a importância das escolas, como apontado pelo conselheiro tutelar, como atores para a detecção e prevenção dessas violências.

O diretor que entrevistamos narra um caso no qual identificou uma situação de abuso sexual contra uma aluna que era pessoa com deficiência:

*“Uma aluna da classe especial, conversando com ela, disse que foi sexualmente violentada, eu falei: ‘Mas como assim?’. Aí, as pessoas acham que, por ela ser uma pessoa com deficiência, ela não tem uma memória, ou que aquilo ali que ela está falando é uma loucura. Eu falei: ‘Não, isso aí tem algum fundamento’, e fui conversando com ela. Aí, encaminhei para... e por falar nisso, tem um outro grupo agora que eu lembrei, falando nesse caso, que é o NIAP (Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares), que o núcleo de atendimento da SME (Secretaria Municipal de Educação) que a gente recebe duas assistentes sociais também na escola, (...) quinzenal, de 15 em 15 dias, elas estão lá. Aí eu encaminhei para elas, elas encaminharam para o Conselho Tutelar para poder averiguar toda essa situação com essa moça com deficiência.” (diretor escolar)*

Além desse caso, uma diretora de uma unidade de educação infantil que entrevistamos narra como descobriu uma situação de abuso sofrida também por uma adolescente com deficiência:

*“Um dos casos mais fortes que tive que lidar, quando era professora da classe especial - eram alunos adolescentes, em torno de 15 a 25 anos... adolescentes e adultos já, com deficiência intelectual. E aí uma aluna de 15 anos relatou para mim que sofreu abuso sexual por parte do pai. E aí, com todas as limitações dela, porque era uma menina, uma adolescente, com deficiência intelectual, e a maneira como ela contou, eu tive que ir desvendando aquilo, foi bem emblemático para mim. (...) Ela, uma vez, numa aula, estava próxima de fazer aniversário - 15 ou 16, não me lembro exatamente - e aí ela usou a expressão: ‘Tia, ganhar celular dói’. E aí eu já fui questionar: ‘Mas como assim? Celular é uma coisa muito legal’. E ela: ‘Não, mas dói’. E eu: ‘Mas por que dói?’. E, aí, ela contou que o pai meio que fez uma troca - se é que se pode chamar de troca isso. Cometeu o abuso prometendo a ela um celular. Então, isso, para mim, foi uma das coisas que mais... a gente já passou por outros casos de violência - violência na família e tal - mas esse, com relação ao abuso sexual, foi um marco na minha vida, porque eu estava chegando na prefeitura. Foi difícil de lidar.” (diretora escolar B)*

Este tipo de violência possui grande complexidade e requer muita integração da rede de proteção para lidar com os casos, inclusive, no que diz respeito às interfaces entre a rede de proteção e o Sistema de Justiça Criminal.

### 1.3.6. Negligências e abandonos

Os conselheiros tutelares e uma diretora de escola também falam de situações que lidam cotidianamente que definem negligências e abandono de crianças.

Um dos conselheiros tutelares que entrevistamos, conta como lida com algumas situações de negligência e abandono de crianças. A negligência familiar é caracterizada legalmente pelo abandono dos pais ou detentores do poder familiar. Este tipo de violência é amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 5. que prevê:

*Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de **negligência**, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou **omissão**, aos seus direitos fundamentais.*

Apesar disso, o termo tem sido questionado na prática da assistência social. De acordo com Mata et al. (2017) no contexto da saúde as denominações de negligência são um problema de saúde pública que faz parte das tipologias de apresentação das violências interpessoais (violência física, psicológica, sexual e negligências). Outro pressuposto no uso do termo, de acordo com estes autores, é de que há um parâmetro de cuidado, considerado aceitável e capaz de prover as necessidades essenciais das crianças e adolescentes. Embora reconheça as diferentes formas de cuidado, o uso desta forma, universaliza um limite aceitável de tolerância associados aos padrões de “crescimento e desenvolvimento”. Por fim, um terceiro aspecto está relacionado com o poder institucional dos agentes e agências de proteção à infância, que terminam por classificar as famílias.

Este debate, portanto, identifica que a centralidade da negligência para garantia de direitos de crianças e adolescentes deve ser problematizada. Pois tal classificação envolve uma grande complexidade e também por isso deve observar a diversidade de famílias e a reprodução de discursos moralizantes que condicionam aos familiares os lugares de vítima e agressor. O termo ainda pode ser usado para justificar uma série de preconceitos morais, de acordo com Berberian (2015), pois seu uso recorrente não tem sido problematizado e tem sido usado para designar diversas situações de desproteção contra crianças e adolescentes.

Os relatos dos conselheiros, todos “cria” do território, apresentaram horizontes de ação que correspondem à problematização da noção de negligência e por isso, evitam, muitas vezes, medidas mais prejudiciais para as crianças, como o abrigo. Vejamos como é narrada a situação:



*“Por exemplo, eu identifiquei que era uma criança da Nova Holanda e aquela criança estava perdida. Foi parar na delegacia. Eu tenho opção de levar para o abrigo. A família vai ter toda a dor de cabeça depois para tirar essa criança do abrigo. Mas essa criança consegue me dizer onde ela mora na Nova Holanda. Então, eu pego aquela criança à noite e vou levar ela na casa dela na nova Holanda. E, aí, o que eu aplicar de medida depois, posteriormente, para os pais, se eu vou dar a notícia de fato para o Ministério Público, se eu vou entender o contexto familiar daquela criança é outro problema, são outras questões. Mas se eu posso levar para casa, por que eu vou levar para o abrigo? E que trauma aquilo vai trazer para aquela criança? Passar, nem que seja uma noite. Ainda que no outro dia a mãe ou o pai tenham condição de tirar, que muitas das vezes não têm. Uma vez que você amarre isso judicialmente, bota aí pelo menos um mês e aquela criança vai estar dentro daquele espaço, às vezes perdendo aula. Isso acontecia demais.”* (conselho tutelar C).

O final deste relato também demonstra que a atual gestão tem evitado reproduzir padrões que consideram negativos em relação a gestões anteriores. O conhecimento do território e das dinâmicas familiares e sociais das famílias que atendem produz uma sensibilidade para evitar que questões cotidianas e que nem sempre exigem medidas extremas sejam abordadas através de outros fluxos de trabalho.

Outro relato constante nas entrevistas foi o aumento de casos de guardas de bebês nascidos de mulheres que vivem nas cenas de uso de crack, bem como acidentes com álcool em gel e afogamentos, os dois últimos relacionados com o fato de as pessoas estarem mais em casa por conta da pandemia. Dois conselheiros tutelares que entrevistamos relataram o aumento dos casos de negligência e abandono durante a pandemia:

*“A gente tem muito abandono de adolescente, de filho de adolescente, de bebê e de usuário. A gente também tem, nesse momento, um aumento do uso abusivo de AD por crianças e adolescentes. Acho que nesse momento pandêmico ainda maior, porque é onde tem a fuga, não é, da coisa? É onde eu vou fazer uma outra coisa para ficar em uma outra condição. Eu estou bastante preocupado com essas questões, porque cada vez mais a gente tem tido esse avanço de muita coisa que não era para avançar, que era, na realidade, para a gente perceber de uma outra forma.”* (conselho tutelar B)

O relato apresenta que a criança ou adolescente abandonado está envolvido em uma teia de relações que podem ser consideradas resultado da falta de assistência, como a falta de atendimento para pais que fazem uso abusivo de álcool e drogas, ou falta de acompanhamento desta família, para que possam ter direitos básicos assegurados, como moradia e alimentação.

O trecho seguinte retrata a percepção de uma diretora de escola sobre o que compreende como negligência e abandono:



*“Quando a gente fala de questões mais pontuais dos alunos, o que eu encontro mais é a questão mesmo do abandono, de questões de crianças desassistidas, da questão do cuidado da higiene, a questão do cuidado com o material, não participação da família na vida escolar desse aluno, que eu entendo também como algum tipo de violência que as crianças sofrem, que a nossa clientela sofre.” (diretora de escola)*

Este tema possui relação com diversos fatores relacionados a vulnerabilidades sociais como situações de ausência ou precariedade de moradia, acesso à saúde, trabalho, escola, ou seja, de dificuldades de acesso às políticas públicas.

### 1.3.7. Questões de guarda

Dentre as demandas frequentes durante a pandemia, os conselheiros tutelares relataram aumento das questões relacionadas à guarda durante a pandemia. Segundo a Recomendação Conjunta nº 1, publicada em 16 de abril de 2020, de autoria do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, do Ministério da Cidadania e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, as questões de guarda foram consideradas de emergência.

A Nota Técnica 70 do IPEA, intitulada “Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da COVID-19: consequências e medidas necessárias para o enfrentamento”, de maio de 2020, também cita a necessidade de atentar para a manutenção dos vínculos familiares de crianças e adolescentes durante o período, principalmente para as crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

*“Um dos conselheiros nos relata o seguinte: “A gente pega muita coisa de guarda. Tem muita coisa de guarda*

*(...) Eu trago sempre entre os responsáveis, porque eu nunca considero a família pai e mãe, então eu sempre vou falar com vocês nesse sentido. Não considero somente pai e mãe.” (conselho tutelar A)*

Nas entrevistas não houve elementos que indicassem, entretanto, hipóteses sobre as razões do aumento dessas ocorrências. Os próprios conselheiros indicam a percepção do aumento, mas não chegam a identificar as razões que motivam estas dinâmicas. Como hipótese, podemos considerar a relação entre as necessidades de rearranjos de guarda das crianças por conta das escolas e creches estarem fechadas e os pais, que não podem trabalhar de casa, não terem com quem deixar os filhos. E, possivelmente, desafios relacionados à renda e segurança alimentar. Outra hipótese possível é a falta de guarda definida pela justiça, exigindo dos conselhos tutelares resoluções para que a guarda e visitação possam acontecer.

## 2. ATUAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO

### 2.1. Conselhos Tutelares

Os Conselhos Tutelares, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, fazem parte de um aparato de proteção da criança e do adolescente que é composto em nível federal pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em nível estadual pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e em nível municipal pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ficando eles próprios sob responsabilidade municipal e constando como a única instância formada exclusivamente por membros da sociedade civil.

De acordo com o Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares de 2018, atualmente existem no país 5.906 Conselhos Tutelares estruturados. A proporção recomendada pela Resolução 139, 17 de março de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, é de que exista um conselho para cada 100.000 habitantes de cada município. Consequentemente, faltam 632 Conselhos Tutelares para que esta recomendação seja cumprida. O Conselho Tutelar n. 11, cuja área de abrangência é Bonsucesso, Cidade Universitária, Complexo da Maré e Manguinhos (Leopoldo Bulhões), atualmente é responsável por uma área que tem, segundo dados do último censo, uma população de aproximadamente 196.267 habitantes. Apenas o Complexo da Maré, com 140.000 habitantes, já teria capacidade para receber um Conselho Tutelar.

Um dos conselheiros tutelares que entrevistamos chama atenção para este fato e defende que a Maré deveria ter tanto um Conselho Tutelar quanto um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) dedicados somente à Maré:

*“Acho que deveríamos ter um CREAS só pra gente. Só para atender à Maré. Mais de 140 mil habitantes só na Maré. Inclusive, até o Conselho [Tutelar]. Deveria ter um Conselho dentro da Maré. Só para atender à Maré. A gente não atende só a Maré. A gente atende Bonsucesso e uma parte de Manguinhos também.”* (conselho tutelar E)

Esta mesma Resolução 139 também reforça o que encontramos nas entrevistas com os conselheiros no que diz respeito à infraestrutura dos Conselhos Tutelares. Nacionalmente, 25% dos conselhos não têm telefone fixo e 37% não possuem celular, equipamento considerado essencial para a realização do plantão tutelar e a coordenação de diligências, entre outras atividades afeitas à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Quanto às instalações físicas, apenas 59% dos Conselhos Tutelares tem sede de uso exclusivo, 39% tem uma ou mais salas e 2% sequer dispõe de sala de uso exclusivo – ou seja, compartilham espaço com órgãos municipais. Como o ambiente físico é indicador importante da capacidade de garantir privacidade, o Cadastro Nacional revela que, em até 41% dos conselhos, o atendimento pode estar sendo realizado em instalações que não permitem a privacidade necessária em casos sensíveis.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Ver: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/cadastro-nacional-dos-conselhos-tutelares.pdf/view>

Os membros dos Conselhos Tutelares são escolhidos pela comunidade local para cumprir um mandato de quatro anos, com possibilidade de recondução à função. A atuação do conselho fica delimitada a um perímetro local, o que favorece conhecer melhor a comunidade e território que atendem e a rede de proteção que operam. Dentre as atribuições cotidianas dos conselhos, estão a requisição de serviços públicos na área de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, assim como a expedição de documentos como certidões de nascimento.

Uma característica fundamental sobre o modo pelo qual os conselheiros tutelares descrevem o trabalho que desenvolvem atualmente na Maré diz respeito à necessidade de reverter uma imagem do Conselho Tutelar como um agente punitivo ou repressor. Eles utilizam muito a metáfora do “bicho papão” para descrever como era o modo tradicional da população e dos outros atores públicos se relacionarem com o Conselho.

Um dos conselheiros tutelares que entrevistamos relata o seguinte a este respeito:

*“E, aí, voltando à questão da história: não existia um interesse. Eu, parando para pensar, estou dando uma opinião, da Maré estar dentro desse órgão, primeiro por associar o trabalho do Conselho à um órgão de opressão, de repressão, como se fosse uma extensão da polícia, do judiciário, e aí era o verdadeiro bicho papão.”* (conselho tutelar C)

Outro conselheiro entrevistado também faz referência a esta imagem punitivista associada ao Conselho Tutelar:

*“até porque ainda dentro de um contexto cultural o Conselho Tutelar ainda é visto muito como um bicho papão, como órgão policialesco, que está indo lá para tirar a criança, que está indo lá para separar a mãe, para punir essa mãe, esse pai, mas sempre muito com essa figura da mãe, que é a figura de maior marcação. Aí é muito difícil a gente, inclusive, pensar uma estratégia tática, nesse sentido, desses tipos de violência e de violações.”* (conselho tutelar C)

Um diretor de escola também relata na entrevista que procura mudar dentro de sua própria equipe essa visão do Conselho Tutelar como órgão punitivista. Ele nos conta que:

*“Estou sempre conversando com os meus professores para desmitificar o Conselho Tutelar, mas que isso parte deles. Que, por exemplo, não utilize o Conselho Tutelar como um vilão, como uma instituição punitiva que vai tirar a criança da família. Porque tem muito isso: ‘não vai obedecer? Vou chamar o Conselho Tutelar e vai levar embora da sua família’. E eu tento conversar muito com eles, falar: ‘não, o Conselho Tutelar não é isso, não é esse bicho de sete cabeças que você está pintando para a criança. A criança não tem que ter medo do Conselho Tutelar’.”* (diretor escolar)



Sublinhamos que esse relato mostra a utilização da figura do Conselho Tutelar como instrumento de intimidação para levar os alunos à obediência. É plausível que consideramos que esta imagem institucional não tenha sido imputada ao Conselho Tutelar sem nenhuma correspondência com seu modo tradicional de atuação. Se essa imagem prevalece e precisa ser mudada é porque, provavelmente, havia um histórico de atuação que operava por uma lógica mais alinhada a um punitivismo do que com os parâmetros da proteção e da garantia de direitos.

Sobre a **relação entre Conselhos Tutelares e as escolas, a tese de Carolina Canegal Almeida (2016) reforça o que foi descrito pelos conselheiros e pelo diretor escolar** A autora reforça que muitos profissionais de educação desconhecem as funções desempenhadas pelos conselheiros tutelares e comumente mobilizam essa agência da sociedade civil para agir simbolicamente como uma “polícia” das famílias (ALMEIDA, 2016, p. 159). A autora também destaca que a busca das escolas pelos conselhos tutelares se realiza normalmente como instância de punição, um canal de judicialização da relação com as famílias populares, sob uma concepção do direito enquanto mero instrumento de sanção.

É importante termos atenção ao fato de que a busca pela mudança nessa imagem institucional e nessa forma de atuação corresponde a um contexto no qual o Conselho Tutelar que atende à Maré é composto por crias do território.

Um dos conselheiros tutelares nos conta em detalhes o processo de mudança de rumos em vista do fato de que o Conselho passa a ser integrado por crias na Maré:

*“E aí trazendo especificamente para essa coisa da Maré hoje: cinco conselheiros da Maré. (...) Existia interesse da Maré estar nesses espaços por entender que era exatamente como eu falei para vocês, eram órgãos de opressão, braços do judiciário, sem entender que aquilo ali é a sociedade civil, como eu disse, organizada (...) Então assim, normalmente eram pessoas da Ilha do Governador, eram pessoas da Penha, eram pessoas que almejavam ter a política lá na frente como uma opção. Então vi vereadores, vi deputados, ou [alguém que] está em algum momento assessorando alguém da política.” (conselho tutelar C)*

Ele prossegue:

*“E aí falando como quem viveu na época que tinha Ilha. Quando a Ilha era território nosso, eu peguei a Ilha no início, a Ilha demandava demais, então, assim, para brigas e pessoas de classe média alta. A gente tinha muita denúncia no território da Ilha, e aí com esse perfil de classe média, classe média alta. As escolas do território da Ilha, tudo informava, tudo demandava e aí fazendo uso do Conselho, realmente, é como se fosse o bicho papão, ‘vem aqui conselheiro resolver’. A Maré já não demanda. As escolas têm dificuldade e aí eu compreendo total. Quando eu passei a circular dentro desses espaços de escola e aí manter uma relação mais de parceria com a direção, professores, eu percebi o medo. Existe o medo porque está dentro do território, porque circula, por mais que não olhe, circula, e são crianças e adolescentes que têm alguém da família que pertence ao tráfico ou que conhece e aí existe esse medo. Então quando chega às vias de informar algo para o Conselho, é porque está muito gritante. (...)”*

Então assim, essa falta de representação antes da Maré, de ter representantes da Maré, que pudessem ir às escolas, que pudessem falar, porque a gente realmente não dá conta. A Maré tem 47 escolas, salvo engano (...) e a gente não consegue dar conta de estar o tempo inteiro. E aí fazer o movimento, mesmo que de formiguinha. Que foi quando eu entrei em 2016 e tentando falar 'olha, mas vocês precisam conhecer o trabalho do Conselho. O trabalho do conselho é de proteção, um trabalho de zelar pelo cumprimento da lei. A gente não está aqui, vai pegar criança e adolescente, levar para o quartinho escuro dentro do Conselho e a criança vai ficar lá, vai ficar abrigada.' Eu já tive diretor de escola que falou assim 'vem aqui botar o terror'. Mas como assim botar o terror? Assim, terceirizando a sua responsabilidade, porque às vezes é um problema que inicia dentro da sala de aula com a professora, ela vai, chama a diretora e ela fala 'vou chamar o Conselho Tutelar'. E aí terceiriza, perde totalmente o respeito. Então assim, até isso de fazer eles terem essa sensibilidade de entenderem o trabalho do Conselho. (...) Então, assim, o que eu escutava do Conselho eram coisas absurdas, que o Conselho não entrava quando tinha operação, que o conselho não poderia ir à noite" (conselho tutelar C)

Este relato é coerente com o modelo de relação escola e Conselho Tutelar apresentado e deixa explícitas as diferenças de se ter conselheiros que atendam à Maré, que não só conheçam o território, mas também sejam crias, possuam legitimidade local, relações de identidade e pertencimento. Outro conselheiro tutelar também narra o processo de distinção entre o contexto anterior e o atual:

"Eu acho que ser do território ou ter alguma história com o território muda muito o trabalho, muito, muito, entendeu? Então eu acho que a disponibilidade, a vontade, o interesse de você estar realizando o serviço, ele qualifica, ele fica grandioso, você consegue, de alguma maneira, ter uma melhor qualidade nesse sentido. Não dizendo que quem não é do território, que não trabalha, não trabalha direito. Eu acho que quem trabalha direito, trabalha direito independente de onde você vem. Só que tem uma questão que mexe muito que é a gente estar falando de um território que é o tempo todo violado. Enfim, porque eu não considero nenhum território de favela como território violento, é um território que sofre uma violência de várias partes, desde a gestão pública, até também essa gestão dos grupos civis armados, as faltas de um monte de coisa e os excessos também de um monte de coisa. E acaba que quem não está no território não consegue muito perceber isso e acaba realizando ou deixando de realizar algumas ações muito em função disso, dessa falta de percepção, de repente não está tendo tanta vivência, não está tendo tanta prática, tanto dia a dia nesse lugar, nesse espaço para entender quais são as dinâmicas. A dinâmica de favela ela muda todo o dia." (conselho tutelar B)

Ele prossegue aprofundando a importância do pertencimento ao território como elemento fundamental das potencialidades para a atuação do conselheiro tutelar:

*“Acho que muito tem a ver por conta de eu ser morador da Maré e entender em corpo, em pele, batendo em mim, quais são as nossas maiores necessidades e urgências.”*  
[conselho tutelar B].

Os conselheiros falam muito de seu trabalho a partir da articulação com a rede de proteção. O modo pelo qual descrevem seus modos de atuar se aproxima da figura de um processo de garantia de direitos que é operado pela articulação da rede de proteção. As demandas não chegam e são resolvidas pelo Conselho Tutelar, elas chegam, ou de algum ponto da rede ou da procura direta a população. Os conselheiros traduzem, então, este processo de garantia de direitos através da geração de outras demandas para os pontos da rede capazes de promover a proteção das crianças e adolescentes de acordo com as demandas apresentadas.

Um dos conselheiros entrevistados descreve este processo:

*“Como que a gente garante direito se esses direitos não são conhecidos pela população? Como que a gente garante direito se as redes não estão alinhadas, não estão conectadas para que esses direitos sejam, de fato, cumpridos? Então, tem um trabalho que é muito difícil, que vai para além desse atendimento direto com as famílias, que é de trabalhar com as redes. Quando eu estou falando nas redes, eu estou falando da saúde, estou falando da educação, estou falando da assistência, que é super difícil de, inclusive, entender a importância do Conselho, de entender a importância de realizar e de cumprir as medidas que a gente vem solicitando para essas redes realizarem. Dentro do que o Conselho Tutelar está disposto é também de a gente criar as demandas e de entender o que o território está demandando para poder a gente criar políticas públicas.(...) Dentro do trabalho que a gente realiza lá no Conselho, é sempre um trabalho de geração de demanda. A gente entende qual é a demanda e encaminha para as soluções, digamos assim. E o nosso trabalho, na realidade, está muito próximo ao judiciário. A gente está sempre muito junto do judiciário, promotoria, de entender como também eles estão se articulando nesse sentido, a própria Vara da Infância... Então é um trabalho que vai para além de uma questão de assistência, mas também de entender como que a gente traz para o território a importância da necessidade do conhecimento dos seus direitos.”*  
[conselho tutelar B]

No rol dos atores com quem eles mais interagem, eles citam: delegacias, hospitais, clínicas da família, assistência social, escolas, Defensoria Pública, Instituto Médico Legal, CRAS, Coordenadoria Regional de Educação, Hospital Geral de Bonsucesso, Ministério Público, o Centro de Referência das Mulheres da Maré, Redes da Maré, Uerê, Lona Cultural, Núcleo de Atendimento à Violência da UFRJ.

Sobre o trabalho cotidiano, antes do contexto da pandemia, um dos conselheiros entrevistados destaca que:



“O conselheiro nunca está sozinho dentro do conselho, ele está sempre com um colega, porque surgem as demandas externas, ele não pode sair da sede, então é o colega quem vai fazer.” (conselho tutelar C).

Este conselheiro relata que a equipe possui ainda uma assistente social e uma psicóloga que prestam assessoria técnica ao trabalho do Conselho.

Os principais problemas relatados pelos conselheiros tutelares para o desempenho de suas atividades dizem respeito à estrutura que possuem, o que é condizente com os dados levantados pelo Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares (2018).

Um dos conselheiros nos relata:

*“Em termos de estrutura o nosso conselho é horroroso, um espaço de garantia de direitos com uma parede suja, com cadeiras sujas, com salas sem a menor condição de atendimento, com fios. A gente não tem banheiro próprio, então você quer estar atendendo, você tem que parar o atendimento para sair do espaço e ir no banheiro do CRAS.(...) Assim, os problemas estruturais que a gente enfrenta no dia a dia. E aí você trabalhar nessa linha de frente para garantir direito dentro de um espaço desse onde a família chega, não se sente sequer acolhida. E fora que existe uma recepção, que a gente vem até tentando trocar isso, que é composta por homens e muitas das vezes chegam famílias que são meninas que foram vítimas de abuso e não se sentem à vontade de passar ali no mínimo de triagem para falar.” (conselho tutelar C)*

Outro conselheiro também relata problemas de estrutura. Ele descreve o Conselho Tutelar como “sucateado”:

*“Mas eu vou te falar, é muito sucateado, é muito sucateado, a minha sala tem um buraco desse tamanho no chão onde entra rato, está ligado? É muito sucateado, é muito sucateado, é muito sucateado. Eu passei algumas semanas sem computador, de fazer tudo a mão, sabe, não tinha... O meu computador não funcionava para imprimir documento. Tinha que preencher tudo à mão, demorava horas para fazer um documento à mão para poder fazer, ou quando não trazia para a casa, fazia tudo em casa, e aí depois imprimia para poder falar para a pessoa assim: ‘Passa aqui amanhã que eu te dou esse documento’, então são situações bens ruins.” (conselho tutelar A)*

Essas dificuldades de estrutura acabam prejudicando o papel de articulador da rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, conforme relata o mesmo conselheiro:



*“A gente tem dificuldade um pouco de fazer isso, talvez fosse responsabilidade nossa tentar fazer isso de forma a tirar o peso das costas das instituições, promover esse diálogo, acho que poderia ser algo que nós conselheiros poderíamos fazer, mas a gente não tem tempo, a gente não tem estrutura nenhuma, a gente não tem uma estrutura física, a gente não tem uma estrutura técnica, a gente não tem pessoas para trabalhar, para fazer esse tipo de coisa, somos só cinco conselheiros e alguns outros técnicos trabalhando para um monte, 1 milhão de coisas que acontecem todos os dias. Então se tivesse alguém que pudesse centralizar essas coisas do tipo: ‘Vamos promover um diálogo geral, vamos fazer aqui um grupo de WhatsApp para a gente conversar, se a gente tiver problema vamos trocar com o outro’, mas eu acho que seria legal se fosse, sei lá, um site ou uma página do Facebook, Instagram, WhatsApp, o que for, sabe, mas que pudesse promover esse diálogo entre nós e todos os outros serviços que tem dentro do nosso território.”*

(conselho tutelar A)

Principalmente, os atores da educação relataram que consideram desejável que o Conselho Tutelar pudesse manter relações mais estreitas e cotidianas com seus equipamentos. Uma diretora de escola de educação infantil diz o seguinte a este respeito:

*“Eu acho que o Conselho Tutelar e o CRAS poderiam estar mais presentes, embora todas as vezes que a gente solicitou, fomos atendidos; mas não é um trabalho de... como vou te explicar? Aconteceu um problema, eles vêm resolver; não há uma questão de conversar com as famílias com cuidados, não tem essa... seria mais efetivo, de eles estarem realmente presentes. É só para resolver um problema, não há uma prevenção. Só para resolver um problema. (...) Estando mais presentes no cotidiano na escola, com palestras, trazendo informações para as famílias, até desmistificando a questão do Conselho Tutelar. Porque quando a gente fala que vai pedir o apoio do Conselho Tutelar para a família, eles já pensam em algo punitivo, em serem punidos, e não é - o Conselho Tutelar não é punir. É para proteger as crianças, ok; mas não simplesmente para punir. Então, acho que essa proximidade seria importante.”*

(diretora escolar B)

Outra diretora de escola também relata dificuldades nessa articulação:

*“A gente tem muita dificuldade, enquanto escola, de organizar uma parceria mais firme com o Conselho Tutelar, por exemplo, que é uma instituição que está abarrotada, que está com... a gente vê os conselheiros com muitos casos para dar conta. Então, para a gente conseguir um reunião, um estudo de caso, para a gente conseguir uma visita, demanda muito tempo - relatório, e tenta marcar - e algumas coisas, a gente está ali vendo, vê a necessidade de urgência, mas a gente também entende que o Conselho Tutelar deve ter outras urgências, tem outros casos para dar conta.”* (diretora escolar A)

O diretor de uma escola de ensino fundamental também alega que gostaria de mais proximidade com os Conselhos Tutelares:

*“Eu gostaria muito que o Conselho Tutelar, por exemplo, atuasse mais na escola, mas que não fosse apenas para resolver em casos de agressão, casos de violência ou um caso qualquer. Que ficasse fazendo um acompanhamento, que estivesse presente, para que os próprios alunos e responsáveis tirassem essa visão macabra do Conselho Tutelar, desmistificasse. Mas eu sei que isso é difícil, por conta de recurso humano - não só o Conselho, mas também o Ministério Público”. (diretor escolar)*

Todos esses atores que alegam que gostariam de maior proximidade com os Conselhos Tutelares reconhecem seus limites de pessoal a infraestrutura. Principalmente no que diz respeito à articulação com a educação, há um grande descompasso entre o tamanho das estruturas dos dois órgãos. Esta constatação é coerente com o tamanho do território e a população de abrangência do CT n.º 11, que conta ao todo com uma equipe de 5 conselheiros.

Os conselheiros relataram ainda, as mudanças no atendimento durante a pandemia. Um dos conselheiros entrevistados relata o seguinte arranjo no período da pandemia:

*“Mudou porque antes, como eu disse, a gente ficava na sede de nove às 18h. Aí teve essa [pandemia e passamos a funcionar] de dez às 14h e aí com a porta meio que entreaberta. A gente tem atendido os casos que têm alguma demanda urgente, porque as denúncias não pararam, mas a orientação que a gente teve para o órgão, o conselho tutelar, era que deveria, se tivesse que fazer uma VD [visita domiciliar] por exemplo, teria que ir com todo o aparato de proteção, máscara acrílica. Mas tudo isso foi fornecido pra gente, tipo, dois meses depois do início do isolamento. Então a gente foi tendo esse cuidado por si mesmo, cada um levava o seu álcool em gel, pedindo prorrogação dos prazos de casos que o Ministério Público tem ciência. E aí, obviamente, eles acataram por entender o momento que a gente está atravessando. Mas hoje, por exemplo, já estão demandando e demandando com prazos curtos, porque está tendo uma frouxidão na quarentena, no isolamento, eles vivem mandando como se nada tivesse acontecendo. Então, assim, a gente recebe ofícios do Ministério Público em 72 horas para aplicar medidas e fazer relatório, entendeu?” (conselho tutelar C)*

Outro conselheiro também relata esses processos de adaptação ao contexto da pandemia:

*“A gente tem uma sede (...) que é bem pertinho aqui da Maré, na passarela 9, atrás do restaurante popular. Aí essa sede fica ao lado do CRAS, que isso é um ponto bom. Aliás, a maioria dos conselhos é assim, fica próximo ao CRAS, sempre perto também, nesse sentido. E a gente funcionava de nove às dezoito horas, de segunda à sexta-feira. Cada conselheiro, somos em cinco, então a gente tem de segunda à sexta-feira, cada dia da semana, um conselheiro no plantão. Esse plantão dura vinte e quatro horas. A gente tem uma equipe técnica que é formada por duas psicólogas e uma assistente social e a gente também tem o administrativo, que é formado pelo coordenador da administração e o rapaz que fica administrando também, o assistente, alguma coisa desse tipo. O conselho sempre funciona com dois conselheiros. En-*



tão, a gente tem o conselheiro de plantão, que é esse conselheiro do dia. Vinte e quatro horas e mais o conselheiro de apoio. O que acontece comigo, para poder ficar fácil de você entender? Eu sou plantonista de terça-feira, então eu pego o meu plantão às nove da manhã de terça-feira e largo às nove da manhã de quarta-feira. Ué, mas aí às dezoito horas não fecha a sede? Fecha. Aí eu pego o telefone do plantão e fico remoto, entendeu? Aí eu estou em casa, estou sempre próximo ao território, e qualquer atendimento, ocorrência, a gente atende pelo telefone e, havendo a necessidade, a gente vai até o local. Por exemplo, aconteceu alguma coisa, o adolescente roubou alguma coisa, está na delegacia. Eu vou para a delegacia. (...) A gente não faz. A gente não acompanha, não tem nada disso. O conselheiro não tem que fazer isso. Isso é legal também entender, porque, às vezes, a gente acaba sendo pressionado por algumas atribuições que não nos competem. E, aí, na quinta-feira, eu sou o conselheiro de apoio, então na quinta-feira, por exemplo, eu trabalho das nove às dezoito e vou embora. Aí a plantonista que leva o telefone. A gente também tem os plantões que acontecem todos os finais de semana. A gente, na realidade, trabalha de domingo a domingo, vinte e quatro horas por dia. Sempre tem o atendimento do conselho tutelar. Aí esses finais de semana são escalados através de rodízio. Então, o da segunda pega o primeiro final de semana, o da terça o segundo e assim vai. E a gente faz atendimento presencial e visitas. A gente faz muita VD. Cada conselheiro também em um dia tem as suas VDs para realizar. A gente faz as visitas nos dias, por exemplo, o da segunda sai na sexta, o da terça faz na quinta e assim vai. É sempre dia trocado. Na realidade, a gente está sempre nesse movimento do conselho quase que a semana inteira. Não dá muito para fugir disso. A gente faz muito acolhimento também. Isso é bom dizer para vocês. A gente realiza muito acolhimento e a gente tem muito adolescente que já conhece a rede. Por isso que eu estou te falando dessa coisa de 2012, o cara estar desde 2012 nesse movimento, que ele já conhece a rede, sabe tudo como funciona. Às vezes, eu chego no conselho e a adolescente está deitada na porta do conselho para esperar para eu abrigar ela, porque ela fugiu e ela sabe que o conselho tem que levar ela. É muito doido isso para mim. São coisas que eu estou querendo aí provocar muita gente para a gente mudar, porque não dá para ser dessa forma. Aí quando rola a pandemia a gente ficou logo no início de março, que foi no dia 16 que foi decretado, a gente ficou fechado direto, conselho totalmente fechado e a gente trabalhando de forma remota, cada um no seu dia de plantão, e aí quando foi final de abril a gente voltou a trabalhar. Não, final de abril não, desculpa. Final de maio, mais ou menos, a gente voltou a trabalhar com a abertura da sede, só que em horário reduzido, como a gente está até hoje. Então, a gente está trabalhando agora das dez às catorze horas com a sede aberta e também de forma remota. Isso aí nunca parou. A gente tem feito todos os serviços. Então, a gente tem feito abrigamento, acolhimento, tem feito visita já. Já está fazendo todos os serviços que a gente fazia antes, a não ser com esses tipos de redução de horário presencial. A gente também tem uma coisa que a gente está fazendo, muito por essa coisa do cuidado da saúde, a gente está fazendo escala. Então quando a gente tinha todo o administrativo, a gente só tem um. A gente tinha toda a equipe técnica, a gente só tem um naquele dia. A gente só tem feito atendimentos de agendamento. Então, a gente agenda duas famílias e atende muito nesse propósito da questão da segurança das pessoas em relação à questão da pandemia do covid-19.” (conselho tutelar B)

Um dos conselheiros relata, ainda, que estão acontecendo audiências virtuais com a Vara da Infância, mas que o acesso à internet para participarem das audiências é precário.

*“Eu estou trabalhando muito mais. Tenho ficado muito mais cansado. Muito mais. Bizarra-mente. Porque a gente não para de trabalhar nunca. Quando a gente chega em casa a gente fala ‘ufa’, aí a gente tem uma reunião, a gente tem um relatório, a gente tem que criar um texto, aí tem que encaminhar para não sei quem. Aí tem um monte de fotos de relatórios que você tem que construir. (...) Enfim, e eu estou dentro desse universo de trabalho que ele deixa de ser presencial para tentar ser remoto e acaba virando um remoto presencial. Eu estou trabalhando o tempo todo, entendeu? Tanto de forma remota quanto presencial.”*

(conselho tutelar B)

Somente já no contexto da pandemia que o Conselho passou a ter um smartphone com WhatsApp, que segundo um dos conselheiros, melhorou muito o acesso das pessoas ao equipamento. Por outro lado, um dos conselheiros também foi contaminado com COVID-19 e ficou de licença, outro conselheiro era do grupo de risco e ficou afastado das atividades presenciais, consequentemente a equipe ficou reduzida, trabalhando também em escala menor ao mesmo tempo em que assistia um aumento das demandas do Conselho.

## 2.2. Escolas e equipamentos de educação

A rede de escolas do Complexo da Maré é composta por 50 unidades, reunindo 46 escolas municipais e 4 estaduais, para cerca de 140 mil moradores, de acordo com levantamento realizado por Martins (2020). A dinâmica de funcionamento dessas escolas é frequentemente alterada em função da violência. As entrevistas com os diretores de algumas dessas unidades escolares evidenciaram as dificuldades que enfrentam no cotidiano.

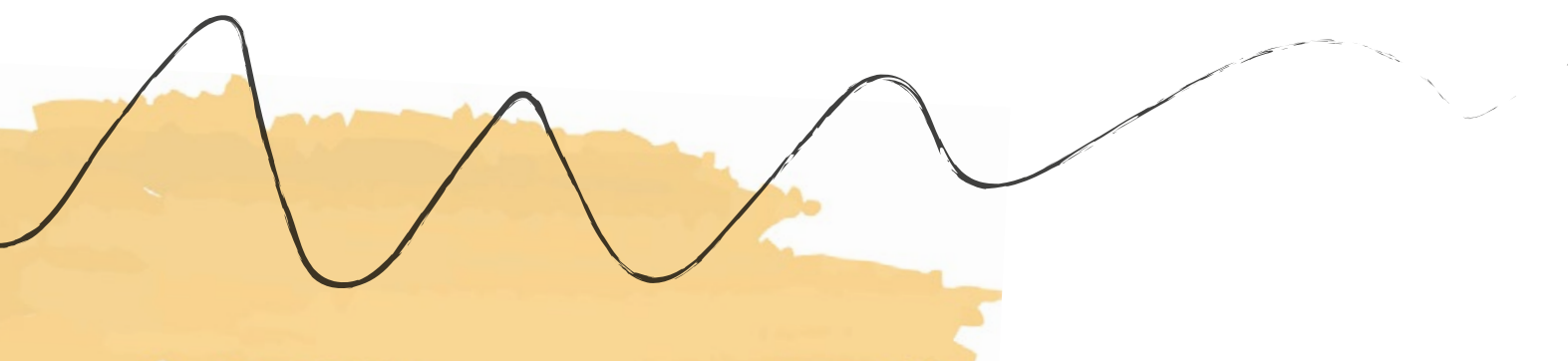
No contexto da pandemia os desafios se intensificaram, conforme foi possível apurar nas entrevistas com os profissionais de educação. Assim como em todo o país, as escolas, os professores e os alunos não tinham a infraestrutura necessária para realizarem a transição abrupta para o modelo de educação remota. Além disso, as escolas fazem parte da rede de proteção, atuando na garantia do direito à alimentação escolar, no acesso a benefícios sociais e no monitoramento de crianças e adolescentes, acionando os demais equipamentos da rede quando julgam necessário.

No contexto da pandemia, todos os desafios que eram cotidianos se intensificaram. As escolas foram fechadas e até o momento o retorno às aulas não foi regularizado. O ensino remoto, embora seja a opção apresentada, não é realidade para a maioria dos alunos da rede pública do Complexo da Maré e de todo o país. A maior parte dos alunos não têm acesso à internet e à equipamentos para acesso, como computadores ou tablets. Os relatos dos diretores são uma amostra dessa realidade.

Uma diretora de escola com quem conversamos, relata o processo do contexto da pandemia:

“Bom, a primeira foi que ninguém estava preparado para um momento desse. Nós, na rede [municipal de educação], há alguns anos atrás, tivemos escolas fechadas na época da H1N1, se não me engano - ficamos um mês com as escolas da rede fechadas. Quando a gente sai, a gente vai achando que ficaria mais ou menos esse período - um mês, dois meses com a escola fechada - e a gente já está indo aí para quase todo o primeiro semestre e o início do segundo semestre sem ter uma estrutura incluída. Sem pensar como seria. Então, algumas questões... por conta de ninguém ter pensado nisso, todo o trabalho teve uma modificação total. Então, tanto as questões pedagógicas, quanto administrativas. Na questão administrativa, a principal dificuldade é de estar indo ao local para fazer a parte de documento. Mas na questão pedagógica, é o que mais sofreu, principalmente no [nome da escola suprimido], porque a nossa clientela é uma clientela que, infelizmente, não dispõe de celular, computador. Muitas famílias, a gente não consegue contato nem mesmo para entregar as cestas básicas que a prefeitura vem entregando para a comunidade. Então, a parte pedagógica está realmente muito complicada. As estratégias que a gente pensou para organizar o trabalho, a gente teve uma resposta muito ínfima dos alunos. Então, a partir do que a gente percebeu de demanda e de cota da nossa clientela, algumas atividades, programações, a gente teve que compactar para não ter cobrança. Tanto é que, na escola, a gente utilizou o Facebook e o WhatsApp para meio de comunicação com esses alunos, para passarmos informações da rede, o material pedagógico que a rede fornece. E também tentando dar um suporte para o cumprimento das atividades para as crianças (...). Por exemplo, estou com o caso de uma aluna nossa que disse para o professor que só tem um celular, que é o celular da mãe, e que a mãe trabalha - a mãe não foi afastada das atividades - a aluna chega em casa, e é só ela, e ela tinha que pegar o celular da mãe e dividir com os irmãos para poder olhar as atividades. Então, pensando nessa característica, que é a característica da maioria dos nossos alunos, a gente tentou adaptar para essa realidade das atividades. Então, a nossa escola, a gente realmente não faz atividade de aula remota. Os horários dos atendimentos, os responsáveis, a gente não se limita somente àquele horário comercial, a gente está atendendo os responsáveis fora do horário, quando eles entram em contato com a gente pela página da escola. Algumas coisas a gente até evita, porque a gente sabe que vai acabar criando frustração, da criança não poder acompanhar, não poder fazer - os pais não estão preparados para estar dando esse acompanhamento, explicando atividades. Então, os conteúdos, nada foi lançado - a gente não passou nenhum conteúdo novo para as crianças - são sempre atividades de acordo com o que a rede vem postando. Bem complicado. Até a gente se acertar e fazer esse apanhado de como estavam os nossos alunos, qual era a característica, qual era a resposta que a gente tinha e que a gente poderia estar oferecendo nesse momento, a escola optou mais pela presença, pela questão do cuidado, de estar mostrar que a escola está presente na vida do aluno, do que essa questão do conteúdo em si.”

(diretora escolar A)



Ela prossegue indicando que as ações adotadas na pandemia tiveram muita dificuldade de atingir boa parte dos alunos:

*“Infelizmente, os alunos que a gente percebe, que tinham uma carência maior, que tinham uma maior necessidade de estar no ambiente escolar, de estar durante mais tempo dentro da escola, infelizmente são os alunos que a gente tem mais dificuldade para poder entrar em contato nesse momento de escola fechada, por conta da pandemia. São aqueles alunos que a gente encontra muita dificuldade para entrar em contato com responsável para entrega da cesta básica, para também saber como estão essas crianças e essas famílias, porque a grande maioria dos responsáveis não têm o hábito de manter o cadastro dos alunos atualizado. Troca-se o chip, o número do telefone, mas não avisam a escola, e aí a gente acaba só sabendo que trocou o número quando há a necessidade de uma emergência, mesmo a gente fazendo sempre campanha de atualização de cadastro e informando para os pais da importância de se manter o cadastro atualizado. Isso já era uma constante, dos pais não terem esse hábito de informar à escola quando há a troca de dados. Então, com esse fechamento da escola sem a gente estar esperando, esse período foi muito complicado, porque a gente percebe - principalmente quando a gente começa essa movimentação de entrega de cesta básica e de cartão alimentação - que muitos alunos, um grande número de alunos, estavam com o cadastro desatualizado. E aí a gente percebe que são alunos que a gente mais precisava ter contato nesse momento. Então, tem muitas famílias que a gente acaba pedindo para outros responsáveis entrarem em contato: ‘Você conhece fulano? Conhece beltrano? Vai na casa, pede para vir aqui na escola, pede para mandar um telefone para a gente saber como estão coisas para vir e poder buscar sua cesta básica’. Então, nesse primeiro momento, foi bem complicado a gente conseguir manter o contato com os alunos. Alguns alunos, até hoje, a gente ainda não conseguiu, porque além do telefone também estar defasado, o endereço também está. Então, se a gente pede para algum funcionário ou algum pai, responsável, parceiro, procurar esse endereço, não conseguimos encontrar as famílias. Então, está bem complicada essa questão não só do pedagógico, mas também do acolhimento nesse momento.” (diretora de escola)*

Segundo ela, a dificuldade de vínculo também existe com adolescentes a partir de 16 anos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) do turno noturno que já possuem trajetórias, muitas vezes, de interrupção de estudos, muitos outros trabalham e tentam conciliar o trabalho com os estudos:

*“Então, esse início de ano letivo, a gente tem que trabalhar para estabelecimento desses vínculos e desses entendimentos do jovem do PEJA, que, infelizmente, por conta da pandemia, esse ano, acabou bem complicado, a gente não conseguiu desenvolver o trabalho que estava planejado, porque a gente já fecha sem nem fechar o primeiro bimestre do ano. E é uma clientela que, por exemplo, a gente não tem conseguido também muitas respostas no trabalho remoto durante o período de escola fechada. A gente acaba que alguns estão aí no mercado informal de trabalho, e fica difícil o contato, de manter, de eles organizarem uma rotina de estudos. As crianças, os jovens do diurno, eles têm essa questão da cobrança dos pais: ‘tem que estudar, tem que fazer apostila, tem a matéria’; os jovens da noite já não têm isso. Então, essa questão do acompanhamento é mais complicada.” (diretora escolar A)*



A seguir, ela nos apresenta uma linha do tempo sobre as ações desempenhadas e as medidas adotadas durante a pandemia:

*“Então, durante todo esse tempo de março até agosto, as escolas ficaram sem atendimento nenhum na parte física - a escola fechada. A direção indo pontualmente na escola para ver questão de depredação, para cuidado do local; mas sem nenhum atendimento, sempre no atendimento por e-mail, pelo WhatsApp, pela página da escola. A gente retornando agora em agosto, volta para o atendimento na secretaria em caráter de horário parcial; voltam a equipe diretiva, os funcionários que não têm comorbidades - porque quem tem comorbidades, não retorna. Então, volta equipe diretiva, e os funcionários de secretaria atuando no horário de nove até o meio-dia. Então, a gente faz atendimento ao público e faz entrega de cesta básica e de cartão. Nesse período que a escola ficou fechada sem atendimento, aconteceram também entregas de cesta básica e de cartão. Em abril, a gente teve uma entrega de cartão-alimentação para alguns alunos na unidade escolar. Depois, a gente começa a fazer entrega de cesta básica em escolas-polo - então, não eram todas as escolas da rede que estavam abrindo para fazer entrega de cesta. Então, cada região tinha uma escola-polo para fazer entrega de cesta. E aí a gente retoma em agosto com a entrega desses outros cartões de alimentação, que estão, aí sim, acontecendo na secretaria - cada secretaria de cada escola faz a entrega para a sua clientela.” (diretora escolar A)*

Outro diretor relata que adotou as redes sociais como ferramenta de alcançar os alunos na pandemia. Ele nos relata:

*“Numa escola, a gente não pode obrigar o professor a ter um grupo de WhatsApp, por exemplo; mas nós entramos num acordo, e todos os professores fizeram o grupo, e os pais que tinham WhatsApp, entraram nesse grupo para poder estreitar essa distância. Então, nós começamos a nos informar, a passar as informações pelo WhatsApp, e aí nós vimos que não estavam sendo suficiente, não estávamos alcançando tantos alunos. Então, nós passamos para o Facebook. Nós utilizamos a página da escola para poder, também, disseminar informação. Mas também vimos que, mesmo assim, não chegávamos ao total de alunos - um total maior, uma totalidade maior. Então, o que nós passamos a fazer? Desde o início da pandemia - o último dia que nós fomos à escola, se não me engano, foi dia 16 de março - do dia 16 de março até o dia 10 de agosto - que foi o dia em que as direções voltariam para as escolas - pelo menos duas vezes na semana, alguém da direção estava na escola para poder tirar alguma dúvida de algum aluno de alguma atividade, por exemplo, que o professor tenha colocado e ele não tenha tido contato com o professor ou não tenha entendido, ou mesmo aquele que não estava em lugar nenhum - não estava no Facebook, não estava no WhatsApp - e simplesmente desapareceu. Porque a escola acabava sendo a única referência deles, então se a escola ficasse fechada a semana inteira, a gente não alcançaria esses alunos. Então, pelo menos duas vezes por semana, esses alunos iam para a escola para a gente poder... a gente tirava cópia em casa para poder distribuir a atividade, tinha professor que também se disponibilizou a imprimir a atividade e*

*entregar na escola; livros, empréstimos de livros para a sala de leitura, por exemplo. Então, dessa forma, a gente conseguiu alcançar. Com o Facebook e com o WhatsApp, o alcance estava em torno de 45% [do total de alunos]. Depois que nós - entre nós, direção - acordamos que pelo menos duas vezes por semana - até para o prédio não ficar vazio, invasão, essas coisas... aumentou em mais ou menos 25 a 30% a mais de alunos. Ou seja, esses 25 a 30% a mais eram os alunos que não podiam acessar, não tinham como acessar WhatsApp e Facebook; ou quando acessavam, não podiam permanecer por muito tempo, porque, às vezes, é um celular para poder dividir entre adultos e adolescentes, e às vezes tinha um irmão no segundo segmento ou em outra escola, então era todo mundo usando o mesmo telefone para fazer a atividade.”*  
(diretor escolar)

Ele relata que no caso da escola que ele dirige, foram mantidas atividades de suporte presencial:

*“Nós não ficávamos como se fosse uma sala de aula. Montávamos uma sala de aula e dávamos aula - não era assim que funcionava. E eles também não iam todos ao mesmo tempo nem na mesma hora - cada um chegava um tempo diferente. E no início, pelo menos ali até metade de abril, mais ou menos, nós fizemos como se fosse uma escala de quem tinha ido até aquele momento. Os outros iam... a gente ia acrescentando abaixo na escala, e íamos aumentando a escala e íamos acrescentando, para a gente não correr o risco de contaminação. E tomávamos todos os cuidados, a gente tinha álcool-gel, a gente tinha máscaras disponíveis do nosso próprio bolso - a prefeitura mandou agora, agosto; mas antes, a gente que bancava.”*  
(diretor escolar)

Ele aponta um suporte muito precário por parte de prefeitura, como fica visível no relato de que tiveram que, em determinada altura, adquirir máscaras para trabalhar com recursos próprios. No trecho a seguir, ele apresenta mais detalhes sobre as precariedades enfrentadas:

*“A prefeitura disse que havia firmado convênio com uma operadora, mas não divulgou qual operadora foi, e que estes chips estariam em produção para distribuição; mas até agora, ninguém falou mais nada. Aí dentro disso, desses não cumprimentos, eu tenho suspensão de contrato de internet da escola - ou seja, se eu for para a escola, eu não tenho como acessar a internet de lá para fazer os trabalhos, para poder fazer qualquer coisa - suspensão do contrato do pessoal da cozinha, porque teve aquela história de abrir refeitório e tudo mais - o contrato foi suspenso, eu perdi os meus APAs, que são agentes de preparo de alimentos, que era o pessoal concursado da Comlurb que atuava na minha escola. Eles saíram, e até agora não entrou nenhuma empresa - isso foi dia 1º de junho. Hoje, 9 de setembro, eu ainda não recebi ninguém para a cozinha. Então, se, por exemplo, as aulas voltam amanhã, eu não tenho como receber. Suspensão do contrato de limpeza de empresas... a gente chama de empresas terceirizadas não-municipais - porque a Comlurb é uma empresa municipal, apesar de ser terceirizada - só ficou com a Comlurb o contrato da limpeza, só esse contrato que se manteve. Eu tinha seis garis-escola fazendo a minha limpeza. Quando a escola fechou, eles foram para as operações*

de rua; e quando a escola abriu agora, eu só recebi um. Por quê? Como as outras empresas terceirizadas não tiveram o contrato renovado... ou melhor, renovado não. Atualizado também não. Não reaveram o contrato dessas empresas. Como eu tinha seis garis e só fiquei com um, os outros cinco iam atender, cada um, uma escola. Então, mais cinco escolas iam ser atendidas. Contrato de xerox - a máquina de xerox da escola e uma empresa terceirizada também - suspenso. Eu não tenho como tirar cópia na escola. E serviços obrigatórios, como, por exemplo: limpeza de caixa d'água, recarga de extintores, dedetização, desratização - são serviços obrigatórios, que eu tenho que, periodicamente, fazer; eu não posso deixar de fazer - a prefeitura não mandou verba para que fosse feito isso.(...) A gente não tem energia. Aí consequentemente - eu não sei - a bomba parou de funcionar, então a gente também está sem água; e a gente não tem como, por exemplo, lavar a mão. Então, está muito difícil receber. Então, a gente preferiu não receber os alunos, porque não consegue nem lavar a mão.” (diretor escolar)

Um conselheiro tutelar, ao falar das escolas da Maré, também apresenta questões relativas à precariedade:

“A gente tem um campus que foi inaugurado, não sei precisar agora mais ou menos há quanto tempo, mas que as escolas já estão todas deterioradas, porque não existe uma manutenção. Tipo, ‘olha, eu fiz, está lindo, toma e se vira’, porque é isso. Você não tem merenda, os professores, a grande maioria, são de fora da Maré. Como a gente teve também dois anos muito pesados, principalmente 2017, de muita operação policial, a gente teve muita falta de aula. Na realidade, não falta de aula, mas muita aula interrompida por essa questão da política de segurança pública, que é uma política genocida, que a gente já entendeu, e que cada vez mais vai minguando as possibilidades de trabalho.” (conselho tutelar B)

As dificuldades enfrentadas pelas escolas no contexto da pandemia foram percebidas por outros atores da rede e por jovens que entrevistamos. Um desses jovens relata a situação das irmãs dele que estudam em escolas municipais na Maré:

“Não, o pessoal sempre pergunta quando vai voltar e eles não tem previsão que é para acompanhar os noticiários. (...)Então ontem, desde março fechado ligaram para a minha mãe na quarta. Pela primeira vez ligaram para ela, para ela pegar uma cesta básica na escola da minha irmã (...). Aí ela pegou a primeira cesta da escola da minha irmã ontem, porque no começo também da pandemia ficou aquele negócio de cartão, dizendo que ia dar cartão, minha mãe nunca, nunca recebeu esse cartão. Ai quando foi na quarta-feira agora ligaram para ela buscar uma cesta, uma cesta pequenininha e duas dúzias de ovos. (...) Da escola, estou falando da minha [outra] irmã (...). No começo, eles deram leite, deram esse cartão, aí teve um outro dia que eles deram um leite mais uma vez assim que sobrou. Mas fora isso no começo assim, no primeiro mês, no segundo mês teve tudo isso. Mas depois (...)A minha irmã chegou a ganhar as apostilas. Foi logo lá no começo e depois não tiveram outras, não rolou mais pela parte da prefeitura. E, assim, pelo o que eu vejo aqui na Maré, assim, as crianças ficam na rua o dia inteiro, o dia inteiro na rua. Você olha, tem criança na rua. (...) Não estão tendo nenhum tipo de assistência. Eu até pergunto, (...), eu falo, ‘E, aí, está fazendo alguma atividade da escola?’ Sempre falam que não.” (jovem D)

Outro jovem que entrevistamos é estudante e descreve da seguinte forma a experiência com a escola municipal da Maré a qual está vinculado:

*“As minhas aulas ficaram online, só que está bastante difícil poder produzir, entendeu? Primeiro porque eu não tinha tempo, porque eu trabalhava e também porque, tipo assim, era uma bagunça. Geralmente, alguns professores, eles só passavam o dever, não explicavam. Eu tenho internet em casa, só que eu me senti meio que privilegiado, porque tem algumas pessoas, na favela, que não tem internet em casa. Eu fiquei pensando, cara, como é a sensação dessas pessoas que não tem internet e precisa? Eu não concordo com aulas online, entendeu? Tem alguma outra solução para nos ensinar, porque tem muita pessoa aqui na favela que não tem internet, que não tem condição de pagar. Tem muitas famílias aqui, que nesse período de pandemia, perdeu o emprego, perdeu sua renda. E agora? O que eu vou comprar: um prato de comida ou internet? Prato de comida vale mais que internet. Pessoas tiveram que cancelar seu plano da internet e tal. E eu acho meio errado. (...) estão colocando conteúdo. Até enviaram umas apostilas para mim, só que chegou à apostila era só dever, entendeu? Não explicava nada, assim.” (jovem E)*

Além das dificuldades de manter as atividades pedagógicas, as escolas tiveram, ainda pouco êxito em operar as atividades de assistência e suporte às famílias, como a distribuição de cestas básicas e do cartão alimentação. Uma assistente social que atua em uma organização da sociedade civil e é moradora da Maré relata o seguinte:

*“Equipamentos de educação não estão funcionando. Inclusive, a gente tem diretores que se recusaram a vir entregar as cestas básicas que a prefeitura mandou. Então, assim, as escolas estão todas fechadas... É isso, ninguém deu satisfação. Diretor, ninguém ligou para saber se tinha direito a cesta básica ou se tinha direito ao cartão alimentação das escolas públicas. A população ficou, mais uma vez, invisibilizada e jogada ao léu.  
[assistente social da Redes da Maré]*

O cenário que se coloca para as escolas no contexto da pandemia e que pode ter sérios impactos para garantias de direitos e proteção de crianças, adolescentes e jovens é descrito por um dos conselheiros tutelares:

*“Acho que o meu maior medo, eu acho que o grande problema que a gente vai enfrentar vai ser relacionado a educação, vai ser essa debandada das crianças com as escolas e essa expulsão escolar, porque a gente não estava preparado, a gente não sabe como saber e a gente não vai conseguir trazer essas crianças de volta tão fácil.”  
[conselho tutelar A]*

Deste modo, o que percebemos foi que as escolas que antes conviviam com inúmeras dificuldades, encontraram obstáculos ainda maiores durante a pandemia.



## 2.3. Serviços de Saúde

Os equipamentos de saúde não tiveram entraves menores do que os da educação durante a pandemia. Em todo o território da Maré, de acordo com dados levantados por Gisele Martins (2020), existem os seguintes equipamentos de saúde: 4 Clínicas da Família, 3 Centros Municipais de Saúde, 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Além disso, também é importante destacar os serviços dedicados à saúde mental que atendem à população da Maré: 1 Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), 1 CAPS e 1 CAPS AD. De acordo com os relatos das entrevistas, estes equipamentos reduziram o número de atendimentos, mas continuaram funcionando.

Um dos entrevistados que atua em uma Clínica da Família nos relata o seguinte processo decorrente da pandemia no equipamento em que trabalha:

*“Inicialmente, houve a questão da contaminação. Então, foi restrito o atendimento, até por conta que não sabia-se muito bem como ia se fazer. Algumas pessoas ficaram afastadas, eu peguei [covid-19] aí tive que cumprir aquela quarentena. Mas o meu trabalho, do remoto, continuei em casa, continuei fazendo com os usuários. E aí era tanto em grupo quanto individualmente, alguma demanda, aí tinha eu como ponto, e aí eu fazia o contato com a clínica, com a gestão, com a gerente: ‘Está acontecendo, tem um idoso, tem uma idosa, tem um professor que está precisando da demanda, está acontecendo isso’. Eu tive com pessoas que tiveram todos os sintomas da covid, e a orientação é remota: ‘Como é que está? Fala com fulano, o agente de saúde vai aí’. Depois, quando eu voltei, continuou o atendimento restrito àquela coisa da máscara, os funcionários todos botam as cadeiras do lado de fora e as pessoas sentam na área aberta, para aguardar, e aí só entra de acordo como está organizado. Lógico que tem a demanda espontânea, e agora voltou - de um mês para cá, eu acho, ou um pouquinho mais - o cuidado de programar o cuidado fora da covid, porque ficou um período fechado só para atendimento da covid, a ideia, é lá o espaço onde eu trabalho também, (...) ficou fechado só para pegar os casos específicos de covid. Então, todo mundo com EPI, fechado para atender as outras pessoas, as gestantes, para poder separar as equipes. Então, aquele boom foi atendido dessa forma, separadamente, e uma preocupação também com os profissionais, porque é aquele profissional que atender as pessoas de covid foi uma demanda muito grande. Hoje, não; hoje, já dá para todo mundo pela mesma porta, separadamente, com atendimento na farmácia e tudo. Voltou, dentro de um novo normal, com os cuidados, e a gente vê que começa a voltar, de forma regular, a coleta do sangue. Está todo mundo já numa sequência mais próxima de uma normalidade.” (profissional da Clínica da Família)*

Como seu relato apresenta, os fluxos de atendimento foram alterados e soluções foram encontradas para manter contato e realizar os atendimentos de alguma maneira. Houve impactos imediatos no processo de atendimento da população, especialmente nos atendimentos que são contínuos ou que estavam marcados. Os equipamentos, deste modo, tiveram que se adequar para uma nova demanda, sem ter novos aportes estruturais para isto. Segundo ele:

*“Acho que, no início, o atendimento como um todo foi amplamente afetado. As pessoas que tinham as consultas programadas, diabéticas, pessoas que tinham algum tipo de atendimento aguardando um SISREG (Sistema Nacional de Regulação), canceladas algumas cirurgias, ou algum atendimento mesmo, segundo nível de atenção foi cancelado, os acompanhamentos. Então, nos primeiros três meses, foi muito ruim - foi até mais de três meses. (...) Mas agora, não; agora, já começa a receber as pessoas, mas ainda não está 100%, porque, inclusive, muitos médicos, principalmente - profissionais médicos - saíram nesse período com medo da Covid. Muita gente pediu demissão, e aí ficou com falta de médico mesmo. Não encontrava médico. Mesmo abrindo... abriram vários concursos que houve, de chamada, e não preencheu. Até hoje, a [clínica] não está com a equipe completa de médicos por conta disso - a própria Covid mesmo afastou esse pessoal.”* (profissional da Clínica da Família)

Nas Clínicas da Família, há o Núcleo de Atenção à Saúde da Família que são equipes fundamentais para a articulação com atores da rede de proteção e para o acolhimento de casos que já envolvem ou que podem resultar em violências. Nosso entrevistado descreve, brevemente, este processo:

*“A própria equipe do NASF é a equipe que faz esse acolhimento, e ela maneja esses casos de forma... o que dá para ele ficar pela clínica, ele fica; e o que necessita de um outro equipamento, aí ele faz o contato pelo equipamento, seja o CRAS, o CREAS, é o CAPS, é o CAPSi, é o pessoal da coordenação da prefeitura e alguns projetos da prefeitura. Mas a princípio, a equipe do NASF é multidisciplinar - que agora, só temos dois lá, é bidisciplinar, não é multi - discute, que a estratégia tem muita demanda ali. Então, ela pega esses casos. E tem uma violência, isso aí joga para a equipe do NASF, que vai sentar, vai discutir, vai conversar, vai chamar a pessoa para tentar por ali. Algumas questões têm aí que vão para a assistência social - que a gente encaminha - e faz esse matriciamento.”* (profissional da Clínica da Família)

Essa equipe multidisciplinar que comporia o NASF está, entretanto, desfalcada desde antes da pandemia. Ele conta como foi o processo de desmonte da equipe:

*“A gente já teve... como a equipe estava completa, chegou a ter duas psicólogas, tinha umas cinco ou seis profissionais. Então, a equipe - principalmente dos psicólogos e terapeuta ocupacional... esse caso ainda tem até o materialzinho lá para a criança; às vezes, a gente atende a mãe e a criança juntas. Então, tinha um trabalho mais direcionado, inclusive de estar com um outro equipamento, o contato direto, mas a equipe saiu toda, então agora, a gente está em construção. Hoje, posso falar para você que estamos (...) absorvendo os casos, discutindo com a supervisão de território, mas pós-pandemia, está sendo uma coisa muito nova. Ainda não tenho hoje como te dar dados mais concretos a respeito de como está, de como vai desenrolar. Mas não vai faltar atendimento, a gente vai estar lá, a gente vai estar recebendo, e aí a gente vai ver. Aí vai ser - exatamente como você falou - de acordo com o caso vier, e a gente vai dar sequência nele. Mas uma coisa é certa: não vai ficar sem atendimento. Tem acolhimento.”*  
(profissional da Clínica da Família)

A profissional do CAPSi que entrevistamos também fala dos impactos da pandemia. Ela conta que realizava encontros presenciais em grupo, mas que na pandemia, estes grupos estão reduzidos: “Eram grupos bem maiores, e agora a gente está com grupos menores, no máximo cinco adolescentes. É no máximo mesmo, estourando” (profissional do CAPSi). Ela descreve que o contexto da pandemia acarretou em dificuldades para que o CAPSi desempenhe um trabalho de prevenção. Sobre impactos da pandemia e a capacidade do trabalho de prevenção, ela também nota que o perfil dos que têm chegado ao equipamento foi alterado e descreve:

*“Eu acho que a gente conseguia trabalhar mais a prevenção. Hoje os casos têm chegado muito para a gente a partir da emergência psiquiátrica ou da emergência clínica, porque os adolescentes, de fato, (...) fizeram alguma tentativa de suicídio ou fizeram algum corte mais significativo. Eu acho que teve uma mudança nisso. Muitos casos novos chegando e chegando pela emergência, porque antes, nesse primeiro momento da pandemia, a gente não conseguiu, de fato, trabalhar com prevenção. Eu acho que uma das questões que essa pandemia traz é o adoecimento psíquico.”* (profissional do CAPSi)

Ela também relata que possui uma equipe muito reduzida para o tamanho da população que atende:

*“A gente está com catorze profissionais, agora acho que um pouco mais, mas para tratar de um território que é imenso, de um milhão de habitantes.”* (CAPSi)

Outros equipamentos também relataram suas impressões sobre os equipamentos de saúde, como a diretora de escola que entrevistamos que relatou a respeito das Clínicas da Família:

“A gente vê, por exemplo, a Clínica da Família com uma estrutura precarizada. Quando a gente teve a Clínica da Família que atende a nossa escola - que é parceira da nossa escola - inaugurada, a gente tinha uma equipe com um dentista, um enfermeiro, para poder estar indo na escola para buscar parcerias, e cada escola tinha a sua equipe - cada equipe pegava duas ou três escolas, se eu não me engano. Hoje em dia, a gente tem um dentista para a Clínica da Família inteira, a gente tem uma equipe que agora tem o triplo de escolas para dar conta, e infelizmente, o desenvolvimento do trabalho, a gente não vê os frutos que a gente espera.”  
[diretora escolar A]

Outra diretora entrevistada também relata dificuldades de estrutura das Clínicas da Família:

“A Clínica da Família deveria, mas não funciona, por causa da estrutura sucateada que a Clínica da Família tem. Mas minimamente, eles nos atendem, pelo menos uma vez por ano, para fazer o trabalho de escovação com os alunos, falar sobre higiene bucal. Minimamente, funciona assim. Ano passado, tínhamos reuniões com a Clínica da Família - os diretores aqui da Maré - para pensar nas questões da saúde que perpassam pela educação - alunas com questões de saúde, questão de deficiência intelectual, de deficiência, e como a saúde poderia nos apoiar. Mas, como disse, não é aplicável, porque eles não têm funcionários.” [diretora escolar B]

De maneira geral, o que as entrevistas apresentaram foi que a Maré possui uma rede relevante de equipamentos de saúde, porém, estes equipamentos funcionam de maneira precarizada e abaixo das suas possibilidades de atendimento. Durante a pandemia, estes equipamentos também tiveram suas rotinas de trabalho alteradas, assim como a demanda por parte do público. O cumprimento de protocolos sanitários, o afastamento dos profissionais que faziam parte do grupo de risco e, portanto, a redução das equipes de trabalho precarizou ainda mais o atendimento.

## 2.4. Assistência social

A rede de assistência social que atende a Maré está localizada fora do conjunto de favelas, mas conta com CRAS e CREAS que atendem aos moradores do território. Como descrevemos no início deste capítulo, a pesquisa junto à área da assistência social só foi permitida através de um questionário estruturado. Recebemos 3 respostas ao questionário: uma diretora, uma pedagoga, e uma assistente social. Uma condição para que a pesquisa fosse autorizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos foi que não houvessem perguntas que identificassem o equipamento, mas todos os equipamentos da assistência social que atendem à Maré receberam o instrumento.

Em relação às principais atividades que desempenham, as respostas que recebemos foram as seguintes:



*“Acompanhamento a indivíduo e família.”*

*“Atendimento individual por convocação, por visita domiciliar ou institucional”.*

*“Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, situações de negligência contra crianças, adolescentes e idosos, trabalho infantil, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua.”*

*Quando perguntadas sobre o que melhorariam no equipamento em que atuam responderam:*

*“Espaço de trabalho próximo ao território”*

*“Maior divulgação sobre o que é o papel/serviços do CREAS”*

*“Aumentaria o quantitativo de profissionais e os recursos para logística das ações, como, por exemplo, viatura para deslocamento da equipe em atividades externas.”*

*Sobre os órgãos públicos com que mais atuam, as respostas elencaram:*

*“CRAS, Clínicas da Família, CAPS, CAPSi, Outros equipamentos de saúde, Escolas, Creches, Conselho Tutelar, Organizações da sociedade civil, Equipamentos esportivos, Defensoria Pública, Ministério Público, Vara da Infância e da Juventude”*

*A respeito das dificuldades de articulação com estes órgãos, citam o seguinte:*

*Uma respondeu, “Escolas”, porque “A dificuldade é mais pela ligação telefônica e e-mail q as vezes não funcionam ou demoram para obter resposta...”*

*A outra respondeu “equipamentos esportivos”, porque “Em relação a opção marcada, a dificuldade está no número reduzido de equipamentos. Quanto aos demais, não vejo que há dificuldade de articulação/ interação. O que observamos, principalmente no setor público, são equipamentos com grande demanda e poucos recursos, em especial, no que se refere ao quantitativo de profissionais.”*

*Uma não respondeu.*

*Sobre os efeitos da pandemia para o serviço, obtivemos as seguintes respostas:*

*“Alterou os trabalhos em grupo e atividades culturais com adolescentes em cumprimento de MSE. Assim como, as audiências de avaliação destes adolescentes. De qualquer forma, foi positivo em outros pontos”*

*“Necessidade de redução no horário de atendimento e escalonamento da equipe. Suspensão das atividades externas, como visitas domiciliares, institucionais e coletivas.”*

Todas as três respondentes dizem estar trabalhando em regime semipresencial e descrevem da seguinte forma esta experiência:

*“Tem sido positiva porque sem tantos atendimentos de demanda espontânea de população de rua, novos processos jurídicos e novos adolescentes toda quarta para cumprirem medida permitiu um foco bem maior no acompanhamento das famílias e adolescentes já inseridos mesmo por telefone e atendimento pré agendados.”*

*“Participo de reuniões institucionais diversas, compartilho as orientações recebidas junto a equipe, elaboro o planejamento das atividades, discuto com a equipe a operacionalização e monitoro a realização.”*

Uma não respondeu essa pergunta.

Sobre se consideram que a pandemia teve impacto negativo para o serviço que prestam, duas respondem que houve *“pouco impacto”* e uma que houve *“muito impacto”*.

As que responderam *“pouco impacto”* justificam suas respostas dizendo que o impacto ocorreu no *“acesso”* e *“Consideramos que os atendimentos frequentes por telefone e aplicativo permitiram até maior aproximação com as famílias e adolescentes/jovens.”*

A que respondeu que houve *“muito impacto”*, descreve sua resposta da seguinte maneira: *“Suspensão temporária dos atendimentos presenciais, priorizando, casos emergenciais e demandas espontâneas. Suspensão das atividades coletivas com os adolescentes e com as famílias.”*

Sobre as violências contra criança mais recorrentes que atendem, as três responderam *“negligência e abandono”*. E ao listarem outros tipos de violência também frequentes, informaram: *“violência sexual, violência física, violência psicológica e trabalho infantil”*.

Sobre como lidam com estes casos, elas responderam: *“atendimento familiar, estudo conjunto com a educação, saúde e redes.”*, *“Visita domiciliar, atendimento no espaço da escola e/ou do CREAS, estudo de caso”* e *“Atendimento a família, articulação junto a socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos. Os principais encaminhamentos são para acesso a saúde, educação e documentação.”*

Em relação a violências contra adolescentes mais recorrentes que atendem, elas citam *“negligência, abandono e violência psicológica”*. Sobre outras formas de violência também recorrentes, elas responderam: *“trabalho ilegal de adolescentes, violência física, violência sexual, violência policial e ameaça”*.

Cabe destacar aqui que as categorias “trabalho ilegal de adolescentes” e “ameaça” no repertório das violências só apareceram nos questionários aplicados à assistência. Houve algumas referências breves à questão do trabalho infantil nas entrevistas com os conselheiros tutelares, mas com informações muito discretas. Se tivesse sido possível realizar as entrevistas com os atores da assistência social, poderíamos, talvez, ter ampliado o repertório de violências contra crianças, adolescentes e jovens e ter consolidado um quadro mais completo.

Sobre como lidam com estes casos, elas responderam:

*“atendimento familiar, estudo conjunto com a educação, saúde e redes”*

*“A violência às vezes está dentro da própria família, ou do poder local por algum erro cometido por eles, ou pela polícia que frente a sua cor o intitulou como culpado. Alguns chegam ao equipamento com a maioria frente a demora. Cabe salientar que a oferta de drogas e armas frente a ausência de políticas para a capacitação para o mercado de trabalho como o jovem aprendiz facilita o envolvimento dos adolescentes com o poder local. Então podemos dizer que está é uma violência social que já está intrínseca a vidas destas crianças e adolescentes”*

*“Atendimento individual e familiar. Grupos, como Rodas de Conversa e atividades externas culturais. Articulação junto a socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos. Os principais encaminhamentos são para acesso a saúde, educação, documentação e inserção em Programas de Aprendizagem.”*

Sobre as violências mais recorrentes contra jovens que costumam atender, elas respondem: *“medida socioeducativa e envolvimento em atos ilícitos”*. Além dessas, elas relatam outras violências frequentes contra jovens: *“violência psicológica, ameaça, violência policial e violência física”*.

Sobre como lidam com essas violências, elas afirmam:

*“atendimento familiar, estudo conjunto com a educação, saúde e redes”*

*“Não diretamente com este foco colocado por eles ou pela instituição que o encaminhou”*

*“Atendimento individual e familiar. Grupos, como Rodas de Conversa e atividades externas culturais. Articulação junto a socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos. Os principais encaminhamentos são para acesso a saúde, documentação e trabalho e renda.”*

Todas responderam que o trabalho policial desempenhado na Maré é *“ruim”* ou *“péssimo”*, que os policiais *“são excessivamente violentos”* e duas já tiveram que interromper *“algumas vezes”* suas atividades por conta de operações policiais.

Sobre quais atividades poderiam ser desenvolvidas para melhorar a rede de proteção de crianças, adolescentes e jovens, elas respondem:

*“trabalho em rede”*

*“Seminários e encontros profissionais mesmo que virtuais frente a geração de gastos x recursos disponíveis na atualidade. Assim como a promoção de debates de assuntos do interesse de adolescentes e jovens que acontecem na comunidade e as formas de garantia de direitos dos sujeitos, sempre exemplificando...de tal forma que seja direcionado a este público”*

*“Mais do que nunca é preciso que os serviços estabeleçam fluxos contínuos e sistemáticos de comunicação entre as equipes para discussão dos casos e estratégias de acesso e acompanhamento das famílias.”*

Sobre os principais desafios pós-pandemia elas respondem:

*“Fortalecimento de vínculo”*

*“Não sei. Os desafios já estão presentes. Então quando tivermos a vacina estaremos lá para a continuidade e efetivação de ações mais coletivas e de maior alcance apenas.... continuemos na luta diária...”*

*“Sem dúvida, o principal desafio será o agravamento das condições socioeconômicas das famílias e, portanto, das questões sociais, o que termina contribuindo para cenários potencialmente propícios as situações de violação de direitos. Na contramão disso, a precarização cada vez maior das políticas públicas setoriais e de outros serviços da rede socioassistencial.”*

## 2.5. Defensoria Pública

Da Defensoria Pública, entrevistamos uma pessoa que compõe a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ela descreve da seguinte maneira a atuação da CDEDICA:

*“É um órgão que é subdividido em duas áreas: a área cível, que é parte protetiva, que envolve crianças e adolescentes em situação de risco; e a área do socioeducativo, que é dos adolescentes que praticaram atos infracionais e que agora estão cumprindo medidas.” (defensora pública)*

Ainda sobre a atuação do CDEDICA, ela explica que o órgão atua não só através do atendimento às famílias como também na defesa de direitos coletivos, como é o caso das Ações Cíveis Públicas (ACP):



*“Lá a gente faz atendimentos a crianças e adolescentes em situação de risco e aos seus familiares na área do cível. Então como lá é um núcleo especializado, não são todos os casos de criança e adolescente que a gente atende. A gente atende casos de crianças e adolescentes em situação de risco, que possuem alguma circunstância acima da média que faz com que estejam em situação de risco. Por exemplo: volta e meia a gente atende casos de violência sexual, crianças que foram vítimas de estupro dentro da casa e aí precisam ser tiradas de casa, aplicada alguma medida protetiva em seu favor; casos de crianças e adolescentes que tinham sido adotadas e foram devolvidas pelos adotantes – nesses casos a gente faz ações de responsabilidade civil; crianças e adolescentes acolhidos em unidades institucionais, então na CDEDICA especificamente a gente tem uma abordagem mais coletiva sobre esse ponto. Então a gente fiscaliza as unidades de acolhimento. E no socioeducativo a gente fazia na CDEDICA o atendimento às famílias e aos adolescentes em cumprimento de medida. E nas unidades socioeducativas a gente também realiza um atendimento semanal. Então a gente roda todas as unidades de internação – cada defensor tem a sua unidade – e fazemos esses atendimentos. Paralelamente a isso, diante disso tudo, continua acontecendo a atuação coletiva, que muitas vezes é extrajudicial. Muitas vezes envolve a propositura de Ações Cíveis Públicas, que normalmente ficam comigo. Então, tem esse foco do atendimento individual e, paralelamente a isso, tem a atuação coletiva que não envolve exatamente um entendimento diretamente às pessoas, mas volta e meia tem reuniões com movimentos sociais, com a própria ouvidoria da defensoria e com outros órgãos da defensoria, inspeções in loco nas unidades, audiências, reuniões com outras instituições, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, DEGASE, enfim.”*  
[defensora pública]

Apesar da Coordenadoria não possuir atuação territorial diretamente, através de ACP ela produz efeitos relevantes para o território, como no caso da medida que busca impedir o uso de helicópteros como plataforma de tiros e as operações próximas a escolas:

*“Na CDEDICA, a nossa maior atuação em relação a Maré é com relação à violência policial. A gente deu entrada em fevereiro naquela ação civil pública para impedir operações policiais próximo a escolas. Então apesar de ação civil pública ter sido proposta em fevereiro, a juíza entendeu que deveria marcar uma audiência com o município e com o estado antes de deferir a liminar. Essa audiência foi marcada para maio, eu acho. Aí maio já estava no meio da pandemia e a Vara da Infância não estava fazendo audiências. Só que por outro lado, a gente verificou que as operações policiais continuavam ocorrendo, apesar da pandemia e do cenário tão grave que a gente estava vivenciando; que crianças estavam sendo vitimadas, como foi o caso daquele menino, o João Pedro; e que, por outro lado, continuava tendo prejuízo a esse direito a educação. Então, o que a gente fez? A gente fez um requerimento para que o juízo da infância apreciasse a tutela que ele não tinha apreciado antes, já que não teve audiência, e justificando que as operações na pandemia continuavam sendo realizadas e que, inclusive, o estado e o município diziam estar fazendo atendimento de educação à distância. Então, se o estado e o município, por um lado, queriam continuar dando suas aulas de forma virtual e, inclusive, computar isso como hora aula e período letivo, então por outro ele também não podia deixar de ter essa atuação protetiva à infância no sentido de evitar as operações policiais que prejudicam*

*tanto as crianças nesse período. Aí a justiça deu a liminar e a gente conseguiu suspender as operações policiais próximo as escolas e proibir a utilização dos helicópteros como plataforma de tiro. E caso haja, por alguma razão excepcional, a necessidade de realizar essas operações, que seja imediatamente acostado um relatório no processo justificando o motivo pelo qual a operação foi realizada e indicando todos os efeitos concretos da operação. Então, desde o que foi apreendido até a quantidade de pessoas que saíram vitimadas, a quantidade de munição que foi utilizada, quem foram os participantes da operação e etc.” (defensora pública)*

Ela comenta as mudanças no atendimento que ocorreram durante a pandemia:

*“Aí antes da pandemia os atendimentos eram realizados de forma presencial, os familiares iam até a defensoria pedir atendimento e os defensores também iam até as unidades socioeducativas para fazer o atendimento dos adolescentes que estavam privados de liberdade. Com a pandemia, a defensoria, em um primeiro momento, suspendeu todo o presencial e a gente teve que migrar em um prazo muito curto para o atendimento integralmente remoto. Então o atendimento passou a ser feito por e-mail, telefone e aplicativo de mensagem. No meu órgão, especificamente, foi muito bom porque como os adolescentes cumprem medida na capital, quem os atende são os defensores da capital. Mas a grande verdade é que esses adolescentes que cumprem a medida na capital moram em lugares totalmente diferentes. Então tem desde adolescentes da região dos lagos até adolescentes do centro mesmo. E aí, com esse atendimento remoto foi muito positivo. Porque a gente conseguiu chegar em pessoas que antes não chegavam até a gente, que não tinham tempo e nem dinheiro para se deslocar até o centro da cidade. Então acho que basicamente foi isso.” (defensora pública)*

## 2.6. Sociedade civil

As organizações da sociedade civil desempenharam, no contexto da pandemia, uma série de ações relevantes para a proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens. Além das ações do CRIAndo Rede, que articulou esforços do Observatório de Favelas, Redes da Maré, Luta Pela Paz e UNICEF, houve diversas outras ações relevantes.

Entre as organizações que entrevistamos, por exemplo, o Centro de Referência de Mulheres da Maré, apesar de não estar funcionando presencialmente, tem articulado, em conjunto com diversas organizações locais, uma rede de apoio a mulheres:

*“A gente agora, acho que desde junho ou julho, faz parte da rede, que a gente batizou de Rede de Apoio à Mulher da Maré, que são reuniões que a gente está fazendo toda terça-feira para poder fazer um fluxo de atendimento à mulher em situação de violência lá da Maré, os serviços que fazem parte, quem encaminha para quem, para onde.”*  
(representante do CRMM)

Outra entrevistada, representante do projeto Uerê diz que a pandemia possibilitou um estreitamento de laços entre as organizações da sociedade civil da Maré:

*“Olha, eu acho que nós estamos em um bom caminho, porque essa pandemia o que é que ela fez conosco, nós todos nos conhecíamos, todo mundo se falava num caso o outro, mas o que aconteceu nessa pandemia foi que realmente nós nos unimos numa coisa só, reuniões que antes nós não tínhamos, temos toda semana, fazer, digamos, um projeto comum de atendimento, que não é A ou B, é um projeto comum para um coletivo, eu acho que a pandemia fez isso, isso estava faltando também, e eu acho que aconteceu.”* (representante do Uerê)

Alguns entrevistados relatam, entretanto, que as organizações que desempenham ações no campo educacional acabaram sofrendo um processo parecido com o das escolas. Ou seja, houve uma retração do espaço físico presencial como referência de espaço seguro de acolhimento e circulação para crianças, adolescentes e jovens.

*“Quando entrou a pandemia, o instituto fechou, a gente está reabrindo, mas a gente abre só para entrega de cesta básica, para pegar alguma coisa, dar algum tipo de apoio, mas a gente não está funcionando. Então, como eu estou fazendo? Eu entro em contato com aqueles alunos que estavam com grandes problemas antes da pandemia. Eu falo com eles por telefone, às vezes por vídeo chamada, eu tenho esse contato.... Então, quando eles têm alguma questão, eles passam para mim. A situação, com a pandemia, deu uma piorada boa, porque eles ficam muito trancados,,,,, Nas crises de ansiedade, o que está agravando muito é ficar trancado dentro de casa. Ficar dentro de casa num espaço pequeno, sem o contato social, isso agravou para os adolescentes, porque, entrando na questão da crise, da pandemia, eles pararam de ir para a escola, pararam de encontrar os amigos e passaram a ficar dentro de casa. Estando dentro de casa, eles não têm muitas atividades”* (técnica do instituto Vida Real)

Por outro lado, destaca-se, uma dimensão fundamental do associativismo praticado na Maré que foi um aspecto ressaltado por uma assistente social entrevistada como definidor das mudanças acarretadas pelo contexto da pandemia:

*“Muita coisa mudou, a gente virou, as pessoas são mais solidárias. Eu sempre achei que quem não mora não vê isso, mas sempre houve isso, então dessa vez acho que mostraram muito mais essa solidariedade um com o outro”.* (assistente social do Luta Pela Paz)



# CONSIDERAÇÕES FINAIS:

## PERSPECTIVAS PARA A PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS NA PANDEMIA

---

Procuramos apresentar nestas considerações finais um conjunto de perspectivas, a partir dos achados do estudo, que indiquem possibilidades de atuação da rede de proteção para a prevenção das violências contra crianças, adolescentes e jovens. Como trabalhamos com um repertório muito amplo de violências em uma pesquisa de curta duração, as proposições para a prevenção das violências procuram colaborar para o aperfeiçoamento das estratégias da rede de proteção evitando detalhar ações muito específicas. Consideramos que este documento pode ser um subsídio interessante para as discussões dos atores da rede no sentido do detalhamento das ações e estratégias mais específicas que podem adotar de acordo com seus respectivos focos de atuação.

No campo das violências contra crianças, adolescentes e jovens, identificamos que há grande preocupação entre os entrevistados sobre a violência armada, principalmente, a perpetrada pelo Estado no âmbito das operações policiais. Esta percepção é compartilhada tanto por jovens, atores da sociedade civil, quanto por profissionais que atuam em equipamentos públicos da rede de proteção. Nesse terreno, as organizações da sociedade civil da Maré possuem longa trajetória de monitoramento e reivindicação política para o controle das operações e da atuação policial. São exemplos dessas formas de atuação a Ação Civil Pública da Maré<sup>32</sup>, os Boletins sobre Direito à Segurança Pública produzidos pela Redes da Maré e o Fórum Basta de Violência! Outra Maré é possível!.

Pelo que sugerem as entrevistas, a ADPF 635 tem surtido efeitos positivos na contenção das operações na Maré, mas há pressões nas narrativas que começam a ganhar espaço nos veículos de comunicação para a retomada dos padrões tradicionais de atuação policial em favelas. É importante, nesse sentido, que tanto os atores da sociedade civil, quanto os órgãos públicos da rede de proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens procurem frear estas narrativas no discurso público e reforçar as medidas institucionais para o cumprimento da ADPF 635.

Há outras violências que estão mais no repertório do cotidiano da própria rede de proteção que emergiram nas entrevistas. Um desafio grande para a prevenção de violências como a violência física, a violência psicológica, a violência sexual e as negligências, reside no fato delas

---

32 Ver <https://www.redesdamare.org.br/br/info/49/acao-civil-publica-da-mare>



estarem muito articuladas com o contexto intrafamiliar e doméstico e a pandemia impôs a retração de outros espaços seguros para as crianças e adolescentes como as escolas e os projetos da sociedade civil. As escolas, sobretudo, são equipamentos fundamentais para a identificação precoce e prevenção dessas violências.

Existe, entretanto, um grande gargalo no que se refere às capacidades em termos de pessoal e infraestrutura dos atores da rede de proteção, notadamente, educação, saúde, assistência e Conselhos Tutelares. Todos estes equipamentos passam atualmente por processos de precarização que se acentuaram com a pandemia.

**Mesmo diante deste entrave importante, a composição de um Conselho Tutelar formado por crias da Maré desponta como um potencial muito grande de se tornar um articulador estratégico da rede local. O problema é que para atuar nessa articulação, os conselheiros precisam de mais estrutura e assessoria para poderem se deslocar das demandas de ponta e se dedicarem mais ao trabalho de articulação. Talvez, as organizações da sociedade civil possam contribuir na construção de caminhos para que este tipo de assessoria seja desempenhada.**

Tendo em vista que apresentamos aqui um conjunto muito amplo de violências, é importante que os atores da rede debatam os resultados desta pesquisa de forma a priorizar as frentes de ação que possam fortalecer a proteção e a garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens no território.

**Como forma de colaborar para esta reflexão coletiva, apresentamos aqui algumas recomendações, a partir dos achados desta pesquisa e de outros trabalhos que já consolidaram perspectivas estratégicas para a proteção à vida de crianças, adolescentes e jovens. Estudos anteriores sobre as políticas de prevenção da violência contra adolescentes e jovens apontaram como pontos críticos dessas ações a fragilidade institucional, a superposição e a fragmentação (SILVA & ANDRADE, 2009, p. 50). Acreditamos que este diagnóstico também se aplica às ações voltadas para as crianças. Na presente pesquisa, essas dimensões também foram verificadas como problemas que afetam em diferentes escalas a atuação da rede local de proteção na Maré.**

A questão da fragilidade institucional se apresenta de modo mais intenso do que as outras duas dimensões. Coletamos relatos diversos de precarização dos equipamentos da rede pública. A fragmentação da rede, pelo que foi possível apurar, tem papel mais importante nos desafios do que a superposição. Principalmente diante do contexto pandêmico, o conjunto de organizações da rede de proteção na Maré, com destaque para as ações da sociedade civil, demonstrou que a grande mobilização e a soma de esforços em mutirão puderam produzir importantes resultados para a garantia de direitos básicos, como a segurança alimentar. Nossos interlocutores nos narraram mais a inquietação com a necessidade de que a rede se comunique e articule do que com a dispersão de esforços pela superposição.

Apresentamos, abaixo, de modo sintético e a título de conclusão desta pesquisa, um conjunto de recomendações para a rede de proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens da Maré:

**É desejável que a rede como um todo se aproprie e se engaje** na defesa de medidas que ofereçam um processo de resistência à violência armada de Estado no território. É preciso que a redução da violência policial resultante da ADPF 635 seja garantida e se torne um parâmetro permanente, para além da pandemia. Não é admissível que os padrões de atuação policial pautados pela brutalidade e violação de direitos permaneçam. Para isso, há diversas ações da sociedade civil que servem de referência como, por exemplo, a Ação Civil Pública da Maré e a ampla mobilização coletiva de organizações e movimentos sociais em torno da ADPF da Favelas. Dentre as medidas cautelares vinculadas à ADPF 635 encontram-se: a proibição do uso de helicópteros como plataforma de tiros em operações policiais; a proibição de operações policiais em perímetros escolares e hospitalares e da utilização destes equipamentos como base operacional; a preservação de vestígios da cena de crimes praticados por policiais e que sejam evitadas remoções indevidas de corpos sob pretexto da prestação de socorro; e a priorização da investigação de homicídios que tenham crianças e adolescentes como vítimas, entre outras ações relevantes para a redução da violência letal. Ainda no bojo desta ação merece destaque a ampla mobilização social por um plano de redução da letalidade policial no estado do Rio de Janeiro.

**No campo das precarizações e fragilidades institucionais** dos equipamentos públicos da rede de proteção, recomenda-se que haja cobrança ao poder público para a garantia de condições básicas de infraestrutura e pessoal. O Comitê para a Prevenção de Homicídios contra Adolescentes do Rio de Janeiro pode ser uma instância de incidência a esse respeito, tendo em vista que congrega atores do nível da gestão que podem atuar nesse sentido. É possível, ainda, se pensar na adoção de horizontes de gestão pautados pelo orçamento participativo como parâmetro para o melhor dimensionamento de recursos para os equipamentos que atuam na Maré.

**No que se refere à fragmentação da rede e ao implemento de sua articulação**, o contexto da pandemia acabou ampliando as capacidades de conexão virtual entre os componentes da rede. É desejável que a rede procure consolidar esses canais de comunicação que se criaram neste contexto como vias permanentes de comunicação e gestão coletiva. Podem ser criados ou fortalecidos, nesse sentido, espaços rotineiros de comunicação e encontros entre membros da rede com arranjos flexíveis adaptados para cada tipo de demanda de proteção à vida de crianças, adolescentes e jovens. Grupos que tratem de gênero e violência contra as mulheres e pessoas LGBTI+, de educação e promoção do direito à escola, de prevenção em saúde e saúde mental, de segurança alimentar e trabalho e renda, etc. poderiam passar a ter uma agenda permanente de encontros. Estes espaços, além de estabelecer uma reflexão no campo da formação política e pedagógica de seus componentes, poderiam, ainda, atuar no acompanhamento e acolhimento de casos concretos.

**Além da comunicação intra-rede, há diversas ações de comunicação com o público**, como grupos de WhatsApp, encontros virtuais por vídeo conferência, atendimento remoto etc. adotadas no contexto pandêmico. A rede pode realizar momentos de troca de experiência sobre a utilização desses meios de atendimento ao público para sistematizar aprendizados trazidos pelo contexto pandêmico.

**Com a retração das capacidades das escolas** como espaços de referência do acesso às famílias de crianças, adolescentes e jovens, seria recomendável que os esforços promovidos por diversas organizações da rede no atendimento emergencial durante a pandemia fossem aproveitados para a manutenção desses vínculos.

**As organizações da rede que atuam em atividades no campo da educação** e acolhimento de crianças, adolescentes e jovens podem auxiliar a rede escolar em práticas inovadoras para a promoção dos vínculos entre a rede e a comunidade escolar. Esses canais de apoio à rede escolar devem priorizar a ampliação das capacidades de acolhimento e apoio às crianças, adolescentes e jovens ao invés de focar em uma abordagem educacional voltada para os conteúdos curriculares.

**Tendo em vista a composição muito favorável do Conselho Tutelar** com os conselheiros crias da Maré, é fundamental que a rede como um todo apoie a reversão do passivo da imagem punitivista do “bicho papão” e a promoção de uma atuação efetiva dessa instituição estratégica da rede. Uma forma da rede desempenhar este papel é aprofundar a interação cotidiana com o Conselho Tutelar, apoiando resoluções de demandas trazidas por este órgão e acionando-o como um ponto articulador da rede. Essa dinâmica pode colaborar para a consolidação de um processo no qual a imagem do Conselho como um ator fundamental de proteção e não de repressão seja reforçada. O Conselho Tutelar é um ator que pode atuar como um articulador tendo em vista que está em contato com o repertório mais amplo de demandas e com todas as instâncias da rede.

**É importante que os casos em que haja a percepção de vetores** que possam resultar em violência ou em que já tenha ocorrido violência contra crianças, adolescentes e jovens, provoquem o acionamento ágil de todos os pontos da rede pertinentes para atuarem na proteção. Canais ágeis de comunicação são fundamentais para isso. Mas um primeiro acionamento deve resultar no acompanhamento permanente dos casos que não se resuma aos encaminhamentos, até que se cessem os vetores de vulnerabilidade. Os espaços coletivos permanentes de comunicação e gestão que propusemos mais acima podem servir como canais experimentais para a realização desse tipo de abordagem.

# Referências bibliográficas

---

ABERASTURY, A., KNOBEL M. (2003), *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Editora Artmed, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Ana Carolina Canegal de. (2016), *Vazio institucional: o papel da escola pública e do Conselho Tutelar na socialização de estudantes de camadas populares*. Rio de Janeiro: PUC-RJ. [tese de doutorado]

ANISTIA INTERNACIONAL. (2015), *Você matou meu filho! Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.

ARAÚJO, M. F. (2002). *Violência e abuso sexual na família*. Psicologia em Estudo, 7, 3-11.

ARENDT, Hannah. (1999), *Eichman em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras.

ARPINI, D. M.; HERMANN, C.; FORNO, C. D.; SOARES, A. C. (2010). *A importância da escuta na revelação da violência contra a infância e a adolescência*. Psicologia, Educação e Cultura, 14(1), 111-128.

ASSIS, Simone Gonçalves.; AVANCI, Joviane Quintes; PESCE, Renata Pires. (2013), *Proteção e atenção às crianças e adolescentes em meio à violência comunitária*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ ENSP/ CLAVES/ CNPq.

BERBERIAN, Thais Peinado. (2015), *Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 121, pp. 48-65, jan/mar.

BITTNER, Egon. (2003), *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BRASIL. Ministério da saúde. (2018), *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017*. Boletim epidemiológico, Brasília, v. 49, n. 27, Jun. 2018. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/boletim-epidemiologico-no-27/>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BUENO, Leonardo Brasil. (2018), *A favela (para) militarizada: território contido e o impacto da violência armada na saúde, na educação e no cotidiano de moradores de Manguinhos, Jacarezinho e Maré*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ.

BUTLER, Judith. (2015), *Relatar a si mesmo – crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.  
CANO, I.; DUARTE, T. (coords.) (2012), *“No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação HeirichBöll.

CAVALCANTI, Mariana. (2008), *“Tiroteios, legibilidade e espaço público: Notas etnográficas de uma favela carioca”* Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social, v.1 n.1, Rio de Janeiro.

COHEN, C. (1993). O incesto. Em M.A. Azevedo & V.N. Guerra (Orgs.), *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento* (pp. 211-225). São Paulo: Cortez.

CONSTANTINIDIS, T. C. (2012), *“Cabeça vazia, oficina do diabo”: concepções populares do termo ocupação e terapia ocupacional*. Psicologia & Sociedade, 24(3), pp. 691-700.



COSTA, M. C. O.; CARVALHO, R. C. de; SANTA BÁRBARA, J. de F. R.; SANTOS, C. A. S. T.; GOMES, W. de A.; SOUSA, H. L. de. (2007). *O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência*. Ciência & Saúde Coletiva, 12(5), 1129-1141.

FERNANDES, Fernando Lannes; SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge. (2018), *O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência*. In: Revista Periferias, v. 1, n. 1.

FORTES, Isabel; MACEDO, Mônica M. K. (2017), *Automutilação na adolescência – rasuras na experiência da alteridade*. Psicogente, 20, pp. 353-367.

FURNISS, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. [M.A.V. Veronese, Trad.] Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1991).

HAN, Byung-Chul. (2017). *Topologia da Violência*. Petrópolis, Vozes.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph; DIRK, Renato. (2020), *Operações policiais e ocorrências criminais. Por um debate público qualificado*. Rio de Janeiro: GENI/UFF; Fogo Cruzado.

IPEA. (2020), “*Nota Técnica 70: Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da COVID-19: consequências e medidas necessárias para o enfrentamento*”. Brasília: IPEA.

KELLING, G.; COLLES, C. (1996), *Fixing broken windows: restoring order and reducing crime in our community*. Nova York: New York Free Press.

MACHADO DA SILVA, L. (2004), “*Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*”. Sociedade e Estado, Vol. 19, no 1, pp. 53-84.

\_\_\_\_\_. (coord). (2011), *Sociabilidade, disputada ou violenta: Gramáticas e dispositivos da administração de tensões urbanas no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Relatório de Pesquisa, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

\_\_\_\_\_. (2014), “*Sobre a sociabilidade violenta, apontamentos e interpretações*”. Trabalho apresentado no IV Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Territorialidades e Negociações, Mesa Moralidades, Crime e Violência. Fortaleza, LEV, UFC.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. P.; FRIDMAN, L. C. (2005) *Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública*. In: IBASE; ACTIONAID; FORD FOUNDATION (Orgs.). *Mapas: monitoramento ativo da participação da sociedade*. Rio de Janeiro: Ibase.

MACHADO DA SILVA, L.; LEITE, M. (2007), *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?*. Sociedade e Estado. Brasília: v.22, n. 3, set./dez., p. 545-591.

MARGOLIN, G.; GORDIS, E. B. (2000), *The effects of family and community violence on children*. Annual Review of Psychology, v. 51, p. 445-479.

MARTINS, Gisele. (2020), “*Amanhã eu quero que não tenha tiro*”: tortuosos caminhos na trilha dos direitos de crianças e adolescentes nas favelas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; DESLANDES, Suely Ferreira. *Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância*. (2017) Ciência & Saúde Coletiva, 22(9), pp. 2881-2888.

MISSE, M. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos: acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ (Tese Doutorado em Sociologia).

MOLINA, A. G.-P. de. (2003), *Tratado de Criminologia*. Valencia: TirantLoBlanch.

MOLINA, A. G.-P. de.; GOMES, L. F. (2002), *Criminologia - Introdução a seus fundamentos teóricos*. São Paulo: RT.

MOREIRA, Érica de Sene.; VALE, Raquel Rosa Mendonça do; CAIXETA, Camila Cardoso; TEIXEIRA, Ricardo Antonio Gonçalves. (2020), *Automutilação entre adolescentes: revisão integrativa da literatura*. Ciência e Saúde Coletiva. 25 (10), set/out.

MORGAN, Catharine; WEBB, Roger T.; CARR, Matthew J.; KONTOPANTELOS, Evangelos; GREEN, Jonathan; CHEW-GRAHAM, Carolyn A.; KAPUR, Nav; ASHCROFT, Darren M. (2017), *Incidence, clinical management, and mortality risk following self harm among children and adolescents: cohort study in primary care*. The BMJ, 359:j4351.

PARRA, Ana Carolina de Oliveira; OLIVEIRA, Jaqueline Alves de; MATTURANA, Ana Paula Moraes. (2019), *O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco?*. Psicologia em revista, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, pp. 155-175, jan.

REDES DA MARÉ. (2019), *Boletim direito à segurança pública na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré.

\_\_\_\_\_. (2020), *Boletim de Olho no Corona n. 8*. Rio de Janeiro: Redes da Maré.

SAFIOTTI, H.I.B. (1997). *No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual*. Em F.R. Madeira (Org.), *Quem Mandou Nascer Mulher?* (pp. 134-211). São Paulo: Editora Rosa dos Tempos.

SENTOSÉ, J. T. (2011), *“Prevenção a crime e teoria social”*. Lua Nova. São Paulo, n. 83.

\_\_\_\_\_. (2003), *A metáfora da guerra*. O Globo, Rio de Janeiro, 12 de abril de 2003. O País, p. 7.

SILVA, Enid e ANDRADE, Carla. (2009), *“A política nacional de juventude: avanços e dificuldades”* in CASTRO, Jorge e AQUINO, Luseni (orgs.), *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, IPEA.

SIMAS, Luiz Antonio. (2019), *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOARES, Luiz Eduardo (2006), *Segurança pública: presente e futuro*. Estudos Avançados, 2006.

\_\_\_\_\_. (2013), *Censo populacional da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré.

VELHO, G. (2003). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

WILLADINO, Raquel; NASCIMENTO, Aline Maia; BRITO, João Felipe Pereira; GOMES, Thais; BARBOSA, Elaine. (2019), *Tecendo Memórias: Homicídios de adolescentes e jovens no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.

ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs.) (1998), *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV.

ZAHN-WAXLER, Carolyn; KLIMES-DOUGAN, Bonnie; SLATTERY, Marcia J. (2000), *Internalizing problems of childhood and adolescence: prospects, pitfalls, and progress in understanding the development of anxiety and depression*. Development and Psychopathology, v. 12, p. 443-466.

# **Anexos – Roteiros de entrevista**

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ADOLESCENTES E JOVENS DA MARÉ**

**Apresentação:** “Eu sou pesquisador/a do Observatório de Favelas e esta é uma pesquisa sobre violência contra crianças, adolescentes e jovens do Complexo da Maré no período da pandemia. A finalidade da pesquisa é contribuir para a redução dessas violências e melhora dos serviços públicos de proteção e garantia de direitos desse público. A pesquisa faz parte do projeto “CRIAndo Rede: proteção à vida de crianças e adolescentes da Maré”, desenvolvido pelo observatório de favelas em parceria com Redes da Maré, Luta pela Paz e Unicef. Qualquer informação dada para a pesquisa permanecerá em sigilo e será respeitado o anonimato. Não será divulgada qualquer informação que possibilite sua identificação. Você aceita participar desta entrevista?”

### **1 / PERFIL E TRAJETÓRIA**

- > Nome
- > Idade
- > Gênero
- > Raça
- > Religião
- > Frequenta a escola? [Se evadiu, perguntar porquê]
- > Escolaridade (Se tiver nível superior, em qual área?).
- > Trabalho (se realiza alguma atividade que seja remunerada).
- > Desempenha alguma atividade de cuidado em casa  
(se cuida de outras crianças ou idosos ou outra pessoa que precisa de cuidados especiais).
- > Participa de alguma atividade ou projeto em alguma organização dentro da Maré?

### **2 / CONTEXTOS E TERRITÓRIO: PERCEPÇÕES SOBRE O LUGAR E ADOLESCÊNCIA**

- > Você mora na Maré desde que nasceu?
- > Você mora em qual parte da Maré atualmente?
- > Você sempre morou neste local ou veio de outra parte da Maré?
- > Me conta como você veio morar aqui? Você lembra? (caso tenha migrado de outra região)
- > Com quem você mora? [Perguntar parentesco e idade]
- > Há [outras] crianças e adolescentes que moram com você? Quantos? São familiares?  
Quais as idades?
- > Essas [crianças ou adolescentes] que moram com você frequentam a escola?  
Você sabe qual escola?
- [Se estivesse fora da escola, explorar o tema. Procurar entender melhor essa trajetória]
- > Você gosta de morar aqui? Por quê?
- > O que você gosta daqui?
- > Sua família mora aqui também?

> Você acha que aqui tem algum problema que gostaria de mudar?

### **3 / PERCEPÇÃO SOBRE ADOLESCÊNCIA E INFÂNCIA**

> Na Maré tem muita criança e adolescente?

> Os adolescentes e os jovens da Maré costumam fazer o que para se divertir?

[Explorar diferenças entre adolescentes e jovens]

> E as crianças?

[Explorar o cotidiano]

### **4 / COVID-19: COTIDIANO**

> O que mais mudou na sua rotina durante por causa da pandemia?

> Alguém da sua família teve Covid-19?

> Como foi o tratamento e o atendimento médico, caso tenha recebido algum?

> Alguém da sua família recebeu auxílio emergencial?

> Você e sua família conseguiram, em algum momento da pandemia, fazer isolamento social?

Se não, porquê?

> [Se estiver na escola] Você tem assistido aulas remotas? Como tem sido esta experiência?

> Como é o acesso de adolescentes e jovens da Maré à internet?

### **5 / PERCEPÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA**

> Que tipos de violência você costuma ver no seu dia a dia na Maré?

> Como ocorrem?

> Por que ocorrem?

> Quem são as principais vítimas dessa violência?

> Você percebe alguma diferença entre as diferentes áreas da Maré?

> Percebeu alguma mudança nessas violências a partir da pandemia?

> Na escola [se o interlocutor estudar], você já percebeu a ocorrência de situações de violência?

Como foi?

> Como descreveria a forma como a polícia age na Maré ?

> Percebeu alguma mudança na atuação da polícia durante a pandemia?

[Vamos passar para um grupo de perguntas mais sensível, e gostaria de saber se está tudo bem, se podemos continuar ou você quer beber uma água, fazer uma pausa?]

### **6 / SE FOI VÍTIMA DE ALGUMA VIOLÊNCIA**

> Na sua casa, você já presenciou algum tipo de violência? Como foi?

> Você já foi vítima de algum tipo de violência?

> Como foi?

> Você recebeu algum outro tipo de atendimento ou apoio? Caso sim, qual?

> Você recebeu algum tipo de atendimento por escola, hospital, ou outros serviços de assistência ou cuidado?



> Como foi?

## **7 / SE ALGUÉM PRÓXIMO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, PRINCIPALMENTE, VIOLÊNCIA LETAL**

> Alguma criança ou adolescente com quem você tenha algum tipo de relação já foi vítima de violência?

> Qual?

> Como foi?

> Conhece alguma criança, adolescente ou jovem próximo que tenha morrido vítima de violência?

> Você poderia me contar um pouco como ele era?

> O que ele gostava de fazer?

> Como era a vítima na escola e/ou trabalho?

> Como era a vítima com a família e/ou com os amigos?

> Fale de uma memória que você tem com a vítima.

> O que você acha que poderia ter evitado a morte dele/a?

## **8 / SOBRE O OCORRIDO** [só para violência letal]

> Você pode nos dizer o que você sabe sobre a morte da vítima (onde ocorreu, há quanto tempo foi, etc.)?

> O que acha que levou a este acontecimento?

> Aconteceu de maneira inesperada ou você já esperava?

> O que mudou na sua vida depois disso (tanto de maneira individual como na sua relação com outros amigos e/ou familiares)?

> Você teve algum apoio? Como foi?

> Você teve algum apoio por parte do governo? Foi procurada por algum órgão do governo?

> Você buscou ou recebeu algum tipo de ajuda ou apoio psicológico por conta dessa perda?

> Como ficou sua saúde depois do ocorrido?

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ATORES PÚBLICOS E DA SOCIEDADE CIVIL**

**Apresentação:** “Eu sou pesquisador/a do Observatório de Favelas e esta é uma pesquisa sobre violência contra crianças, adolescentes e jovens do Complexo da Maré no período da pandemia. A finalidade da pesquisa é contribuir para a redução dessas violências e o fortalecimento da rede de proteção e garantia de direitos desse público. A pesquisa faz parte do projeto “CRIAndo Rede: proteção à vida de crianças e adolescentes da Maré”, desenvolvido pelo Observatório de Favelas, em parceria com Luta pela Paz, Redes da Maré, e Unicef. Qualquer informação dada para a pesquisa permanecerá em sigilo e será respeitado o anonimato. Não será divulgada qualquer informação que possibilite sua identificação. O/a sr/sra aceita participar desta entrevista?”

## 1 / PERFIL E TRAJETÓRIA

- > Nome.
- > Idade.
- > Gênero
- > Raça
- > Escolaridade (Se tiver nível superior, em qual área?).
- > Profissão.
- > Religião.
- > Local onde mora.
- > Filiação político-partidária.
- > Vinculação a movimentos sociais ou grupos organizados da sociedade civil.
- > Trajetória profissional (como chegou naquele cargo).
- > Cargo que ocupa.

## 2 / ATUAÇÃO PROFISSIONAL E COTIDIANO DA ÁREA DE TRABALHO ANTES E DURANTE A PANDEMIA

- > Como você descreveria as principais atividades que desenvolve no trabalho que realiza e quais foram as principais mudanças com o período da pandemia?
- > Como era o dia a dia antes da pandemia?
- > Principais atendimentos.
- > Tipos de atendimentos mais recorrentes.
- > Perfil recorrente dos atendidos.
- > Casos mais emblemáticos.
- > Como está sendo o dia a dia depois que começou a pandemia?
- > Principais atendimentos.
- > Tipos de atendimentos mais recorrentes.
- > Perfil recorrente dos atendidos
- > Casos mais emblemáticos
- > Atende crianças ou adolescentes no seu cotidiano? Como é? Quais atendimentos?  
[Explorar diferenças entre os perfis etários]
- > Desde o início da pandemia houve modificações na rotina de atendimentos de crianças, adolescentes e/ou jovens? Como foi?
- > Existem espaços seguros de acolhimento e apoio para crianças e adolescentes na Maré?
- > Que tipos de apoios costumam ser acionados diante de uma situação de violência contra crianças e adolescentes na Maré? [pessoas, instituições, mecanismos de proteção etc. Atentar para diferenças entre perfis etários.]
- > Durante a pandemia houve mudanças no atendimento dos serviços de saúde?
- > Que outros tipos de serviços foram mais afetados durante a pandemia?
- > Qual sua opinião sobre o acesso a direitos básicos no período da pandemia pelos moradores?
- > Participou ou participa de algum Conselho Municipal? Qual? Como é/foi?

### 3 / PERCEPÇÕES SOBRE OUTROS ATORES ESTRATÉGICOS

- > Com quais órgãos públicos costuma interagir no cotidiano do trabalho?
- > Como é essa interação?
- > Com quais órgãos privados costuma interagir no cotidiano do trabalho?
- > Como é essa interação?
- > Com quais organizações da sociedade civil e de defesa de direitos costuma interagir no cotidiano do trabalho.
- > Como é essa interação?
- > Durante a pandemia, foram formadas novas parcerias com outros atores que não os listados anteriormente? Quais? Como foi essa aproximação?
- > Foram criados novos fluxos de atendimento no contexto da pandemia? Quais? O que motivou essa criação?
- > Quais órgãos poderiam ser parceiros cotidianos, mas não estão presentes no dia a dia?

### 4 / PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO OU REGIÃO EM QUE ATUA

- > Você pode descrever, em geral, como é a Maré para trabalhar? Descrição geral do lugar de trabalho
- > Quais foram as principais mudanças no cotidiano com a pandemia e a quarentena?
- > Presença de equipamentos públicos e privados
- > Como está o funcionamento dos equipamentos da região?

### 5/ PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA

- > Com quais violências lida no dia a dia ou quais violências observa no local ou região em que atua, considerando não só a Maré, em geral, mas a localidade específica em que se localiza o equipamento em que atua?
- > Quais são as formas de violência mais frequentes?
- > Como ocorrem?
- > Por que ocorrem?
- > Perfil de atores e vítimas dessas situações
- > Procurar aprofundar com o entrevistado o tema da violência contra crianças, adolescentes e jovens
- > Se aparecer homicídios, aprofundar
- > No seu trabalho, já atuou ou atua diretamente com questões relacionadas com o tema da violência (algum programa, projeto)? Como foi (ou é) a experiência para você?  
[Explorar diferenças entre os perfis etários]
- > Há algum programa de atendimento especial para vítimas de violência (violência doméstica, de familiares de vítimas, pós-trauma, etc.).[Explorar diferenças entre os perfis etários]
- > Encaminhamentos dados para vítimas ou familiares de vítima da violência. Apresentar o repertório (se existir). [Explorar diferenças entre os perfis etários]
- > Alguém que recebia atendimento aqui já morreu vítima de homicídio (se aplicável)?  
Essa pessoa que morreu era criança ou adolescente? Como foi a experiência para você?
- > Como descreveria a atuação policial na região?

> Houve alguma mudança de padrão da atuação policial durante a pandemia? Se sim, por que você acha que houve essa mudança?

> Já fez algum atendimento com a presença da polícia? Como foi?

## **6/ RECOMENDAÇÕES**

> Que tipo de ações/medidas poderiam ser adotadas para fortalecer a rede de proteção a crianças, adolescentes e jovens na Maré no contexto da pandemia?

> Quais os principais desafios que serão enfrentados no pós-pandemia?

Teria alguma recomendação sobre o tema?

> Indicações de outros atores da rede de proteção que consideram relevante contactarmos



